

FACULDADE NOVOS HORIZONTES

Programa de Pós-graduação em Administração
Mestrado

**AS PERCEPÇÕES DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL
ORGANIZADA SOBRE AS LIDERANÇAS POLÍTICAS: estudo de
caso nas cidades de Santos Dumont, Ewbank da Câmara e Oliveira
Fortes**

Reinaldo Ferreira Cabral

**Belo Horizonte
2011**

Reinaldo Ferreira Cabral

AS PERCEPÇÕES DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA SOBRE AS LIDERANÇAS POLÍTICAS: estudo de caso nas cidades de Santos Dumont, Ewbank da Câmara e Oliveira Fortes

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Acadêmico em Administração da Faculdade Novos Horizontes, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Administração.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Adriane Vieira.

Linha de Pesquisa: Relações de Poder e Dinâmica das Organizações.

Área de concentração: Organização e Estratégia.

Belo Horizonte
2011

Dedico a minha querida esposa Sandra.
Aos meus filhos Sarah, Rayza e Gustavo pelo carinho e compreensão.

AGRADECIMENTO

A Deus, ao Senhor Jesus Cristo e ao Espírito Santo por terem me dado condições de aprimorar os conhecimentos.

Minha orientadora Dra. Adriane Vieira, pela paciência e contribuições importantíssimas nesse trabalho.

Toda minha família pelo carinho.

Aos companheiros do movimento sindical, em especial o companheiro José Reginaldo Inácio, pelo incentivo e amizade.

Aos amigos Marco Antônio, Ricardo Diniz, Marcelo Alkmim e João Lúcio, por terem ajudado a viabilizar esse trabalho.

A todos os professores do mestrado em especial aos professores Fernando Coutinho Garcia e Luiz Carlos Honório, pelas contribuições dadas a esse trabalho.

Aos colegas de turma, em especial a colega Sirlene Bezerra pelo companheirismo e ajuda.

Aos representantes da sociedade civil organizada pelas entrevistas concedidas.

A todos que contribuíram para a realização desse trabalho de pesquisa.

A liderança é uma poderosa combinação de estratégia e caráter. Mas se tiver de passar sem um, que seja estratégia.

Norman Schwarzkopf

RESUMO

A liderança é tema de estudo já de longa data, esse trabalho de pesquisa apresenta um estudo sobre a liderança política no Brasil. O pesquisador faz um resgate no referencial teórico da história política do Brasil desde o descobrimento no ano de 1500 até a eleição da primeira mulher presidenta no ano de 2011. Esta pesquisa foi realizada com representantes da sociedade civil organizada das cidades de Santos Dumont, Ewbank da Câmara e Oliveira Fortes, cidades pertencentes a zona da mata de Minas Gerais. Envolveu também uma análise das quatro últimas gerações de adultos, que o pesquisador adequou à realidade brasileira classificando como: Geração Tradicionalista, nascidos entre 1923 e 1942, Geração Tempos de Chumbo, nascidos entre 1943 e 1964, Geração Caras Pintadas, nascidos entre 1965 e 1981 e Geração Y, os que compartilham nascimento a partir de 1982. Trata-se de um estudo de caso conduzido por meio de técnicas de coleta e análise de dados de natureza qualitativa. Foram entrevistados 16 representantes da sociedade civil organizada, sendo 4 de cada geração. Essas entrevistas foram submetidas à análise de conteúdo. Os resultados permitem concluir que a Geração Tradicionalista participou e ainda participa ativamente da vida política da cidade e conhece bem seus líderes políticos. A Geração Tempos de Chumbo é uma geração aguerrida, pois ainda traz o perfil da contestação da ditadura militar. A Geração Caras Pintadas herdou a capacidade de contestação da geração anterior, porém, com uma capacidade educacional e tecnológica maior. Essa geração traz muitas inovações no perfil da liderança política, pois assimilaram facilmente as mudanças globais. A Geração Y demonstrou desmotivação com os líderes políticos. São guiados por ações individualistas que não priorizam as comunidades.

Palavras chaves: Gerações. Liderança. Política. Valores

ABSTRACT

Leadership is a study theme from old times; this research work presents a study on political leadership in Brazil. The researcher makes a rescue in the theorized referential of the political history of Brazil from the discovery in 1500 to the appointment of the first female president in 2011. This research was realized with representatives of the organized civic society of Santos Dumont, Eubank da Câmara and Oliveira Fortes, cities of the Zona da Mata of Minas Gerais. It embraced also an analysis of the four last adult generations that the researcher adapted to the Brazilian reality, classifying them as: Traditionalist Generation, born between 1923 and 1942, Generation of the Times of Lead, born between 1943 and 1964, Generation Painted Faces, born between 1965 and 1981, and Generation Y, those sharing their birthday up from 1982. This is a case study conducted through collecting techniques and data analyze of qualitative nature. Interviewed were 16 representatives of the organized civic society, being 4 of each generation. These interviews were submitted to content analyze. The results allow concluding that the Traditional Generation participated and still participates actively in the political life of the city and knows its political leaders. The Generation Times of Lead is a stiffer generation, still showing the profile of contestation to the military dictatorship. The Generation Painted Faces inherited the contestation capability of the former generation, but with higher educational and technological capability. This generation brings many innovations in the political leadership profile, because it assimilates easily the global changes. The Generation Y showed desmotivation with the politic leaders. It is guided by individualistic actions that don't give priority to the communities.

Keywords: Generations. Leadership. Policy. Values.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 Objetivos	15
1.2 Justificativa.....	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 Conceitos de liderança.....	17
2.2 Correntes teóricas da liderança.....	21
2.3 Cultura e liderança política no Brasil	28
2.4 História do Brasil: algumas considerações.....	35
2.4.1 História do Brasil no Período Colonial.....	35
2.4.2 História do Brasil: período imperial.....	47
2.4.3 História do Brasil: período republicano.....	65
2.5 Gerações e suas características	97
3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	105
3.1 A abordagem qualitativa.....	105
3.2 O método de estudo de caso	106
3.3 Sujeitos da pesquisa	107
3.4 Técnica de coleta dos dados.....	109
3.5 Técnica de análise dos dados	110
4 UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO DAS CIDADES ONDE OS DADOS FORAM COLETADOS	112
4.1 Santos Dumont.....	112

4.2 Ewbank da Câmara.....	118
4.3 Oliveira Fortes.....	119

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS..... 122

5.1 Repensando as categorias geracionais brasileiras.....	122
5.2 Pensamentos de uma geração sobre as demais.....	124
5.3 Práticas das lideranças políticas.....	125
5.4 Formação das lideranças políticas.....	126
5.5 Concepções sobre liderança política.....	129
5.6 Papéis e práticas dos líderes políticos.....	130
5.7 Como surgem e são preparados os líderes políticos.....	132
5.8 Modificações nos processos eleitorais.....	135
5.9 Principais lideranças políticas.....	137

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 139

REFERÊNCIAS.....140

APÊNDICE.....146

1 INTRODUÇÃO

O estudo do papel e atuação das lideranças nas sociedades é relevante, pois, em grande parte, elas são responsáveis pela construção e continuidade de suas histórias. Líderes estabelecem objetivos a serem atingidos e conseguem reunir forças e recursos para obterem êxito na sua consecução. Neste trabalho, procurou-se compreender a percepção dos eleitores, representantes da sociedade civil organizada, sobre a atuação de lideranças políticas regionais das cidades de Santos Dumont, Ewbank da Câmara e Oliveira Fortes. Essas cidades estão situadas na zona da mata mineira e pertencem à microrregião.

Como a percepção de cada pessoa pode estar ligada ao nível cultural, ao meio em que vive e também à geração a que pertence, o presente estudo levou em consideração a percepção de três diferentes gerações de eleitores, Geração Silenciosa, Geração *Baby Boomer* e Geração X, conforme proposto por Conger (2002), e da geração Y proposta por (OLIVEIRA, 2009).

Conger (2002) e Oliveira (2009) categorizam as quatro últimas gerações de adultos através de distinções bastante peculiares quanto ao imaginário, ao histórico de vida, ao momento social em que vivem ou viveram, e quanto à concepção acerca da relação com a autoridade. Cada uma dessas gerações segue a cronologia e a classificação propostas pelos autores: Geração Silenciosa, nascida entre 1923 e 1942; Geração *Baby Boomer*, composta pelos que partilham o nascimento entre os anos de 1943 e 1964; a Geração X, que compreende o período entre 1965 e 1981; e, por fim, a Geração Y, que compreende os nascidos a partir de 1982 (PEREIRA, 2005).

A Geração Silenciosa viveu em tempos de grande abundância. Esses anos foram chamados de anos dourados. Os componentes dessa geração gozaram de muita lealdade por parte das organizações. Isso deve ter acontecido possivelmente pelo fato de o mercado de trabalho não estar tão concorrido e não haver o desenvolvimento de novas tecnologias, que, em gerações posteriores, possibilitaram a diminuição de postos de trabalho. Os componentes desse grupo de pessoas

viveram tempos de tranquilidade em relação à estabilidade no emprego. Na realidade brasileira, podem-se encontrar momentos de grandes transformações políticas vividas por essa geração. Uma melhor nomenclatura, na realidade brasileira, foi chamá-la de Geração Tradicionalista.

A Geração *Baby Boomer*, conseqüentemente, não encontrou um mercado de trabalho com tantas possibilidades que pudessem proporcionar tranquilidade e estabilidade. Essas pessoas começaram a vivenciar uma nova realidade no mercado de trabalho, mas ainda tiveram boas possibilidades de ascensão profissional. Esses mesmos sujeitos, além de uma nova realidade no trabalho, viveram tempos de grandes modificações no cenário da liderança política nacional. Essa geração viveu os chamados “tempos de chumbo”. Tiveram de vivenciar um golpe de estado por parte das lideranças militares e viveram uma grande unidade quando se dispuseram a lutar para que o regime democrático fosse instalado no Brasil. Esse assunto será retomado mais adiante, porém há que se antecipar que uma identidade possível para essa geração, no cenário nacional brasileiro, e que possibilitará o engrandecimento deste trabalho, foi chamá-la de “Geração Tempos de Chumbo” (DREIFUSS, 1981).

Em seguida, surgem no cenário os componentes da geração X. Estes encontraram uma realidade muito difícil em relação ao mercado de trabalho, porque tinham visto os componentes das outras gerações, principalmente os da *Baby Boomer*, perderem seus empregos, principalmente pelo avanço das novas tecnologias. Nesse cenário, a Geração X presenciou a mudança da estrutura familiar, porque as mulheres avançaram na conquista de espaço no mercado de trabalho. Essa novidade em relação ao mercado de trabalho fez com que a mulher deixasse de viver exclusivamente para a criação dos filhos e passasse a colaborar com o orçamento familiar (CONGER, 2002).

Nesse contexto, os componentes da Geração X viram a estrutura familiar ser abalada, pois o número de separações entre casais aumentou de forma significativa. No campo da política, essa geração presenciou, ao lado das gerações anteriores, a redemocratização do país (fim do regime militar). Após este período, o país viveu um momento conturbado em relação à liderança política nacional, principalmente em

relação ao seu presidente da República (Fernando Collor de Mello). A exemplo da Geração *Baby Boomer*, que havia lutado contra o regime militar, essa geração foi às ruas em uma grande unidade, reivindicando transparência nas ações políticas. Muitos jovens pintaram suas caras com as cores da bandeira brasileira (verde, amarelo, azul e branca) e fizeram grandes manifestações em todo território nacional, culminando com o *impeachment* do então presidente da República Fernando Collor de Mello. É de se enaltecer as características dessa geração no cenário da realidade brasileira, sendo definida como a “Geração Caras Pintadas” (CONGER, 2002).

Em momento diferenciado, em relação às demais gerações, surgiu a Geração Y, totalmente diferenciada das demais. Essa geração nasceu em um momento totalmente informatizado e em um mercado de trabalho com poucas possibilidades e muitas restrições. Essa nova geração detém muita informação, principalmente pela facilidade do acesso à internet e também por controlar muitas ferramentas desse sistema totalmente interligado. Ao que parece, essa nova geração ainda não participou de um grande acontecimento no cenário brasileiro, o qual pudesse lhe caracterizar (OLIVEIRA, 2009).

Ao se adotar a perspectiva geracional, portanto, é buscado o entendimento sobre as mudanças comportamentais que acontecem à medida que uma nova geração se estabelece, bem como os impactos causados pela sua inserção. A história tem mostrado a importância das gerações ascendentes em relação às gerações descendentes. À medida que uma nova geração se estabelece, existe a possibilidade de as anteriores serem percebidas como uma ‘geração superada’. No entanto, as gerações evoluem e as contribuições dadas por elas sempre são de relevância para o aprimoramento das sociedades.

Se a cada estabelecimento de uma geração, esta tivesse que recomeçar do mesmo ponto de partida das anteriores, sem dúvida não existiria evolução, mas simplesmente recomeço. Nesse contexto, é importante destacar que o reconhecimento e a valorização dos componentes das novas linhagens poderão ter, neste trabalho, uma contribuição significativa para o crescimento do respeito às gerações anteriores, bem como para a perspectiva de uma melhor integração entre as gerações e a formação dos líderes da nova geração. Assim, uma melhor

integração entre as gerações poderá ser fator de melhoria para as ações das diversas gerações.

A história do Brasil mostra uma intenção meramente exploratória e comercial por parte dos colonizadores portugueses. E esse intuito exploratório teve impacto negativo na formação cultural da nação. A Inglaterra, ao descobrir novas terras, procurava colonizá-las, levando famílias para sua ocupação, indicando a intenção de formar sociedades estruturadas. Em sentido contrário, Portugal impôs uma colonização meramente exploratória às suas novas colônias, pois aproveitou essas descobertas e a necessidade de enviar pessoas e enviou aqueles com condutas desaprovadas para o convívio coletivo. Fica evidenciado que o envio de grupos familiares contribuiu de forma significativa para a estruturação daquelas novas comunidades (FAORO, 1976).

Significa dizer que, ao enviar os grupos familiares, ao invés de apenas exploradores para povoar as novas terras descobertas, a Inglaterra contribuiu, de forma significativa, para que o início da formação cultural da sociedade de suas colônias tivesse a estrutura mínima de formação do caráter dos novos cidadãos. A família tem papel importante na formação do caráter do cidadão e, conseqüentemente, na sociedade em que ele vive. A formação e o crescimento saudável da sociedade passam, obrigatoriamente, pelos comportamentos e ações das famílias, sendo que o lar “materno” é a primeira possibilidade de formação do caráter do indivíduo. Da Matta (1976, p. 242), por exemplo, destaca a influência da família como estrutura mínima de dignidade para o ser humano, “pois muitos membros dessa massa não têm família, esse recurso essencial para definir a própria pessoa, o próprio ser humano entre nós”.

Conforme já observado, os seres humanos estão em constante evolução, o que obriga o aprimoramento dos líderes, pois não é possível liderar uma nova geração como se liderava as anteriores. O líder contemporâneo é cada vez mais exigido em todos os aspectos, seja comportamental, relacional ou do conhecimento. Os novos líderes precisam estar em constante aprendizado e precisam ter na liderança a condição de transformação das pessoas e das sociedades. Para se caminhar em

contínua transformação, é preciso estar motivado e ter a capacidade de motivar outras pessoas. Nesse sentido, Bergamini (1994, p. 57) afirma que:

Quanto mais se aprofunda o estudo da liderança e da motivação humana, mais se percebe que esses dois temas se cruzam com frequência cada vez maior. Já se está chegando em um momento no qual falar de um assunto implica necessariamente abordar também o outro.

Fato relevante a ser destacado, no Brasil, desde o descobrimento, já foram promulgadas sete Constituições Federais, enquanto, nos Estados Unidos, existe somente uma. Isso evidencia que os legisladores no Brasil têm dificuldades de produzir leis que durem por um tempo maior. Esses 'remendos constitucionais', se assim podem ser chamados, sempre provocam adaptações necessárias à sociedade e acabam causando transtornos para o Estado organizado. A primeira Constituição foi promulgada em 1824 e a última em 1988 (VIDIGAL, 2010).

É possível que a necessidade de liderar para suprir necessidades básicas de curto prazo seja fator determinante da forma como atuam os líderes políticos no Brasil. Um fator de muita relevância pode ser a grande desigualdade social que o país vive, pois há no Brasil 56,9 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza e 24,7 milhões de pessoas vivendo em extrema pobreza. Essa desigualdade pode estar levando a um fator de relevância, pois a cultura brasileira tem forte apreço pelo sistema paternalista, pois este tende a esperar que os líderes sejam capazes de encontrar soluções para todos os seus problemas e necessidades (BRASIL: Pobreza e desigualdade, 2009).

Segundo Barros e Prates (1996, p. 42):

No Brasil o que existe é uma dependência, muitas vezes infantilizada, em relação ao governo. Os brasileiros continuam a eleger como o perfil mais adequado para a sua liderança aquele que possa ser forte e centralizador e que tenha o rosto bastante personalizado.

No Brasil, percebe-se uma forte cultura do individualismo, na qual o indivíduo é diferente da pessoa. Existe um grande arcabouço de leis no país, porém é importante destacar que as possíveis brechas que podem ser encontradas na legislação possibilitem a algumas pessoas serem diferenciadas. Da Matta (1976)

destaca que existe uma vertente individualizante no Brasil. Ele destaca que essa possibilidade individualizante está dentro do aparato da legislação, pois estar na condição de indivíduo é uma clara evidência de que não se pode incorporar a lei em seu benefício.

Segundo Da Matta (1976, p.235):

(...) é preciso reconhecer que a vertente individualizante também existe entre nós. Ela está presente em nosso aparato legal, pois as leis foram feitas para os indivíduos e em função da igualdade básica de todos os indivíduos perante a lei.

As novas gerações podem estar em um caminho para o aprimoramento do individualismo, pois estão encontrando um mundo com menos possibilidades no mercado profissional e, conseqüentemente, um mercado de trabalho mais concorrido. Fator relevante também é o avanço tecnológico, que acaba por diminuir a necessidade de mão de obra. Para solução dessas questões e outras, as pessoas elegem seus líderes políticos no Brasil esperando que estes possam encontrar soluções que acabem com as dificuldades sociais encontradas no país (OLIVEIRA, 2002).

Espera-se que esse trabalho contribua, de forma significativa, para entender as ações e práticas dos líderes políticos e também a sua formação na percepção dos representantes da sociedade civil organizada. É importante ressaltar que a escolha desse tema trouxe somas significativas para a academia, porque os líderes políticos podem ter ações iguais ou diferentes das dos líderes nas organizações (empresas). Permite-se abordar esse tema nessa linha de pesquisa, pois é de relevância destacar que o Estado organizado é uma organização com a função de cumprir papel específico em gerir recursos advindos de impostos e taxas com a finalidade de dar melhores condições às comunidades de igualdade social. Portanto, o presente trabalho procurará entender as percepções dos representantes da sociedade civil organizada em relação aos seus líderes políticos e também à forma de poder estabelecido. Propõe-se o seguinte problema de pesquisa é: **qual é a percepção dos representantes da sociedade civil organizada das cidades de Santos**

Dumont, Ewbank da Câmara e Oliveira Fortes sobre o papel, as práticas e a formação das lideranças políticas?

1.1 Objetivos

O objetivo geral da presente pesquisa foi descrever a percepção dos representantes da sociedade civil organizada das comunidades das cidades de Santos Dumont, Ewbank da Câmara e Oliveira Fortes sobre o papel, as práticas e a formação das lideranças políticas.

Os objetivos específicos foram:

- Descrever as concepções de liderança política para os representantes da comunidade pertencentes às quatro gerações.
- Descrever quais são os principais papéis e práticas de um líder político na percepção dos representantes da comunidade, pertencentes às quatro gerações.
- Identificar como surgem e são preparados os líderes políticos na percepção dos representantes da comunidade, pertencentes às quatro gerações.

1.2 Justificativa

Em relação aos resultados da presente pesquisa, ressalta-se que a expectativa é a de que as percepções colhidas, ao serem compartilhadas com a comunidade acadêmica, possam somar de forma significativa para a academia. Além disso, considera-se que, na busca preliminar de material para a base bibliográfica e referencial, foi notada uma necessidade do aumento desse tipo de pesquisa para que some nesse arcabouço e, assim, este trabalho favoreça o melhor entendimento da história, da realidade e das ações desses líderes.

É possível que o compartilhamento dessas informações com as próprias lideranças possibilite eventuais ajustes nas práticas atuais políticas, colaborando de forma significativa para o melhor desenvolvimento das relações entre líderes e eleitores. Esse ajuste necessário, que poderá ser detectado com o aprofundamento da

pesquisa, poderá ser de grande significância para todas as partes envolvidas: academia, líderes políticos e eleitores. Acredita-se, assim, que este trabalho poderá trazer grandes benefícios tanto para a academia, quanto para os líderes políticos e os representantes da sociedade civil organizada, os eleitores dessas comunidades.

Pode-se observar, inclusive, que a escassez de material sobre essa temática pode estar relacionada ao fato de os pesquisadores da academia ainda não terem despertado interesse para a relevância de entender as percepções dos eleitores com relação aos líderes políticos, bem como às ações destes. É importante destacar, também, que a escassez de material sobre liderança política pode ter uma relação com a ausência desses líderes nas faculdades e, conseqüentemente, em projetos de pesquisa.

Dessa forma, os resultados deste trabalho poderão contribuir significativamente para a teoria e para aumentar e aprimorar o arcabouço teórico. Estruturou-se este trabalho de tal forma que se possa explorar as formas estruturantes do poder, bem como os mecanismos de coleta de dados, com a intenção de explicitar, ao máximo, as percepções que foram colhidas dos representantes da sociedade civil organizada.

Enriquece esse trabalho destacar que o autor já ocupou uma cadeira no legislativo da cidade de Santos Dumont, sendo candidato em outros pleitos eleitorais. Acredita-se que sendo o autor um agente político que trouxe o tema para ser discutido na academia, foi de relevância tal iniciativa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Conceitos de liderança

O estudo da liderança conduz a uma necessidade de conceituá-la. Para isso, é preciso encontrar formas adequadas. São vários os conceitos de liderança presentes na literatura, uma vez que liderar é algo muito abrangente. O líder precisa ter a capacidade de reunir pessoas a sua volta, visando a um objetivo comum. É possível considerar os esportes coletivos como exemplo, porque uma equipe pode ter vários jogadores bons ou até mesmo muitos craques na modalidade, mas sempre será necessário que exista alguém (líder) que ajude a equipe a manter os objetivos comuns. A figura do líder ajuda a estabelecer metas e também colabora com a motivação necessária para se atingir esses objetivos. Sem alguém para liderar, corre-se o risco de nunca se atingir os objetivos e, com isso, a vitória poderá não chegar. A liderança é um conjunto de práticas que se pode observar (JORDÃO, 2006).

A liderança exige um esforço constante de aprimoramento, pois o líder será sempre requisitado e precisará responder a anseios. Pode-se dizer que a liderança é como uma arte em constante aprimoramento, que busca conduzir as pessoas e que fará com que as pessoas produzam o que é necessário de forma espontânea. O líder precisará estar atento para manter as pessoas sempre ligadas a ele, portanto, ele precisa cultivar a credibilidade de seus seguidores (CORTELLA; MUSSAK, 2009).

É importante destacar que, quando a visão é a organização, os líderes são aqueles que conseguem atingir as metas preestabelecidas e, assim, os resultados esperados através do trabalho de seus liderados. Entretanto, as organizações são diferentes e a base de maior relevância nessa diferenciação são as pessoas que integram essas organizações. Os líderes têm a necessidade de estarem preparados para tomar decisões, pois existem muitos momentos e contextos de grandes variações, o que

requer um preparo e capacidade para mensurar informações que possuem. Com isso, tentam diminuir a probabilidade de erros.

O verdadeiro líder precisa ser uma referência para seus liderados e ter a capacidade de fazer com que as pessoas pensem onde querem ir e que, com isso, tomem a decisão de caminhar em busca de determinado objetivo, se chegarem à conclusão de que vale a pena (CORTELLA; MUSSAK, 2009, p. 64).

Liderança é o processo de conduzir um grupo de pessoas e transformá-lo em uma equipe que gera resultados. É a habilidade de motivar e influenciar os liderados, de forma ética e positiva, para que contribuam voluntariamente e com entusiasmo para alcançarem os objetivos da equipe e das instituições ou organizações. Assim, o líder diferencia-se do chefe, que é aquela pessoa encarregada por uma tarefa ou atividade de uma organização e que, para tal, comanda um grupo de pessoas, tendo autoridade de mandar e exigir obediência. Algumas características são inerentes ao líder, como: credibilidade, coerência, confiança e outros (DRUCKER, 1977).

Weber (2003) caracterizou três tipos distintos de estrutura na sociedade, em que cada qual possui características de comportamento diferentes, relacionados com os tipos de poder na sociedade:

a) racional-legal - a aceitação da autoridade se baseia na crença da legalidade das leis e regulamentos. Essa autoridade pressupõe um tipo de dominação legal, a qual vai buscar sua legitimidade no caráter prescritivo e normativo da lei;

b) tradicional - a aceitação da autoridade se baseia na crença de que o que explica a legitimidade é a tradição e os costumes. Em suma, os subordinados aceitam como legítimas as ordens superiores que emanam dos costumes e dos hábitos tradicionais ou de fatos históricos imemoriais;

c) carismática - a aceitação advém da lealdade e da confiança nas qualidades normais de quem governa. Em presença de um líder ou chefe que personifique um carisma invulgar ou excepcional, qualquer subordinado aceitará a legitimidade de sua autoridade.

Assim, no caso da Racional-Legal, também denominada burocrática, em razão da predominância de normas e regulamentos definidos por mecanismos impessoais e racionais, tal como em grandes organizações, são exemplos o próprio Estado e o exército.

A liderança está sempre em evolução, pois, na medida em que as pessoas evoluem, a liderança precisa se adequar às modificações, que, conseqüentemente, são necessárias.

É importante destacar a obra “O príncipe”, de Maquiavel. Nessa obra, o controle é buscado de todas as formas. Maquiavel não admite um fundamento exterior e anterior à política. Para ele, o determinante é a divisão que existe entre os que querem dominar e os que não querem ser dominados. Na literatura de Cortella e Mussak (2009), o foco é o conceito de que o líder precisa ser alguém que serve ao próximo, enquanto Maquiavel defende que é melhor ser temido do que amado. A outra literatura sinaliza para conquistar o liderado, servindo-o com humildade. Os conceitos de liderança são diversos, porém algumas características devem ser destacadas por vários autores (INÁCIO, 2005).

Para Bergamini (1994, p. 31), o líder precisa ter características que demonstrem fortaleza:

O líder caracteriza-se por uma forte busca de responsabilidade e perfeição na tarefa, vigor e persistência na perseguição dos objetivos, arrojo e originalidade na resolução de problemas, impulso para o exercício da iniciativa nas situações sociais e senso de identidade pessoal.

Para o exercício de uma liderança eficaz, é fundamental que se compreenda o processo de liderar, que se desenvolvam as qualidades necessárias, bem como se viabilizem estratégias para aplicá-las em sua prática diária. A liderança tem sido vista e tradicionalmente considerada como o resultado de pessoas de grande talento e que detêm traços próprios capazes de influenciar os liderados de forma digna e consigam estabelecer uma coesão para que os seguidores a façam o que é necessário para a realização de metas empresariais e sociais (DRUCKER, 1996).

Fator a ser destacado e de grande importância para que se melhore a condição da liderança e para que ela seja eficiente, é que o líder precisa ter credibilidade e estar sempre atento para não perdê-la. A credibilidade perdida poderá exigir um esforço diário para recuperá-la, e isso fará com que se gaste uma energia extra para esse fim. Assim os líderes terão que nutrir os relacionamentos com seus liderados de forma mais contínua, pois terão um desafio constante de mostrar às pessoas que todos eles são importantes (BERGAMINI, 1994).

Nas organizações, sejam públicas ou privadas, há homens e mulheres que atuam com tanta eficiência que são capazes de impulsionar, de movimentar processos, pessoas e ideias. Isso caracteriza a atuação do líder e é nessas ações que ficam evidenciadas a capacidade de distinção e convencimento. Contudo, todas essas ações nascem e são suportadas pela credibilidade, sem a qual o líder terá grandes dificuldades em contar com o respeito de seus liderados (CORTELLA, MUSSAK, 2009).

O líder precisa ser uma referência em suas atitudes e, normalmente, consegue desenvolver ou aprimorar um novo cenário, nisto: “provoca as mudanças, porque associa pelo menos três qualidades: coragem, persistência e relevância. Coragem não é a ausência de medo, mas a condição de lidar com o tal” (CORTELLA; MUSSAK, 2006, p.36). O sentimento de medo também tem seu valor, porque pode ser um sinal de que uma situação que não está bem precisará ser tratada de forma prudente e não simplesmente ignorada. O líder precisa ser persistente, porém tem que ter o discernimento de avaliar cenários, condições e situações, para que não insista em projetos que sempre fracassarão. É preciso, assim, que os projetos tenham relevância para o líder e para as pessoas envolvidas. A relevância dará condições de se unificar esforços individuais na busca de soluções comuns.

Líderes precisam ter a capacidade de ver e agir de forma diferente, pois estes sempre serão requisitados pelos seus liderados e precisarão dar respostas às necessidades deles. Para tanto, o líder precisa acreditar em suas convicções, sem perder a sensibilidade de perceber os cenários. Os líderes precisam superar alguns sentimentos, nisto: “[...] a qualidade para líder conseguir realizar uma mudança é a

persistência, porque uma mudança não se obtém de um dia para o outro” (CORTELLA, MUSSAK, 2006, p. 37).

O líder precisa ter uma visão estratégica de todo o sistema. Nesse contexto, Bennis (2001, p. 173) chama a atenção para que:

Uma visão aberta para as condições globais é essencial para que as pessoas possam aceitar as ideias e abraçá-las para que busquem a realização plena do grupo em seus objetivos comuns. É importante destacar que uma visão aberta não é benéfica apenas para aqueles que já estão envolvidos no processo, mas também para possíveis recrutamentos que a administração poderá ter de fazer na busca de possíveis adequações e aprimoramentos necessários a todas as organizações no decorrer de determinado tempo.

Os líderes conseguem desenvolver estratégias que se caracterizam pela grande velocidade do aprendizado e esses novos conhecimentos e as experiências adquiridas são um facilitador para fazer o mundo mais amplo e complexo. Essas circunstâncias, em contínuas modificações, fazem que a complementaridade entre educação formal e informal seja de grande importância para a formação dos líderes (BENNIS, 1996).

O entendimento da função de liderança talvez seja uma das principais buscas da sociedade. E por razões óbvias: o destino de uma família, de uma empresa, de uma comunidade ou de um país está diretamente associado à capacidade de sua liderança. Os líderes nas organizações se fortalecem à medida que conseguem reunir forças em busca de uma coesão. Nesse sentido, a princípio, a liderança política também é exercida com maior poder à medida que o líder consegue aglutinar forças em volta de objetivos. O líder político precisa ter a condição de se articular entre as forças colocadas.

2.2 Correntes teóricas da liderança

Na busca de um entendimento adequado e eficaz sobre a liderança, alguns pensadores começaram a classificar algumas formas de pensamentos, o que levou ao surgimento de algumas correntes sobre o assunto. A primeira delas, a Corrente

dos Traços, leva em conta e privilegia a personalidade como base para se exercer a liderança. A Teoria dos Traços coloca a liderança como a capacidade de reunir traços em uma combinação de qualidades pessoais do líder. O que essa teoria procura explicitar é que o líder precisa possuir algumas características em sua personalidade, que poderiam ser fatores facilitadores para desenvolver a liderança. Enfatiza as qualidades que estão intrínsecas naqueles que nasceram para liderar. O que está claro no entendimento dessa teoria é que o líder já nasce com as qualidades para liderar. Fica evidenciado que as pessoas não poderiam desenvolver essas características ao longo da vida. A corrente dos traços foi a primeira tentativa bem sucedida de sistematizar o entendimento da liderança, que predominou até a década de 40 do século XX (BERGAMINI, 1994).

Essa tese que destacou os traços de personalidade como altamente relevantes foi alimentada pela corrente positivista. O foco nas pessoas fortaleceu, em muito, aqueles que acreditavam e defendiam a liderança como algo inato e ligado aos traços pessoais. É como se existisse um culto ao líder como pessoa e não se levava em conta os fatos, nem se procurava entender as minúcias dos acontecimentos. Até esse momento, não se acreditava que o ser humano comum pudesse se destacar como líder. Aqueles que detinham o poder precisavam de uma justificativa para que seus laços consanguíneos pudessem continuar a gozar dos privilégios dados àqueles que detinham os postos de liderança. Certamente, esse momento teve forte influência dos sistemas patrimonialistas e patriarcais que precisavam de uma justificativa que fosse aceita pelas comunidades.

Segundo Bergamini (1994, p. 28, 29), até os anos 40 do século XX, a Teoria dos Traços teve uma predominância tal que constituiu a grande tentativa de sistematização bem sucedida:

Enfatizando especialmente as qualidades pessoais do líder. [...] As características dos líderes passam a ser estudadas dentro de uma perspectiva universalista, como elementos em si mesmos, independente da situação e demais variáveis em meio às quais estejam em ação.

Essa teoria nos dias atuais ainda tem forte apelo, porque muitas pessoas ainda acreditam e defendem a visão implantada por ela. Os líderes nascem feitos e não aprendem a ser líderes. Em análise feita pela UnB (Universidade de Brasília), de 20 pesquisas que foram realizadas para identificar cerca de 80 traços da liderança, foi constatado que apenas cinco pontos deles eram comuns a quatro investigações. No sentido de identificar os traços consistentes e únicos que identificam um líder, essas pesquisas falharam enormemente, mas foram úteis para identificar alguns traços que estão associados à liderança, às pessoas líderes e àquelas não líderes:

- a) ambição e Energia;
- b) desejo de Liderar;
- c) honestidade e Integridade;
- d) autoconfiança;
- e) inteligência e conhecimento relevante ao cargo.

Conforme já mencionado, essa teoria parece ter um traço ideológico, que se evidenciou em um momento de forte apreço pelo sistema paternalista dessa época, que precisava justificar a condição de 'sujeitos dominantes', componentes ascendentes de determinadas famílias detentoras de grandes espólios como líderes naturais, porque já nasceram em tal situação. É importante mencionar que essa teoria teve forte impacto nas gerações dessa época, pois limitava ou, para ser mais preciso, aniquilava as possibilidades de alguém ser líder se não tivesse nascido nas famílias detentoras do poder, que não pertencesse a uma das castas privilegiadas. A liderança era entendida como um atributo inato da figura do líder. O positivismo teve muita influência para a prosperidade dessa corrente.

Aristóteles, ao afirmar que uns nascem para mandar e outros nascem para obedecer, lançou as bases desse pensamento, conforme aponta Penteadó (1978, p. 5,6).

A Liderança é *atributo* que se transfere e relação que se eterniza. [...] A Religião depressa reforçou o líder natural, através dos postulados do Direito Divino. Surgiram os reis, aos quais se deu a prerrogativa de distribuir parcelas de poder entre nobres, sacerdotes e guerreiros. [...] Durante séculos, a Liderança é somente função do indivíduo a quem competem a posição de proeminência e o exercício da influência sobre os grupos humanos. [...] A Revolução Francesa [...], no que tange à Liderança, não fez mais do que reforçar uma concepção estritamente individualista. [...] Ao direito de nascimento sucedeu o velhíssimo direito do mais forte. [...] A liderança continuou sendo a função do líder. [...] A Liderança *atributo* fascina as criaturas. [...]

Nasce a Teoria dos Grandes Homens [...] examinando suas biografias, procura a 'pedra-filosofal' da Liderança, a qualidade, ou o conjunto de qualidades capazes de fazer de um homem um líder.

Após a ampla expansão da Teoria dos Traços, a partir da década de 40 começaram a surgir outras correntes, como a Comportamental, Contingencial, Situacional e as quatro mais recentes: Teoria da Atribuição de Liderança, Teoria da Liderança Carismática, Liderança Transacional versus Transformacional e Liderança Visionária (ROBBINS, 1998).

Nesse período, a corrente positivista, que considera a organização como um instrumento de estabelecimento da hierarquia, começou a perder força, porque nessas novas correntes a organização é vista como um ente capaz de sistematizar os grupos para atingir objetivos, visão esta advinda da fenomenologia e do relativismo. Além disso, o líder passa a ser visto como uma pessoa capaz de atuar em determinada situação e em outra não. Alguns traços podem facilitar o sucesso para obtenção de determinado resultado, mas não garantem sucesso completo. Diante de uma nova realidade sobre a liderança, após o enfraquecimento da predominância da Teoria dos Traços, começou-se a buscar o entendimento a respeito dos comportamentos desses líderes com foco nas situações.

Volumosa pesquisa feita especialmente sob condições reais de vida tem mostrado bem consistentemente, todavia, que a personalidade do líder é somente um dos fatores que determinam o desempenho do grupo. O líder que se desempenha bem em grupo ou sob um conjunto de condições pode não sair-se bem em outros grupos, em outras tarefas ou sob outras condições (FIEDLER¹ *apud* BERGAMINI, 1994, p.46).

A Teoria Comportamental, conforme já colocado anteriormente, é a primeira a contestar a Teoria dos Traços. Ela questiona que os líderes já nascem com características próprias. A busca pela identificação de comportamentos, que pudessem caracterizar os líderes, fez com que essa teoria expandisse e se fortalecesse. Contribuiu de forma significativa uma pesquisa na *Ohio State University*, no final dos anos 40. Nessa pesquisa, procurou-se identificar as dimensões do comportamento do líder e conseguiu-se encontrar alguns

comportamentos que podiam ser distinguidos, como, por exemplo: confiança mútua, respeito pelas ideias dos subordinados e interesse por seus sentimentos.

Ainda na literatura de Robbins(1998), é mencionado outro estudo da *Michigan University*, que foi feito em época semelhante à da pesquisa de *Ohio State University*. Nesse estudo, é evidenciado que líderes orientados para o liderado conseguiam maior produtividade das pessoas que eram lideradas e também maior satisfação no trabalho. Em contrapartida, os líderes orientados para a produção eram associados à baixa produção dos liderados e também insatisfação na execução do trabalho. Uma deficiência dessas teorias é a dificuldade de reconhecer as mudanças necessárias. que devem ser implementadas à medida que as situações se modificam.

As Teorias Contingenciais levam em conta que determinado líder, que atua liderando um grupo de pessoas em um segmento e consegue grande êxito, pode não ter êxito liderando outro grupo em outra atividade. O modelo mais aceito dessas teorias é o contingencial de *Fiedler*, que procurou entender o grau de eficácia do líder, discernindo os limites de interação sem perder a subordinação dos liderados e, conseqüentemente, colocando em risco os objetivos organizacionais. Nesse modelo, é levado em conta o estilo de liderança básico da pessoa. Após distinguir o estilo básico, é preciso conciliá-lo com situações para identificar se existe compatibilidade entre o estilo básico do líder e a situação.

Esse mesmo modelo de *Fiedler* foi aprimorado tempos depois, fazendo com que surgisse a Teoria de Recurso Cognitivo. Essa evolução foi necessária para entender e lidar com “algumas percepções sérias ignoradas e que precisam ser estudadas” (ROBBINS, 1998, p. 224). Nessa nova abordagem, é dada maior visibilidade à condição inicial do líder, que, se reunir as características de inteligência e de competência, terá melhores condições de alcançar êxito no desempenho de seu papel de líder. Nessa teoria, passou a ser defendida também a ideia de que experiência e tempo de serviço são fatores de grande relevância para o sucesso do líder e dos liderados (Robbins, 1998).

As teorias evoluíram rapidamente e, com uma nova forma de pensar e mais inovadora, surgiu a Teoria Situacional, que dá ênfase aos seguidores em relação ao líder. Essa teoria procura mostrar que, independentemente do que o líder faça, o resultado final dependerá das ações dos liderados. Esse entendimento foi negligenciado pelas correntes até aqui apresentadas. A Liderança Situacional tem algumas bases do método de Fiedler, porém avançou em pontos importantes, são eles: narrar, vender, participar e delegar. Conforme Robbins (1998), tais pontos podem ser assim definidos: Narrar: O líder define papéis e diz às pessoas o quê, como, quando e onde fazer várias tarefas. Dá ênfase ao comportamento diretivo; Vender: O líder fornece tanto comportamento diretivo, quanto comportamento de apoio; Participar: O líder e o seguidor partilham da tomada de decisão, e o papel principal do líder é o de facilitar e comunicar e Delegar: O líder fornece pouca direção ou apoio.

Por fim, algumas abordagens mais recentes fazem menção a quatro teorias: Teoria da Atribuição de Liderança, Teoria da Liderança Carismática, Teoria da Liderança Transacional e Transformacional e Teoria da Liderança Visionária.

A Teoria da Atribuição de Liderança, além de características já fundamentadas em outras teorias, apresenta a novidade que é “a percepção de que líderes eficazes são geralmente considerados consistentes ou não-hesitantes em suas decisões” (ROBBINS, 1998, p. 232). Esses líderes são firmes nas tomadas de decisões e não possuem características que facilitem a mudança de opinião depois de uma decisão tomada.

A Teoria da Liderança Carismática é uma extensão da Teoria da Atribuição. Ela menciona que os líderes fazem avaliações heróicas dos liderados, quando esses líderes têm algumas características comportamentais. Os líderes conseguem uma confiança extremamente alta, domínio e fortes convicções em suas crenças. Líderes carismáticos conseguem envolvimento muito grande dos liderados, e isso deve acontecer devido ao alto grau de satisfação dos liderados em trabalhar com líderes que detêm características desse tipo de liderança.

Na Teoria da Liderança Transacional, os líderes têm a capacidade de mudar a consciência das pessoas que são lideradas, possibilitando que os seguidores vejam velhos problemas de maneiras novas. Com essa capacidade de envolvimento, esses líderes são capazes de exercer grande influência, fazendo com que liderados usem de grande esforço para o cumprimento de objetivos da organização. A Liderança Transacional e a Liderança Transformacional não devem ser vistas como abordagens opostas. Essas características não se opõem uma à outra, mas se completam, pois a Liderança Transformacional é construída sobre a Liderança Transacional. A Liderança Transacional tentará fazer com que os liderados tenham características mais similares às características carismáticas, enquanto a Transformacional tentará instilar nos seguidores a capacidade de questionar. (Robbins, 1998).

A Teoria da Liderança Visionária tem por objetivo estabelecer uma visão realista do futuro para uma organização a ser buscada desde o presente. A visão a ser buscada deve ser realista, pois o tema que trata essa teoria está baseado em visão e não deve ser confundida com ilusão. Visões devem combinar os tempos e circunstâncias, pois “uma visão provavelmente falhará se não oferecer uma imagem do futuro que seja clara e demonstravelmente melhor para a organização e seus membros” (ROBBINS, 1998).

Nos anos 70, mais precisamente em seus meados, a liderança começou a ser estudada como um fato da convivência, portanto, retirando, gradativamente, o foco nas pessoas e voltando-se para as organizações e nos comportamentos dos grupos. Nesse momento, os autores, sem deixar suas teorias já interiorizadas, começaram a focar no processo da liderança. As mudanças das gerações trazem novos entendimentos quanto à liderança, bem como sobre quais pessoas devem ocupar tais posições. O que se constata nessa abordagem preliminar, e já mencionado anteriormente, é a grande relevância que esses estudos apresentam para este trabalho, pois terão a possibilidade de contribuir de forma significativa para a análise do tema da liderança política, somada às evidências das mudanças das percepções das quatro últimas gerações.

2.3 Cultura e liderança política no Brasil

A colonização do Brasil teve o intuito exploratório. Portugal fez um planejamento de descobertas, simplesmente para aumentar sua dominação. Segundo Faoro (1976, p. 99), fica clara a intenção de Portugal que era “o descobridor, antes de ver a terra, antes de estudar as gentes, antes de sentir a presença da religião, queria saber de ouro e prata”. É um país com muitas misturas de culturas, isso se deve ao grande número de imigrantes de vários outros países, que também ocuparam o território após a descoberta. Apesar do descobrimento no ano de 1500, somente em 1530, começaram as movimentações para povoar a nova terra. Inicialmente a nobreza de Portugal não teve um grande interesse em investir nessa colonização. Ao contrário do que ocorrera no reino e nas ilhas do Atlântico, dessa vez, não houve interesse da alta nobreza lusitana em se associar ao projeto. Na nova terra, o Brasil, não foram os membros da grande nobreza, como infantess, duques ou condes que receberam as imensas e selvagens extensões que deveriam ser colonizadas com recursos próprios. Os 15 novos lotes, perfazendo 12 capitãniass, foram doados aos membros da pequena nobreza: militares ligados à conquista da Índia e da África e altos burocratas da corte, até então vinculados à administração dos longínquos territórios do Oriente (BUENO, 1998).

A nova colônia tinha muitos desafios a serem enfrentados. O responsável por começar a enfrentar esses desafios foi Martin Afonso:

A expedição zarpara de Lisboa num sábado, dia 3 de dezembro de 1530 - quase três meses antes, portanto, de D.Isabel enviar sua primeira reclamatória. E os objetivos da frota não se restringiram a combater os franceses, fundar fortalezas e explorar o rio da Prata. Havia um quarto propósito - que, caso fosse então conhecido, teria deixado a Coroa de Castela ainda mais alarmado. Com efeito, o regimento dado a Martin Afonso estipulava que ele deveria enviar também uma missão de reconhecimento ao imenso e misterioso rio que os espanhóis haviam descoberto em 1500, no norte do Brasil. Vicente Yañez Pinzón, que fora o primeiro a percorrer aquele extraordinário curso d'água, o havia chamado de maranón. Quase meio século mais tarde, quando outro navegador espanhol, Francisco de Orellana, foi capaz de navegá-lo da nascente à foz, decidiu rebatizar a monumental estrada líquida que serpenteava por mais de 6.000km, desde os Andes até o oceano Atlântico, em meio à floresta que os europeus jamais haviam visto. Orellana deu-lhe o nome que ele ainda mantém: rio das Amazonas (BUENO 1998, p. 35).

Certamente, o intuito exploratório do descobridor contribuiu bastante para que muitas riquezas fossem retiradas do Brasil. A forma de colonização escolhida pelo rei Dom Manuel, no ano de 1498, foi enviar, como colonizadores, pessoas que não eram bons cidadãos para Portugal, porque causavam problemas às comunidades onde viviam.

A colonização do Brasil teve, e continua tendo, grande significância no comportamento da população. A colonização realizada por Portugal teve como foco a exploração da terra, pois: “[...] do rei venturoso Dom Manuel. Plano e execução mordidos de zombarias, vibrados pela nobreza e seus escrúpulos: Povoar a terra, permitindo o casamento de “gente baixa” com mulheres da terra, fixando-a ao solo” (FAORO, 1976, p.111).

Bueno (1998, p.14) relata o começo da miscigenação brasileira:

Gerando, com suas concubinas indígenas, mamelucos as centenas, explorando os recursos naturais da terra, adotando os costumes e a alimentação dos nativos — e aprendendo com eles tudo o que podiam sobre a realidade física do Brasil —, os degredados ajudaram a tornar a vida cotidiana dos europeus no trópico mais eficiente e menos árdua. Mas não há dúvidas de que foram também os principais responsáveis pelos distúrbios que levaram várias capitanias à ruína. Os “saltos” organizados pelos degredados com o objetivo de capturar indígenas foram o estopim que deflagrou conflitos e tomaram tal dimensão que atingiram e devastaram seis das oito capitanias nas quais os lusos haviam se instalado.

Portugal teve muitos problemas para colonizar o Brasil, dentre eles, podem-se destacar o conflito com os franceses, espanhóis e também com os índios no período entre 1500 e 1530. Portugal sofreu algumas adversidades, pois no final do verão de 1532, Portugal passava por uma grave crise econômica. Na verdade, ao assumir o trono - 11 anos antes, no Natal de 1521 - D. João III herdara do pai, o rei D. Manoel, um erário vazio e a fazenda real bastante arruinada, o que o levaria a viver sempre em aflições de dinheiro. Conforme o historiador Alexandre Herculano, para piorar a situação, “quando D. João foi coroado, a terra portuguesa estava esturricada por uma tremenda seca, que fizera mirrar as colheitas e trouxera a miséria e a peste”. Além disso, em fins de 1531, um terremoto atingira Lisboa. Não havia, portanto, recursos disponíveis para colonizar o Brasil à custa do Tesouro Real. E ninguém sabia disso melhor do que D. Antônio de Ataíde. Partiria dele, portanto, a decisão de

entregar para a iniciativa privada a obrigação de ocupar a colônia - sob pena de perdê-la para os franceses (BUENO 1998).

Com tantas adversidades enfrentadas por Portugal, o rei D. João foi levado a tomar uma decisão que aumentaria o deslocamento de pessoas para o território brasileiro. Apesar de todas essas vantagens aparentes, os donatários logo foram informados de uma nova decisão da Coroa e que cedo se revelou de todo prejudicial para eles. No dia 31 de maio de 1535 (cerca de um ano após a assinatura da primeira carta de doação), o rei D. João III declarou as capitanias do Brasil território “de couro e homizio”: ou seja, uma região na qual crimes cometidos anteriormente em outros lugares ficavam instantaneamente prescritos e perdoados. O Brasil transformou-se, assim, numa das colônias para as quais os condenados de Portugal eram enviados para cumprir degredo. No dia 5 de outubro de 1535, o rei determinou que os degredados que antes eram mandados para as ilhas de São Tomé e Príncipe, na costa ocidental da África, passassem a vir para o Brasil (BUENO, 1998).

Não é difícil supor as consequências desse decreto, após sua assinatura:

Portugal “saneou suas enxovias”, na expressão de um contemporâneo - sendo “enxovia” o termo então usado para “cárcere subterrâneo”. Vários donatários foram forçados a trazer consigo centenas de degredados. Embora muitos dos condenados fossem “indivíduos de baixa esfera e de costumes pervertidos, que traziam no próprio corpo o estigma de sua infâmia” - tendo sido marcados com ferro em brasa ou, mais frequentemente, “desorelhados” - alguns haviam sido punidos por questões fiscais, relacionadas com o não-pagamento de impostos. Ao contrário dos criminosos comuns, muitos deles se dedicaram a atividades produtivas no Brasil. Os demais apelaram para a pirataria e o tráfico de escravos indígenas. Ao todo, cerca de 500 degredados devem ter sido trazidos para o Brasil entre 1535 e 1549 (BUENO, 1998, p.91-92).

Faoro (1976) faz um relato do projeto de descobertas estabelecido por Portugal, além de como se colonizar as novas terras. No caso específico do Brasil, desde a descoberta, o país passou e continua passando por fortes crises institucionais e políticas. Uma análise preliminar pode ser colocada na visão de como a população brasileira enxerga seus líderes políticos. Essa análise preliminar mostra que a percepção dos liderados em relação aos líderes pode não ser a mais favorável. Ao que parece, o cidadão brasileiro tem elegido representantes ao longo de toda a

história, esperando que estes tenham todas as condições de solucionar os problemas, principalmente os individuais.

O intuito exploratório inicial do descobridor certamente dificultou uma melhor evolução social e cultural, pois, apesar de todos os avanços e possibilidades alcançados pela ciência e pela tecnologia, que demonstram uma grande evolução e também de superação, ainda não foi possível superar as desigualdades econômicas e sociais no Brasil. O que se percebe é uma realidade dura e cercada de crueldade pela grande desigualdade social vivida dentro do país. Nesse contexto de desigualdade, o Brasil ocupa o segundo lugar em mortes por armas de fogo em todo o mundo, tem 25 milhões de miseráveis e uma educação formal longe de ser a ideal. Um fator que assola a muitos é a desnutrição, que produz muitas mortes de crianças. A falta de educação adequada leva a uma outra situação preocupante, que é a gravidez na adolescência, fator que provoca muitas mortes nessa idade, por tentativas de aborto em condições nada seguras, por exemplo.

Bueno (1998, p. 13) destaca que:

Não foram apenas donatários e colonos que desembarcaram no Brasil a partir de março de 1535. Com eles começaram a vir também, em grande escala, os degredados, condenados a cumprir suas penas na remota colônia sul-americana. Embora considerados pelo donatário Duarte Coelho como a “peçonha que envenena a terra”, foram eles que deram início à ocupação mais intensa do território, se tornaram responsáveis pela miscigenação dos portugueses com nativos e por sua adaptação ao novo meio no qual se viram instalados.

A violência urbana é uma realidade, pois um mercado de trabalho sem condições de absorver toda a oferta de mão de obra e cada vez mais exigente com a qualificação faz com que muitos tenham que buscar formas de obter algum recurso financeiro, no mínimo para subsistência. Muitas vezes, o único caminho encontrado é o do crime, que faz com que algumas regiões do país pareçam verdadeiros campos de guerra quase permanentes (ROIZMAN, 2006).

Assim, é desafio de todas as gerações tentar encontrar alternativas que possibilitem uma melhor distribuição de renda e que, com isso, possibilite uma sociedade mais igualitária. Trata-se de um grande desafio constante, pois é preciso que as novas gerações se voltem para as questões sociais e se dediquem e colaborem. As

gerações estão no caminho do individualismo, e não parece tarefa fácil retroceder para encontrar alternativas coletivas.

Existe uma opção dos poucos que detêm boa parte dos recursos circulantes em querer obscurecer, ou tratar como invisíveis, aqueles que têm tido dificuldades de ter suas necessidades mais básicas supridas (RADAR, 2005).

A classe política está diante de um desafio, que é recomeçar o pensamento de igualdade social. Isso não parece ser tarefa fácil na cultura brasileira, pois repensar poderia exigir muitos recomeços, muitas novas formas de se pensar seriam descartadas, pois não seria possível recomeçar o pensar com a estrutura de desigualdades já instalada internamente.

Segundo a Constituição Federal, no Brasil, o meio pelo qual são eleitos os líderes políticos é o processo democrático, ou seja, cada cidadão brasileiro é obrigado a comparecer em um dia determinado para votar. É importante pensar se realmente esse processo é democrático, pois o cidadão é obrigado a comparecer, não sendo facultada a livre escolha de se abster e não votar, salvo se tiver uma justificativa legal, como, por exemplo, estar fora do seu domicílio eleitoral.

As lideranças políticas no Brasil podem ser percebidas pelas comunidades como pessoas capazes de dar soluções a todos os problemas. Nesse sentido, na medida em que os líderes políticos não conseguem atender às necessidades do liderados, isso se torna fator de frustração e, com isso, de discórdia. O Brasil, quando foi descoberto, tinha uma população pequena de índios. Hoje, a população já é de mais de 190 milhões de habitantes. A forma exploratória adotada por Portugal certamente teve, e continua tendo, uma influência muito grande na cultura brasileira (NUNES, 2008).

Esses líderes são tidos como pessoas absolutamente capazes de dar soluções de pronto, nisso, destaca-se: “a obra política e comercial da colonização tinha como ponto de apoio a distribuição das terras” (FAORO, 1976, p. 123).

A busca de soluções por questões individuais é de relevância e merece destaque, pois, considerando a base da pirâmide, que são as necessidades básicas, no Brasil, estas continuam sendo as mais buscadas por boa parte da população. Nesse contexto, o país vive, vez por outra, alguns momentos de crise institucional. Esses líderes políticos, em uma necessidade de se perpetuarem no poder, precisam buscar a todo custo condições de “suprir necessidades”. Portanto, essa busca, muitas vezes desenfreada pelo poder ou pela sua manutenção, produz escândalos que recebem grande publicidade. Ressalta-se, entretanto, que o ser humano só buscará o atendimento de uma nova necessidade, quando uma anterior e mais necessária estiver atendida. “Ninguém vai se preocupar com desenvolvimento pessoal se estiver passando fome ou sede” (JORDÃO, 2006, p. 73).

Essa forma de como os líderes políticos são percebidos se perpetua na história do Brasil. “Os direitos dos colonos livres e os dolorosos deveres dos trabalhadores codificavam-se na vontade e nos atos do donatário” (FAORO, 1976, p. 129).

Com as mudanças que as gerações estão sofrendo, parece estar sendo produzida uma ainda maior relação da cultura do individualismo dentro do país, o que pode ser uma encruzilhada, pois, se as modificações das gerações têm trazido outras ainda mais individualistas, a capacidade do líder político em atendê-las é o que vai determinar a sua ascensão ou manutenção no poder.

Outro aspecto em relação à cultura brasileira é a adoção, por parte da população, da necessidade de se usar a frase “você sabe com quem está falando?” ou similares. Há a necessidade das pessoas tentarem ser percebidas como detentoras de algum poder. Essa necessidade talvez se mostre de forma muito forte pela desigualdade social que o país vive.

Segundo Da Matta (1976, p.182):

O sabe com quem está falando? além de não ser motivo de orgulho para ninguém - dada a carga considerada antipática e pernóstica da expressão -, fica escondido de nossa imagem (e auto-imagem) como um modo indesejável de ser brasileiro, pois que revelar do nosso formalismo e da nossa maneira velada (e até hipócrita) de demonstração dos mais violentos preconceitos.

Essa frase e algumas outras similares com o mesmo poder de transmissão de preconceitos demonstram uma cultura que tenta colocar o cidadão comum na condição de insignificante. Ser chamado de cidadão no Brasil, por si só, já o desqualifica. Em nossa cultura, a palavra cidadão ou indivíduo já coloca o sujeito como um ser que não detém algum ou nenhum poder. O país possui um grande arcabouço de leis, porém parece existir uma condição não explícita de que o indivíduo é indivíduo e pessoas são diferentes destes.

Da Matta (1976, p. 237) argumenta sobre essa diferença:

Em outras palavras, as leis só se aplicam aos indivíduos e nunca às pessoas; ou, melhor ainda, receber a letra fria e dura da lei é tornar-se imediatamente um indivíduo. Poder personalizar a lei é sinal de que se é uma pessoa.

O povo brasileiro é um povo em que as pessoas facilmente interagem umas com as outras, aliás, se algum cidadão pertencente à comunidade procura viver uma vida mais reservada, poderá ser percebido como uma pessoa não simpática. É própria da cultura brasileira essa interação, e isso se dá pela mistura da população com várias miscigenações.

Barros e Prates (1996, p. 37) apresentam que “aqui no Brasil, o indivíduo isolado e sem relações é considerado como altamente negativo, um ser marginal em relação aos outros membros da comunidade”.

Aqueles que têm a nacionalidade brasileira são cheios de esperança e podem usar a passividade como objeto de contínua manifestação dessa esperança. Continuam acreditando na possibilidade da alavancagem do país.

Nesse contexto, Faoro (1976, p. 323) afirma que

A política brasileira tem a perturbá-la, intimamente, secretamente, desde os dias longínquos da independência, o sentimento de que o povo é uma espécie de vulcão adormecido. Todo perigo está em despertá-lo. Nossa política nunca aprendeu a pensar normalmente no povo, a aceitar a expressão da vontade popular como base da vida representativa.

Podem existir muitas formas de se aperfeiçoar as condições da cultura brasileira, mas, certamente, é necessário que se dê condições de as pessoas estudarem, pois passa pela educação a possibilidade de aprimoramento de competências para a qual o autor mencionado chama a atenção em seu texto.

2.4 História do Brasil: algumas considerações

2.4.1 História do Brasil no Período Colonial

O Brasil é um país novo, com apenas 510 anos de descobrimento, porém, se comparado com os Estados Unidos, que teve um descobrimento com apenas oito anos de diferença, nota-se que o desenvolvimento deste país é infinitamente maior. Conforme já mencionado, o Brasil foi descoberto no ano de 1.500. O descobridor foi o português Pedro Álvares Cabral que comandava uma frota de treze caravelas. O relato do descobrimento foi feito por Pero Vaz de Caminha.

Estima-se, segundo Bergmann (1977, p. 15) que o Brasil no seu descobrimento:

Quando vieram os portugueses, em 1500, a população indígena no território brasileiro era de mais de dois milhões. Portanto, em quase cinco séculos, a população cresceu cinquenta vezes [...] Não é fácil obter-se uma visão de conjunto da população. Durante mais de três séculos não foi feito nenhum recenseamento! O primeiro censo nacional é de 1872. No século anterior a este censo, ou seja, a partir do período pombalino, ainda existem registros parciais e estimativas globais relativamente seguros. Mas, para os primeiros dois séculos, estamos reduzidos a observações esporádicas, suficientes apenas para termos uma vaga ideia geral.

Não era somente Portugal que tinha interesse na região, outros países, como Espanha e França, fizeram grandes investidas na tentativa de abocanhar uma parte da imensidão territorial. Diante das dificuldades de ocupar o novo território, foi feita a primeira tentativa pelo governo de Portugal: a divisão do Brasil em capitanias hereditárias. Essa divisão não seria apenas a primeira tentativa oficial de colonização portuguesa na América, mas estava destinada a ser também a primeira

vez que os europeus iriam se lançar no ousado projeto de transplantar seu modelo civilizatório para as vastidões continentais do Novo Mundo (BUENO, 1998).

Tratava-se de um grande território a ser ocupado, uma imensidão de terra, como aconteceu em casos anteriores, em que Portugal havia feito descobertas, o Brasil foi dividido em vastas áreas chamadas de “donatárias” ou “capitanias hereditárias”. Na América, esses lotes eram enormes: tinham cerca de 350 km de largura cada, prolongando-se, em extensão, até a linha estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas, em algum lugar no interior ainda desconhecido do continente. As capitanias brasileiras possuíam, dessa forma, dimensões similares às das maiores nações europeias (BUENO, 1998).

Depois de um século após a vinda de Cabral, a colônia brasileira contava com aproximadamente 58 mil habitantes, sendo 25 mil europeus, 19 mil indígenas e 14 mil africanos. Importante mencionar que esses números abrangem apenas a população do território controlado por Portugal, ou seja, estreitas faixas do litoral onde se fixaram os primeiros núcleos coloniais. No século seguinte, ou seja, de 1600 a 1700, a população da colônia cresceu devagar. Era reduzida a imigração de europeus. O aumento que houve se deve principalmente a africanos trazidos como escravos. A partir daquele século, os africanos foram o maior componente da colônia brasileira, mais numerosos do que os europeus e índios submissos.

Partindo do ponto de vista da raça, a população brasileira teve feição predominantemente africana durante grande parte de sua história. A partir da metade do século XVII, o componente africano tornou-se majoritário, mantendo essa posição até o fim da escravatura, dois séculos e meio mais tarde! No final deste segundo século, ou seja, em 1700, a população em território brasileiro tinha alcançado cerca de 300 mil habitantes. No século seguinte, de 1700 a 1800, houve um grande crescimento populacional. Além de uma intensificação do tráfico de africanos, houve maciça imigração europeia. Foi o período decisivo da imigração portuguesa para o Brasil. O fluxo de portugueses tinha começado a avolumar-se nos últimos decênios do século XVII. Esse crescimento se deu graças à descoberta do ouro nas margens do rio São Francisco, o que cresceu tanto que Portugal chegou a proibir a saída de seus habitantes, para não esvaziar completamente o seu território.

Assim, por volta de 1800, a população havia crescido muito, passando de três milhões e meio, aproximadamente. Um século mais tarde, já na República, e agora com estatísticas mais seguras, os brasileiros eram 17 milhões (BERGMANN, 1977).

Diante de um desafio tão grande, que era o de povoar a nova terra, Faoro (1976, p. 113) afirma que a colonização das colônias não se preocupava com qualidade, mas sim com números: “o povoamento, com a mistura de raças, só era aceitável pela gente baixa, mais atenta à conquista e a uma vida melhor do que a honra social”.

Ainda na literatura de Faoro (1976) na página 121, ele destaca uma outra realidade:

As colônias inglesas imediatamente se sobressaíram logo no primeiro século após o descobrimento em relação às portuguesas: O contraste com as colônias inglesas, um século depois de fundadas, sobressai de modo patente.

Após o descobrimento no ano de 1530, Portugal começou a enviar caravanas para povoar o território brasileiro. Logo essas caravanas encontrariam muitas dificuldades para cumprir a missão para a qual foram designadas:

De qualquer forma, postos em prática pessoalmente ou à distância, os projetos de colonização resultaram, quase sem exceção, em retumbante fracasso. Os donatários que não pagaram por seus erros com a própria vida perderam (e jamais recuperaram) as fortunas adquiridas no reino ou na Índia. Não é de se estranhar, portanto, que apenas duas das 12 capitanias tenham florescido. Foram elas Pernambuco e São Vicente (BUENO, 1998, p.2).

No deslocamento com destino ao Brasil, a caravana portuguesa apreendeu navios franceses, que estavam com grande quantidade de madeira extraída de terras brasileiras. João de Sousa desembarcou em Portugal no início de junho de 1531. As 70 toneladas de pau-brasil que ele trazia foram a leilão, enquanto os traficantes franceses eram encarcerados na temível prisão do Limoeiro, em Lisboa. Ainda estavam lá em fevereiro de 1532, quando D. Diogo de Gouveia, o principal representante diplomático de Portugal na França, enviou uma carta para o rei D. João III intercedendo pela libertação daqueles homens, de modo a facilitar suas negociações com Francisco I (BUENO, 1998).

No território brasileiro, existiam várias tribos de índios, poucos amigáveis aos europeus que chegavam para tentar colonizar a nova colônia. Baseando-se no depoimento que sobre eles deixaram vários cronistas europeus contemporâneos, não chega a ser uma surpresa o fato de os Goitacases não terem sido vencidos pelos índios Tupi. Altos, robustos e de pele mais clara que os demais povos da costa, os Goitacases eram guerreiros tremendos. Usavam flechas enormes, eram grandes corredores e nadadores inigualáveis. Entre as suas façanhas mais extraordinárias, estava a pesca de tubarões, realizada numa incrível luta corpo a corpo. Se não comiam tubarões, os Goitacases eram grandes apreciadores de carne humana, que comem por mantimento e não por vingança ou pela antiguidade de seus ódios. A tribo devia ser considerada como a mais bárbara, cruel e indomável das nações do Novo Mundo: selvagens, estranhos e ferozes que não só não conseguem viver em paz entre si como mantêm guerra permanente contra seus vizinhos e contra estrangeiros (BUENO, 1998).

Conforme já mencionado, nesse primeiro século, foram muitos os fracassos que as caravanas portuguesas enfrentaram, pois o Brasil não era um território desabitado, nessa terra, já viviam várias tribos de índios. Das várias tribos existentes, poucas eram amigáveis, aliás, amigáveis enquanto o escambo (troca de mercadorias) lhes interessavam. Das tribos existentes, os mais receptivos foram os tupiniquins. Outras tribos, como Aimorés, Goitacases, não foram tão receptivos com as caravanas que chegavam à terra (BUENO, 1998).

Quando o período de fracassos começou a ser superado, começou a surgir uma nova realidade no território, que foi o início do estabelecimento da produção de açúcar em território brasileiro. A inserção da produção exigia uma nova necessidade, que foi a mão de obra para trabalhar nos engenhos.

Duarte Coelho foi o primeiro empreendedor na produção açucareira. Conforme Bueno (1998, p. 203, 204),

No segundo semestre de 1540, tendo estabelecido duas vilas (Igarçu e Olinda) e três pequenos vilarejos, Duarte Coelho empreendeu uma viagem [...] Tão pouco se sabe por quanto tempo permaneceu no reino, embora já estivesse de volta ao Brasil antes de setembro do ano seguinte. Os objetivos da viagem, no entanto são bem conhecidos: Duarte Coelho foi a

Lisboa em busca de financiamento para fazer engenhos de açúcar[...] Os investimentos incluíam a captura de escravos (nativos) e, sobretudo, a contratação de mão de obra especializada. E os calafates, tanoeiros e carpinteiros - cujas funções eram indispensáveis ao bom funcionamento do engenho - ganhavam bons salários. Ordenados ainda maiores precisavam ser pagos aos chamados “mestres do açúcar”.

Durante essa primeira fase de ocupação e, principalmente a partir do início em que os portugueses começaram a escravizar os nativos, houve uma reação em cadeia por parte dos indígenas. Os índios da tribo dos Aimorés mataram 300 portugueses e três mil de seus escravos. Não existem relatos de como se desenrolaram essas guerras, porque nenhum dos colonos escreveu sobre elas, nem Francisco Romero enviou cartas para o donatário acerca da tragédia que se abateu sobre o lote que ele governava. De todo modo, não foi apenas “a praga dos Aimorés” que assolou Ilhéus. A desordem interna que reinava na capitania e os confrontos entre Romero e seus colonos certamente foi uma das causas que dificultaram a defesa de Ilhéus e precipitaram sua ruína (BUENO, 1998).

Outras tribos começaram a reagir. O resultado das tentativas de escravizar os nativos foi desastroso. “Os Tupinambás se uniram e, com cerca de seis mil guerreiros, queimaram os engenhos, mataram vários portugueses e sitiaram os sobreviventes dentro da paliçada que cercava a Vila do Pereira” (BUENO, 1998).

Para produzir açúcar, recorreu-se ao trabalho servil. Aí se completa o ciclo que levou da descoberta do Brasil à importação de africanos: as expedições marítimas do império português procuram fontes de enriquecimento; a melhor fonte de lucro no Brasil veio a ser o açúcar; para produzi-lo, recorreu-se à escravidão; para suprir a demanda dos escravos, importava-se africanos. A escravidão esteve presente em toda a História da humanidade; a Bíblia já mostra como José foi vendido pelos seus próprios irmãos, para ser escravo no Egito. Babilônia, Assíria, o antigo império persa, as antigas repúblicas gregas, sobretudo, a ateniense e a espartana, e o império romano, não ficaram fora dessa regra: a prática da escravização de povos vencidos nas guerras era consensual. No século XII, o porto de Gênova já vivia atulhado com os navios de países africanos, árabes e negros, que levavam escravos para serem trocados por “outras” mercadorias; assim, a escravidão espalhou-se por toda a Europa, chegando até mesmo à Escandinávia. Longe de ser verdade,

portanto, o mito de que foram os europeus que introduziram a escravidão na África (SILVA, 2002).

Ressalta-se que os “negreiros” - portugueses, franceses, britânicos, norte-americanos e outros - que iam buscar escravos na África, não tinham de “caçá-los”, apenas os compravam: quando os navios eram vistos, a “mercadoria” já estava à sua espera, devidamente providenciada pelos chefes tribais. Há fidedignos e circunstanciados, inclusive, de que os “exemplares” rejeitados pelos compradores negreiros na associação de venda e compra eram em seguida cobertos com mel e amarrados junto ao solo, ao lado de formigueiros de uma terrível espécie carnívora para serem devorados, por imprestáveis. Os africanos escravizavam outros africanos para vendê-los em prática regular - não apenas circunstancial - aos negreiros; os baianos os compravam porque deles necessitavam para que sua economia funcionasse. O tráfico em si mesmo era um grande negócio, demandando vultosos investimentos e gerando grandes lucros (SILVA, 2002).

As condições em que os escravos viajavam eram totalmente desumanas, pois eram muito altas as taxas de mortalidade entre eles. Uma estatística francesa, para o período de 1742 a 1792, mostra que, num total de 598 navios negreiros, 16,9% dos marinheiros morreram. A mortalidade mais alta registrava-se para a Costa da Mina (17,3%). É notável que a mortalidade entre os marinheiros se manteve alta até meados do século XIX, devido principalmente à febre amarela e à malária, enquanto que a dos escravos, devido principalmente a infecções pulmonares e disenteria, diminuiu significativamente nos últimos cem anos do tráfico. Essas indicações podem deixar a impressão de que o tráfico era relativamente benigno, o que seria errôneo. Os escravos viajavam nos porões dos navios, acorrentados. Às vezes, ao se aproximarem de um navio inglês, eram jogados ao mar, para que o navio não fosse preso. Em 1837, foi relatado, na Câmara do Rio de Janeiro, o caso do navio que lançou duzentos e cinquenta escravos ao mar, por causa da falta de mantimentos e ventos contrários. Em 1846-1847, foi empregado, pela primeira vez, um navio a vapor para o tráfico. Era o Teresa, apresado após cinco viagens ao Congo (hoje Zaire). Tinha uma capacidade de 400, mas transportava 1200 escravos! Numa viagem, quiseram experimentar máquinas para dessalinizar a água do mar

(remover o sal da água do mar). As máquinas não funcionaram e os escravos morreram (BERGMANN, 1977).

O povo brasileiro é uma grande mistura de raças, conforme destaca Bergmann (1977, p. 17) em sua literatura:

Todos sabem que o povo brasileiro se compõe dos três grandes grupos raciais no mundo, isto é, o asiático, o europeu e o africano. Entre eles, houve um intenso processo de cruzamento chamado miscigenação, isto é, procriação por mistura de raças diversas. Resultou daí um novo tipo humano, a raça brasileira.

A imigração forçada de africanos para o Brasil começou tão logo vieram os portugueses. A partir de 1600, o tráfico intensificou-se a tal ponto que os africanos chegaram a formar a maioria da população. Apesar dessa importância numérica, a história é pouco conhecida. O número total de imigrantes africanos alcançou três milhões e meio aproximadamente. Devido às péssimas condições de vida escrava, como também à falta de assistência aos ex-escravos após a abolição, a população africana pouco cresceu. Hoje em dia, são apenas onze milhões. É verdade, porém, que há também uma forte proporção de sangue africano no resto da população. Até 1872, data do registro do 1º censo no Brasil, o total de europeus que migraram para o Brasil era menos de um milhão. Na maioria eram portugueses, mas havia também espanhóis e outras nacionalidades. A única época de imigração europeia mais importante, até 1872, foi a primeira metade do século XVIII, depois do descobrimento do ouro, quando veio quase meio milhão de portugueses. Verifica-se, portanto, uma prodigiosa multiplicação do componente europeu (BERGMANN, 1977).

No decorrer desses 109 anos, o tráfico fez com que milhões de africanos viessem para o Brasil. Nos anos de 1743 a 1756, Portugal limitou-se a vinte e quatro por ano a saída de navios baianos para a Costa da Mina. Nessa época, foram vinte e cinco viagens efetuadas e, entre 1750 e 1755, foram trocados 105.958 rolos de fumo, por 11.862 escravos, ou seja, média de 8 rolos de escravo. Levando em conta o tributo de 10% de fumo que os holandeses extorquiam dos traficantes brasileiros, no Forte de São Jorge, a média de escravos por navio, para estas mesmas vinte e cinco viagens, foi de 475 por navio (BERGMANN, 1977).

É praticamente impossível dizer quem é ou não descendente de escravos no Brasil, pois mais de 30% da população brasileira tem algum percentual de sangue negro, inclusive aqueles que se acreditam brancos. Além disso, os índios também foram escravizados. Em razão da proibição feita por Portugal, a maior parte da população brasileira tem sangue índio, pois as escravas negras só chegaram a partir de meados do século XVII, assim, antes, a miscigenação se fazia com as índias. Além de tudo, havia a já referida miscigenação: portugueses dormia uma noite com sua mulher, na “casa grande”; duas ou três com as escravas na senzala; e ainda reunia forças para “deitar-se’ durante o dia na roça com as índias escravizadas. Como os africanos só chegaram ao Brasil a partir de 1650, disso resultou que a maior parte dos brasileiros, na atualidade, tem sangue índio; o segundo maior grupo tem sangue exclusivamente branco, europeu, nisso não considerado percentual de sangue amarelo, o japonês, o coreano, etc (SILVA 2002).

Esse trabalho não poderia deixar de destacar o importante papel que tiveram os bandeirantes. Esse nome foi dado aos homens que, no século 17, se internaram pelo sertão do Brasil com o grande desafio de achar riquezas, entre elas ouro e pedras preciosas. O nome de bandeirantes provém de uma bandeira, que era levada em punho pelo chefe do bando. Essa bandeira era feita de pano desfraldado, preferencialmente de cor e trazia uma insígnia ou brasão (GÓES, 2001).

Segundo Góes (2002, p.11), os bandeirantes tiveram papel importante na colonização:

Os bandeirantes foram verdadeiramente os colonizadores do Brasil: A eles deve-se propagação da língua portuguesa aos limites extremos de nosso território, o descobrimento das minas, a fundação de cidades, o povoamento do solo brasileiro e os fundamentos da nossa nacionalidade. Vinham quase todos de São Paulo e da Bahia, que nessa época eram simples capitânicas: Eram, pois, brasileiros, filhos do país, amando o Brasil como sua pátria, e perfeitamente aclimados com as intempéries do sertão.

Quase duzentos anos depois do descobrimento é que o ouro foi descoberto. O primeiro rio, em que se descobriu a existência de ouro no Estado, foi o córrego Tripuí, que banha Ouro Preto. Conforme sempre acontece foi obra do acaso, conforme Góes (2001, p. 29):

Um mulato paulista, vindo de Taubaté, o qual percorria o sertão à cata de índios, que aprisionava para depois vender como escravos, e que estivera

nas minas de Paranaguá e Curitiba (hoje Estado do Paraná), tinha arranchado nas imediações do sítio, onde depois se edificou Vila Rica. Sentindo sede, desceu à procura de uma fonte. Acertou de dirigir-se ao córrego Tripuí, no qual mergulhou uma gamela para tirar água. Notou logo que a água era turva e escura; notou mais que no fundo da gamela estavam depositados uns granitos cor de aço [...] Estavam assim descobertas as minas de ouro em nosso Estado. Iria começar para o Distrito (que só depois desse fato é que passou a chamar-se das Minas, antes se chamava Cataguás). Uma era nova, a era ao mesmo tempo da riqueza e da miséria, da opressão por parte da Metrópole, e dos crimes de toda sorte entre os mineradores.

A possibilidade de enriquecer ou até mesmo de conseguir uma vida melhor fez com viessem muitas pessoas para o estado de Minas Gerais. Essas pessoas eram brasileiras e muitos estrangeiros também. O rei de Portugal chegou a temer o despovoamento de Portugal, tamanha era a imigração de gente em busca de riquezas. Vinham pessoas jovens e velhas; Bons e maus; Ricos e pobres; Homens e mulheres. Em pouco tempo eram 30 mil pessoas em uma terra até então despovoada pela gente branca (GÓES, 2001).

Nesse sentido, ressalta-se que o líder precisa estar atento aos acontecimentos à sua volta. Neste trabalho, que analisa o papel do líder político, cabe destacar que, conforme mencionado anteriormente, ser um líder político é semelhante a um sacerdócio, mas, sobretudo, um gestor. A cobiça do ouro deu lugar a muitas contendas e muitos crimes e também a roubos e muitas mortes. A mineração em larga escala fez encarecer demasiadamente a vida. Aconteceu que ninguém tomou o cuidado de cuidar das lavouras e toda a população só queria cuidar da mineração. Como ninguém plantava e houve falta de alimentos, foi preciso importar de Portugal e da França por preços excessivamente altos. Podiam-se encontrar pessoas com grande quantidade de ouro que passavam fome por não terem onde comprar mantimento. Segundo Góes (2001, p. 35), “foram encontrados cadáveres de pessoas abastadas, as quais morreram de fome, com os bolsos, os alforjes e as arcas cheios de ouro”.

Nessa época, Antônio Albuquerque recebeu ordens de fazer o desmembramento das capitânicas de São Paulo e Minas do Ouro. Essas ordens vieram diretas da corte portuguesa para que o desmembramento fosse feito. São Paulo e Minas faziam parte da capitania do Rio de Janeiro. Uma novidade dessa época foi a autorização

da corte portuguesa para a divisão de Minas em municípios. O processo de separação começou em 1711 e foi concluído em 1720, quando Minas do Ouro passou a ser chamada de Minas Gerais e tinha como capital Vila Rica. O primeiro governador e capitão geral foi D. Lourenço de Almeida (GÓES, 2001).

A exploração de ouro no estado logo trouxe seu ônus. À medida que acabava ou ficava limitado o precioso metal, apareciam as dificuldades em viver nessa nova terra, em tão pouco tempo explorada demasiadamente por contingente enorme de pessoas. Já não era possível saciar o desejo voraz da coroa portuguesa em busca de impostos. Em Minas Gerais, começou a aparecer um grande movimento em busca da independência e da proclamação da República. Esse movimento foi liderado por Joaquim José da Silva Xavier, popularmente conhecido por Tiradentes. Esse movimento se deu devido à grande carga tributária que Portugal impôs ao Brasil, principalmente a Minas Gerais. Tiradentes era natural da Comarca do Rio das Mortes (hoje município de São João Del Rei) e foi um grande líder da sua época. Esse mineiro teve a coragem de encabeçar uma ação de libertação, que mais tarde custou sua própria vida (GÓES, 2001).

Por volta de 1700, foi aprimorado um imposto chamado de quinto. Esse imposto era a retenção de 20% de ouro em pó ou folhetas, que era levado às casas de fundição, que a colônia tinha a obrigação de enviar para a metrópole, que já existia desde as capitanias hereditárias, porém, nessa época, ocorreu o acirramento da cobrança devido à grande quantidade de ouro descoberta. Também existia uma taxa de 100 arrobas de ouro cobrada anualmente dos chamados homens bons (homens donos de propriedades e de um bom poder aquisitivo). Aconteceu que, em torno do ano de 1788, o povo mineiro sofria uma grande pressão, pois as minas de ouro e diamante tinham esgotado suas produções e a corte portuguesa continuava a cobrar impostos, quer as minas produzissem ou não. Assim, o pagamento foi se atrasando e com isso a dívida foi crescendo até chegar, em 1789, a 600 arrobas de ouro. A falta de pagamento fazia com que o governador da província mandasse realizar uma ação de cobrança, que confiscava propriedades e bens, essa ação tinha o nome de “derrama” (GÓES, 2001).

Uma tentativa de reorganizar a província economicamente seria frustrada de forma brutal, conforme mostra Góes (2001, p. 98):

Não tendo o povo donde tirar para pagar (porque as minas estavam esgotadas), resolveu fundar fábricas de tecidos. Muitas fábricas foram então fundadas, atingindo a centenas de teares. Lam os mineiros começar a prosperar na indústria, - quando a corte de Portugal, tendo notícia do sucedido, ordenou, por alvará, que fossem destruídas todas as fábricas. Ficariam, assim, os brasileiros obrigados a só vestir o pano que fosse importado de Portugal, o qual era de péssima qualidade e custava três vezes mais o valor! Se bem a corte de Portugal o ordenou, melhor o executaram os agentes da Real Fazenda - foram destruídas todas as fábricas, com grande prejuízo das pessoas, que haviam empatado seus capitais na montagem dos maquinismos.

Como se não bastasse tal ação, o governo de Portugal recusava-se a abrir estradas para trânsito do comércio, e, ainda pior, proibia a qualquer pessoa que, em ação particular, abrisse por conta própria. Esse governo também recusava-se a dar instrução às crianças e negava-se a abrir escolas públicas. A negação em fornecer melhor educação tinha o propósito de manter um povo ignorante para não saberem seus direitos e suas possibilidades futuras. Proibia também linhas de correio nas principais vilas e um grande absurdo na invasão de privacidade das famílias era a obrigatoriedade de qualquer família hospedar em suas casas os soldados da corte de Portugal que pedissem pousada. Por fim, o governo de Portugal ordenou ao governador da província (Visconde de Barbacena) que realizasse a derrama, isto é, que cobrasse os impostos atrasados, que somavam um montante de 600 arrobas. As ações de contestações de políticas governamentais, que partem de suas bases, normalmente surgem devido ao povo não suportar tais ações de opressão de seus líderes ou até mesmo de usurpação de seus direitos. Foi nesse momento da história do Brasil que um grupo de patriotas acreditou ter chegado o momento de colocar um fim nessa opressão de Portugal sobre os brasileiros. Fator importante desse momento era que o povo achava-se descontente, então, esse grupo podia contar com o apoio desse povo descontente. À frente desse grupo, estava Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes (GÓES, 2001).

Como a história mostra algumas traições internas que colocaram planos em risco, os líderes precisam estar atentos a possíveis traições de integrantes de seu grupo. Destaca-se que, desde os tempos bíblicos, como foi o caso de Judas, que traiu Jesus, é possível encontrar outras traições importantes na história. O grupo liderado

por Tiradentes não ficou imune à traição. Nesse caso, o delator de todo o projeto de libertação das Minas Gerais e conseqüentemente do Brasil foi Joaquim Silvério dos Reis. O delator tinha uma grande dívida com a corte portuguesa e tinha sido processado por causa dessa dívida. Assim, usou essa informação para se beneficiar, pois, ao delatar a conspiração, conseguiu o perdão da dívida, o que comprova, conforme já mencionado neste trabalho, que, por vezes, as questões pessoais se sobrepõem às de interesse coletivo (GÓES, 2001).

Sobre esse momento que atrasaria a independência do Brasil, Góes (2001, p. 101) descreve:

Ao receber a denúncia, que lhe foi levada por Joaquim Silvério, que fez o visconde de Barbacena? Mandou imediatamente suspender a derrama, e comunicou tudo ao vice-rei do Brasil, Luís de Vasconcelos, residente no Rio de Janeiro. Coincidiu que nessa ocasião Tiradentes se achava no Rio de Janeiro, tratando de arranjar adesões para a revolta. O vice-rei deu ordem para prendê-lo, recebendo Tiradentes voz de prisão numa casa da rua dos Latoeiros (Gonçalves Dias), onde se achava hospedado. Em seguida o vice-rei mandou ordens a Minas para prender os outros integrantes do grupo, que foram transportados (algemados e escoltados) para o Rio de Janeiro, exceto Cláudio Manoel, que se suicidou em Vila Rica.

O líder precisa ter coragem para tomar decisões e suportar suas conseqüências, inclusive protegendo seus liderados. Tiradentes não deixou de cumprir bem seu papel de líder, como mostra a literatura de Góes (2001, p. 103):

O mais calmo era Tiradentes. A sua figura já não era de um homem – era de um apóstolo, de um abnegado, de um mártir. Durante o processo, Tiradentes não cansou de dizer que o líder era ele, que só ele fora o autor de tudo, para assim chamar sobre si toda a culpa, e inocentar seus amigos.

No dia 21 de abril de 1789, às 11 horas da manhã, Joaquim José da Silva Xavier foi enforcado em praça pública de Vila Rica, hoje Ouro Preto. O enforcamento não foi suficiente para saciar a vontade da corte portuguesa, que aproveitou tal feito para servir de exemplo a qualquer brasileiro. Após o enforcamento, seu corpo foi tripudiado, seus últimos despojos profanados. Seu corpo foi esquartejado; sua cabeça decepada, salgada e levada para a Praça de Vila Rica, onde ficou pendurada em um poste dentro de uma gaiola, guardada por sentinela. Sua casa foi demolida e o local salgado e seus descendentes foram declarados infames pela

coroa portuguesa. Estava adiada a proclamação de República por exatamente cem anos, porém a ideia de libertação não morreu com Tiradentes.

2.4.2 Historia do Brasil: período imperial

O Brasil passaria por grandes modificações a partir de 1808, pois os conflitos entre Portugal e França cresceram de forma tão significativa, que o rei teve de se retirar das terras portuguesas antes que um mal maior acontecesse. Não era a primeira vez que se planejou tal retirada estratégica. Quando retornou da sua primeira viagem ao Brasil, o colonizador Martin Afonso de Souza foi dar conta da sua estada no novo território ao rei Dom João III, e este lhe perguntou o que achava da ideia de mudar a sede da monarquia portuguesa para a América. Martin Afonso respondeu ao rei que “doidice seria um rei viver na dependência de seus vizinhos, podendo ser monarca de outro maior mundo”. A partir de então, a mudança de sede da monarquia portuguesa para o Brasil passou a ser plano secreto de Estado, trancafiado a sete chaves (SILVA, 2002, p. 21).

Trata-se de um plano que, em hora oportuna, foi muito útil para o monarca, conforme Silva (2002, p. 25):

Na iminência de todos esses acontecimentos, já em marcha através da Espanha as tropas do general Junot, o Príncipe Regente Dom João desarquivou o projeto. Foi uma empreitada administrativa colossal: preparar rápida, mas organizadamente todo o embarque do governo do reino, com seus ministros, funcionários graduados, arquivos oficiais e outros pertences. Felizmente, o projeto original dos tempos de Dom João III e Martin Afonso de Souza continha previsões a respeito, e a Administração portuguesa não mudara muito. Tudo foi feito a tempo e à hora: num mesmo dia, levando cerca de cento e vinte mil pessoas, e menos de três horas antes que a vanguarda das tropas francesas chegassem à Lisboa, a esquadra desceu o rio Tejo e fez-se ao mar. Foram cerca de cento e oitenta navios, entre mercantes, mercantes armados, e de Guerra, todos sob o comando do almirante Souto Maior, com a ajuda de três navios da esquadra inglesa.

O príncipe regente D. João VI, desde que assumiu, mostrou-se um líder habilidoso e perspicaz nas suas ações. Sempre esteve muito cênscio Dom João, e fazia o seu próprio “jogo de cartas” de acordo com as possibilidades: A Espanha era um inimigo,

a França era outro maior, a Inglaterra um inimigo travestido de amigo. Difícil situação, da qual o Regente e depois Rei acabaria se saindo, da melhor das maneiras, preservando tudo e sem provocar arestas internacionais. É certo, perderia definitivamente a cidade de Olivença para a Espanha, mas, no cômputo geral, esse preço foi bastante módico, diante de tudo o que estava em jogo. O resultado da queda de um de seus inimigos, Napoleão, fez restaurar outro, a Espanha; mas, sobretudo, tornou a Inglaterra uma potência comercial, marítima e naval. As dificuldades que o príncipe bragantino teve de enfrentar, para oferecer um mínimo de resistência aos ingleses, foram proporcionalmente muito maiores do que as teria o Brasil, hoje, para resistir aos Estados Unidos nesses campos. Em muito teve de ceder, enrolar, mas no essencial, conseguiu manter a integridade - bem mais do que meramente formal - da soberania que personificava (SILVA, 2002).

Dom João, assim, entre todas as suas atribuições e dissabores, sempre teve problemas maiores em relação à Inglaterra. Existia uma grande cobiça inglesa sobre o comércio português, e a sua intransigente oposição a tudo que fortalecesse tanto Portugal, quanto o Brasil. Além disso, como descrito em observações anteriores, sempre lutou contra forças maiores, valendo-se quase que sempre da sua sagacidade e do seu conhecimento dos homens.

Para Silva (2002, p. 55-57), um novo momento começou para a colônia brasileira que recebeu a grande caravana vinda de Portugal:

Logo ao chegar ao Rio, no campo governamental e militar instalou o Conselho de Estado, criou a Casa da Moeda, o Exército Nacional, a Imprensa Régia, o Arquivo Real, o Arsenal de Guerra, o Ministério da Marinha, a Real Academia Militar, a Escola de Artilharia, o Hospital Militar, a Academia de Marinha, e a Intendência Geral de Polícia; igualmente, determinou a criação da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, da primeira fábrica de pólvora, e da primeira siderúrgica [...] No campo da educação básica, mandou instalar escolas primárias em todo o País, e cursos de português, inglês e latim. Em relação à assistência pública, saúde, e ciências, criou a já mencionado Corpo de Bombeiros; mais, criou a Casa dos Expostos, a Escola de Medicina do Rio de Janeiro, a Escola Real de Ciência, Artes e Ofícios, a Escola de Cirurgia e Obstetrícia, e o Laboratório Químico Vacínico. Tal como fizera com a Escola de Medicina da Bahia, durante o mês que passou em Salvador. Quanto à cultura, a Biblioteca Real — o acervo que trouxera de Lisboa — foi franqueada ao público em 1814; depois, criou a Biblioteca Nacional.

O Brasil parece ser um país que encanta as pessoas, pois, desde sua descoberta, as pessoas que aqui chegaram e que teriam de voltar às suas terras de origem por motivos de força maior, algumas vezes, se recusavam, como foi o caso de alguns marinheiros entre os anos de 1530 e 1600. O novo lar entusiasmou o monarca no Brasil, Dom João sentia-se quase no céu, perfeitamente em paz com tudo aquilo que gostava. A fazenda de Santa Cruz, antiga propriedade dos jesuítas incorporada à Coroa quando da expulsão da Companhia de Jesus, era o seu lugar preferido: permanecia ali quanto tempo pudesse, só retornando as suas atividades, quando as obrigações de Estado o impusessem. Em Santa Cruz, o Regente e depois Rei assistia às representações teatrais de escravos e ex-escravos libertos e às cenas da Bíblia (SILVA, 2002).

Pode-se destacar a capacidade de liderança de D.João VI, segundo Silva (2002, p. 93):

O Príncipe Regente e depois rei era homem de índole pacífica. Sempre entendeu que melhor do que vencer era preferível evitar a luta; melhor do que punir, sempre que possível mais proveitoso seria cooptar. Seu reinado foi marcado fundamentalmente por essa bonomia, a qualidade de não se fazer temido, ao mesmo tempo em que se fazia respeitado. Em virtude dessa maneira de atuar, estava sempre bem informado — em geral, à frente dos demais — sobre tudo o que ocorria nos mais diversos quadrantes do império. Nem, também, confiava a alguém a tarefa de abrir e ler os despachos que chegavam para os ministérios: auxiliado por sua filha predileta, a infanta D^a Maria Tereza, ele o fazia pessoalmente. Por essa forma, exatamente, é que estava sempre muitíssimo a par de tudo.

Em 1815, Dom João começou a tomar providências para trocar o trabalho escravo pelo assalariado, e mais precisamente dando recompensa em posses e propriedade; já se aludiu, com esse intuito tratou de trazer famílias europeias para lavouras brasileiras. A primeira reação normal a tal agressão era o desespero. Nos navios negreiros, o escravo tornava-se apático, sem reações, sem vontade de comer, deixando-se morrer de tristeza. O banzo, nome que se dava a essa melancolia, era temido pelos negreiros por causa dos prejuízos financeiros que ocasionavam. Havia também o suicídio deliberado, jogando-se ao mar, para quem conseguia burlar a vigilância, ou engolindo a própria língua, para provocar asfixia. O suicídio é uma resistência desesperada à escravidão. Havia uma reação organizada contra a fuga a cargo dos “capitães do mato”. O ofício do capitão do mato era capturar escravos fugitivos e devolvê-los aos donos, em troca de pagamento preestabelecido.

Conforme velhíssima prática, utilizavam-se oprimidos na prática do ofício de opressores: a maioria dos capitães do mato eram ex-escravos ou mulatos livres (BERGMANN, 1977).

Os grupos tornam-se mais fortes quando se unem a objetivos comuns, a resistência por meio dos quilombos talvez tenha sido a melhor organização de resistência contra a escravidão, conforme Bergmann (1977, p.59):

A forma mais temida de resistência dos escravos foram os quilombos. Uma provisão de 1741 diz que é “reputado quilombo desde que se acham reunidos 5 escravos!” No Maranhão em 1847 a Assembleia Provincial votou lei n. 236, classificando como quilombo a reunião de apenas 2 escravos! A maioria dos quilombos eram pequenos e de pouca duração, antes de serem destruídos pelos assaltos da sociedade oficial. Nestas condições, só podiam manter-se atacando fazendas e viajantes ou até pequenas vilas, para suprir suas necessidades. De modo geral, os quilombos surgiam espontaneamente, pelo ajuntamento de escravos, “à cata de mútua proteção e fugindo do barbarismo do regime escravista” [...] Quando tinham duração suficiente, solidificavam-se pouco a pouco, com atividades agrícolas e artesanais e elaboração de certa organização política. Com o passar do tempo, havia os modelos dos outros quilombos prontos para serem copiados. Na maioria dos casos a organização política era autoritária, sob a direção de um chefe “carismático”, isto é, que sobressaía por qualidades naturais de liderança.[...] Frequentemente havia um conselho de anciãos, conforme uso africano tradicional. Praticava-se uma agricultura de subsistência ao redor dos mocambos. Só alguns dos maiores quilombos chegaram a manter trocas comerciais com a sociedade oficial. De modo geral os quilombos eram uma ameaça à sociedade escravista, perigosos por seus ataques e mais perigosos ainda por darem exemplo da resistência bem sucedida à escravidão.

Com o fortalecimento do movimento ante-escravidão, os senhores “brancos” começaram a temer que o crescimento chegasse à situação semelhante à do Haiti. Esses acontecimentos provocavam grande susto na classe dominante, principalmente, quando sabiam da vitória dos escravos insurgidos naquele país. Ali, em 1804, os escravos massacraram os brancos. O primeiro país a reconhecer a independência foi a França em 1825. A rebelião foi dirigida por ex-escravos. Sobre o Quilombo de Palmares, comenta-se que os escravos nunca conseguiram ser vencedores em suas lutas, porque estavam socialmente isolados. Nenhuma classe, nenhuma profissão ou grupo político juntou-se a eles (BERGMANN, 1977).

A vinda da família imperial e a grande caravana que a acompanhou trouxeram grandes mudanças para o Brasil, conforme já destacado. Dom João VI fez com que o país avançasse significativamente em espaço curto de tempo. Muitas mudanças aconteceram ao mesmo tempo e um grande desafio começou a aparecer e certamente desafiava as pretensões do imperador. Começou-se a falar em democracia. À medida que as pessoas melhoravam sua qualidade de vida, e o nível cultural se elevava, estas começavam a fazer novos questionamentos que até então passavam despercebidamente.

A administração pública sempre foi um desafio para os governantes, conforme Silva (2002, p.154):

Naturalmente, não é de supor que tenha sido impecável a administração pública ao tempo de Dom João no Brasil. Velhos hábitos de funcionários portugueses, sempre com mentalidade retrógrada e ciosos dos injustos privilégios que transformavam as funções em aumento da fortuna pessoal, ou de honrarias, em muito atrasaram ou obliteraram a obra joanina. Arbitrariedades eram cometidas por esses servidores: dentre outras. Algumas vezes pessoas eram presas pelo “delito” de terem movido a outras um processo judicial; com frequência dívidas particulares eram saldadas *manu militare*, isto é, mediante pressão militar e sem processo judicial. Esta última prática, aliás, ainda é hábito na sociedade brasileira atual, só que sem o emprego de pressão militar, mas de coação por integrantes ou ex-integrantes de organismos policiais.

Os privilégios e desperdícios nas atividades públicas sempre foram de despertar grandes questionamentos. De acordo com Silva (2002, p. 157-158), havia alguns privilégios e desperdícios nas atividades desses tempos do império:

Os desperdícios e desvios de numerário eram muitos na administração brasileira que Dom João encontrou: causavam-nos a má administração propriamente dita, privilégios vários, além dos locupletamentos, peculatos e outras práticas correntes. Essa administração corroía toda a situação econômica do País, gastava-se muito mais do que era possível arrecadar, além disso, estendia sobre seus atos uma cortina verdadeiramente impenetrável. Tudo, aliás, *tal como na atualidade*. [...] Apesar de tudo, o aludido desperdício era imenso. A real Ucharia registrava em 1818 o abate e consumo diário de 620 aves, e não para alimentar o pessoal do palácio, mas para os fidalgos, funcionários e dependentes. Nas cavalariações do Paço de São Cristóvão havia cerca de 300 cavalos e muare, os mesmos que o príncipe Dom Pedro e o Chalaça venderiam certa vez as escondidas, e depois Dom João mandou recuperar, restituindo aos compradores o dinheiro; no Paço da Cidade, havia outros tantos. Esses animais quase não eram utilizados pelos membros da Família Real, mas diariamente o eram pelos fidalgos e por pessoas a qualquer título ligadas à administração, e por seus dependentes; obviamente, essas montarias tinham que ser alimentadas, mantidas, o que acrescia os custos do Erário. [...] Como visto

antes, Dom João pouco pôde fazer para modificar esse quadro: afinal, necessitava dessa gente toda — que, no entanto, se locupletava — para poder administrar e lançar as estruturas de um Estado nacional no Brasil. Como se conclui facilmente, os hábitos de privilégios e de locupletamento já existiam antes de sua chegada e do seu governo; não puderam ser extirpados ao ponto de criar nova cultura no País, e persistem até os dias atuais, como é notório.

Logo, Dom João teve de voltar para Portugal para assumir seu posto de imperador, que teve de deixar devido ao ataque das tropas de Napoleão. Na sua partida de volta, não escondia sua tristeza por ter de sair do Brasil, país pelo qual se apaixonou desde a chegada no ano de 1808. Em seu lugar, ficaria Dom Pedro, que ainda jovem começou a enfrentar os desafios de ser líder. Importante destacar as ações administrativas de Dom João VI, que foram de grande relevância para as ações sociais no Brasil. É possível concluir que, como monarca e apesar de não haver sido inicialmente destinado e nem preparado para o trono, Dom João VI superou muitos dos seus contemporâneos e líderes de outros países (SILVA, 2002).

Entretanto o governo brasileiro desse rei também se voltou para o campo social. Inicialmente, criou as pensões e aposentadorias para os membros do Exército e da Marinha, e melhorou-lhes os soldos; depois, por iniciativa pessoal, criou a carteira de aposentadoria e pensões para os empregados dos Correios, que Pedro I estenderia a outras categorias. Essas duas providências do governo de Dom João, na verdade, deram origem à Previdência Social no Brasil, embora tal denominação não fosse até então adotada. Mais tarde a República foi forçada — até por questão de justiça — a criar mais uma carteira. Como Dom Pedro II sustentava do seu bolso mais de 400 inválidos, doentes, órfãos e viúvas, todos registrados na extinta Mordomia da Casa Imperial, o marechal Deodoro viu-se obrigado a expedir o Decreto N°5, de 20 de Novembro de 1889, determinando que o governo republicano provisório continuasse a pagar tais pensões a essas pessoas, enquanto necessitassem. Só bem mais tarde, quase em 1920, veio a denominada Lei Eloy Chaves, criando a carteira de previdência dos ferroviários (SILVA, 2002).

O líder precisa ter uma visão de futuro privilegiada. Conforme já foi visto, as ações de Dom João como estadista foram de grande relevância para o Brasil. Quando

Dom Pedro I deu o grito de independência em 1822, seu pai já havia tomado as decisões administrativas 6 anos antes:

Na verdade, portanto, o Brasil já fora tornado independente por Dom João desde 1816, com a criação do Reino Unido, e separara-se do Reino Unido desde 2 de setembro de 1822. O “grito” do 7 de setembro foi apenas ato simbólico, assumido na historiografia oficial. Entretanto, mais tarde um segundo elemento importante contribuiu para frustrar a monarquia dual: estreiteza de vista dos políticos brasileiros. Formados na subserviência de Portugal, foram incapazes de assimilar que o rei português tornara o Brasil independente em 1816; igualmente em virtude de tal estreiteza não puderam perceber que, por circunstância natural — e isso integrava o sonho de Dom João — o Brasil estava destinado a ser a sede e o centro do império mundial (SILVA, 2002, p.193).

Aliás, ao que tudo faz crer, até hoje as grandes massas de brasileiros não se libertaram desse complexo de inferioridade: o poder, a riqueza, tudo o que for grande, mas, sobretudo qualquer concepção grandiosa para o país merece delas o mais veemente repúdio. O que para essas massas conta, é o culto do “menos”, do inferior. As chamadas elites intelectuais festejam o “despojado”, enquanto outras sociedades, as principais, procuram o “mais”. Nesse contexto, pouco mudou na sociedade brasileira desde quando Dom João pensou um futuro grandioso para o Brasil (BERGMANN, 1977).

As ações de um líder e sua atuação como governante ao longo do tempo são relevantes na vida das gerações que se seguem e não se medem somente pelos seus atos oficiais; no caso de Dom João, por exemplo, por Cartas Régias, Cartas de Lei e Alvarás. Na verdade, muito continua a existir da obra desse monarca na atualidade brasileira. A começar pela estrutura básica da administração pública que contém sua ótica e cujos fundamentos foram lançados por ele. Com certeza, nesse campo, os alvarás, selos e outros instrumentos foram substituídos por decretos, portarias, resoluções, carimbos e certidões, mas os procedimentos continuam os mesmos. A estrutura judiciária dotada por Dom João, também, pouco se modificou nesses quase duzentos anos, sobretudo, o sistema recursal. E mais, suas diretrizes no que diz respeito à divisão de graus no ensino e educação são as mesmas até hoje adotadas.

É verdade, a visão paternalista do rei transformou-se no atual clientelismo político, vigente desde mais de vinte décadas. Sua ótica comunitária, o pensar em todos

independentemente de condição social e econômica, espalhou-se na mente coletiva dos brasileiros. Embora as classes políticas em atuação no poder pouca importância tenham dado aos problemas sociais, o fato é que, desde Dom João VI, os brasileiros - se já tinham herança da cultura ibérica - tornaram-se, efetivamente, comunitários (SILVA, 2002).

Existem outras ações mais que Dom João VI transmitiu à atualidade, ligadas à expressão “dar tempo ao tempo”, e isso marcou toda a sociedade brasileira, inclusive as atuais classes políticas. Quando esse Bragança estava certo do que fazer, agia prontamente; mas, quando tinha dúvida, ou o assunto comportava mais de uma solução, deixava que o tempo fluísse e por si mesmo resolvesse a questão. Foi desse seu comportamento que Getúlio Vargas tiraria uma de suas frases célebres: “Deixa como está, para ver como é que fica”. A prudência de, na medida do possível, atender interesses políticos variados, regionais e nacionais, sem fazer a Coroa entrar em atrito com respectivas lideranças e nem atribuir privilégios prejudiciais aos interesses gerais, também foi marca que o rei transmitiu para a posteridade governamental; mas, como antes indicado, nos últimos cem anos, essa sua maestria foi transformada em clientelismo político (SILVA, 2002).

Destaque também para a unidade territorial, a Administração Pública, o senso de igualdade, o senso ecológico, a marca de simplicidade e de ponderação, além de combater o tráfico negreiro e tomar providências para a substituição do trabalho escravo pelo assalariado; e tudo isso, mais a completa estruturação dos órgãos de um Estado Nacional brasileiro, em apenas treze anos de permanência no Brasil. Acima de tudo, propiciou o surgimento de um sentimento de nacionalidade brasileira. É importante registrar, também, que Dom João também está presente no Banco do Brasil, na Casa da Moeda, na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros, no Museu Nacional, na Biblioteca Nacional, na Escola Nacional de Belas Artes, no Jardim Botânico e em inúmeros outros órgãos e instituições públicas que fundou e que atravessaram o tempo e chegaram até os dias dessa geração (SILVA, 2002).

Ainda na literatura de Silva (2002, p.239), em suas considerações finais, destaca-se o papel de líder desse monarca:

Na verdade, é possível fazer o que se chama de figuração, ou de elocubração: tudo indica que se àquela época já houvesse a clonagem, e Dom João VI tivesse sido clonado, isso teria representado a felicidade do Brasil: uns três ou quatro Dom João sucessivos — sem desabono a Pedro I — teriam feito do Brasil um império mundial, e um País em paz com a sua própria identidade nacional, permitindo a integração de toda a sua população, coisa que hoje ainda se lamenta não haver sido conseguido.

Ao sair de cena como líder no Brasil, Dom João deixou seu filho Dom Pedro I no poder. Logo o novo monarca deparou-se com as dificuldades de exercer a liderança política e concensualizar interesses de segmentos organizados e também individuais. Percebendo o crescente processo de autonomia política do Brasil, D. João VI deixou seu filho D. Pedro I como príncipe regente do país. O monarca português acreditava que, com isso, a unidade da monarquia portuguesa seria posteriormente restabelecida, porém, essa solução não correspondia à intenção política pretendida pelos membros das elites portuguesas. Primeiro a Assembléia de deputados passou a controlar o governo de Portugal após a Revolução Liberal do Porto e representava os interesses da burguesia portuguesa. Era intenção dos deputados recolonizarem o Brasil, então, passaram a adotar medidas que restringiam a autonomia do governo brasileiro e enfraquecia a autoridade de D. Pedro I. Em seguida, passaram a exigir a volta do príncipe a Portugal (MAESTRI, 1997).

Ao assumir a responsabilidade de dirigir o Brasil, D. Pedro deparou-se com uma ideia já bastante amadurecida pelos brasileiros, que era a independência de Portugal. Esse novo líder teve de conviver com muitas adversidades, e alguns conflitos locais e outros de maiores proporções aconteceram no período regencial desse monarca. Nesse momento da história, existiu uma intenção de Portugal de diminuir a autossuficiência do Brasil. Alguns queriam a extinção do governo brasileiro, porém as vitórias do projeto eram superficiais. A politização das elites brasileiras fez com que uma grande organização acontecesse na busca da independência. Ainda em 1821, as cortes portuguesas acenderam um estopim da independência brasileira, pois, em dezembro desse ano, chegou ao Brasil Dom Sebastião com um decreto que extinguiria o governo brasileiro e substituiria por juntas provinciais dependentes de Portugal. Era o retorno de completa dependência do Brasil a Portugal. Apesar de ter escrito ao pai protestando absoluta fidelidade, parece certo que o regente manteve contatos com a conspiração que pecava por

debilidade e desorganização. Diante do ultimato, fortaleceu-se significativamente a proposta de realizar a Independência do Brasil levando ao trono o herdeiro português (COTRIM, 2008).

As elites brasileiras, ao perceberem que seus interesses seriam feridos bruscamente pelas ações dos deputados portugueses, organizaram-se em torno da liderança de D. Pedro. Criaram, então, o Partido Brasileiro, que reunia homens de diferentes posições políticas, como José Bonifácio, Cipriano Barata e Gonçalves Ledo. Esses homens se uniram para enfrentar a intenção de Portugal de recolonizar o Brasil. Uma vez organizado o Partido Brasileiro, imediatamente foi elaborado um documento, que reuniu cerca de 8 mil assinaturas, que pedia a D. Pedro I sua permanência no país. Ao receber esse documento em 9 de janeiro de 1822, D. Pedro declarou: “como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto, diga ao povo que fico”. Esse momento ficou conhecido como o Dia do Fico. D. Pedro permaneceu no Brasil e meses depois baixou um decreto de que as ordens vindas de Portugal só seriam cumpridas após sua autorização (MAESTRI, 1997)

Aconteceu que a Corte de Portugal continuou a realizar várias medidas com o objetivo de submeter a autoridade de D. Pedro. O príncipe regente não demorou para tomar a maior das decisões de sua liderança, fez o rompimento político com Portugal. Na data de 7 de setembro de 1822, foi proclamada oficialmente a independência do Brasil, na cidade de São Paulo. Quando voltou ao Rio de Janeiro, foi aclamado imperador sendo coroado e recebeu o título de D. Pedro I, em 1º de dezembro de 1822. A separação de Portugal beneficiou os grandes proprietários de terra e os grandes comerciantes. Essa ruptura política tinha como objetivo principal a preservação da autonomia administrativa do país e a liberdade de comércio. Percebe-se que as elites conseguiram fomentar a independência em benefício próprio, pois não buscaram alterar as condições de vida da maioria da população (COTRIM, 2008).

Depois da independência, começou o período chamado Primeiro Reinado. Foi nesse período que D. Pedro I outorgou a primeira Constituição do Brasil. Nela, ficaram assegurados uma série de direitos relativos à propriedade, liberdade e segurança. Depois da independência, algumas pessoas que viviam em lugares mais distantes

demoraram até 3 meses para tomar conhecimento da emancipação. Isso demonstra a dificuldade de comunicação da época, mas também o pouco envolvimento popular no processo de independência promovido pelas elites. A aceitação da independência não teve muita resistência interna, a maioria da população aceitou com simpatia, somente alguns comerciantes portugueses do Norte tentaram manter o vínculo com Portugal. Nesse período, o imperador precisou se servir dos serviços de mercenários para combater os revoltosos, que tentavam restabelecer a soberania portuguesa, porém, em meados de 1823, todo o território brasileiro estava sob o comando de D. Pedro I. Os Estados Unidos foram os primeiros a reconhecer a independência do Brasil, pois tinham o interesse de aumentar sua influência sob o continente americano (MAESTRI, 1997).

A independência do Brasil foi, desde o início, um arranjo político das elites, conforme Cotrim (2008, p. 412):

O antigo poder da metrópole foi transferido para o novo governo, chefiado por D. Pedro I, sendo absorvido pelos grupos dominantes da ex-colônia. A participação popular nesse processo foi, portanto, pouco expressiva. Isso ficou claro desde a formação da primeira Assembleia Constituinte. A maioria dos membros da Assembleia Constituinte representava e defendia os interesses dos grandes proprietários rurais, que haviam tido grande influência no processo de independência do Brasil.

Na tentativa de organizar o sistema constitucional, D. Pedro I convocou uma Assembleia Constituinte, que tinha a responsabilidade de fazer a primeira Constituição. Aconteceu que o projeto de Constituição elaborado pelos membros da Assembleia Constituinte propunha firme Oposição aos portugueses, limitava os poderes do imperador e mantinha o poder político praticamente nas mãos dos grandes proprietários de terras. É natural, na política, aliados de determinado momento tornarem-se opositores ou até inimigos em outro. Diante da ameaça de limitação de seus poderes, o imperador com apoio militar dissolveu a Assembleia Constituinte, alguns foram presos e outros expulsos do país, entre eles, José Bonifácio, Antônio Carlos e Martim Francisco (MAESTRI, 1997).

A liderança política é desafio constante devido aos conflitos de interesses dos vários grupos que, nas composições pré-poder, fazem pactos, “acordos”, com intenção de ratar o poder, fato este visível até os dias atuais na realidade brasileira. Com a

decisão de dissolução da Assembleia Constituinte, D. Pedro I passou a enfrentar uma resistência dos políticos brasileiros, que acreditavam ser a intenção do imperador o restabelecimento do domínio português. Isso aconteceu, porque, após a dissolução, imediatamente o Partido Português aproximou-se do imperador. A partir desse momento, D. Pedro I passou a enfrentar forte resistência interna. Na tentativa de acalmar os ânimos, nomeou dez brasileiros de pura nacionalidade para elaborar um novo projeto de Constituição. Após 40 dias, os trabalhos foram concluídos e, depois de aprovados pelo líder monárquico, resultaram, em 25 de março de 1824, na primeira Constituição do Brasil (COTRIM, 2008).

As elites, na maioria das vezes, conseguem o poder político, pois ocupam os espaços de decisões legislativas, executivas e judiciárias. Nessa primeira Constituição, excluiu-se da vida política a grande maioria dos homens e todas as mulheres, os escravos e os índios. Isso aconteceu, porque nela ficou estabelecido o voto censitário, o direito ao voto condicionado à certa quantidade de renda, que a maioria da população não tinha. Um homem, para votar, precisava ter uma renda de no mínimo 100 mil réis. Para ser candidato a deputado, a renda anual deveria ser no mínimo de 400 mil réis e, para senador, deveria ser de 800 mil réis. Ao se estabelecer renda para votar e pleitear cargos públicos, os comerciantes, que não tinham uma grande ascensão política devido a algumas proibições do imperador, passaram a ter participação significativa, igualando-se aos proprietários rurais. Na Constituição de 1824, o catolicismo foi declarado a religião oficial do Brasil. Quem praticasse religião diferente do catolicismo somente poderia realizar culto particular, pois a lei proibia qualquer não-católico (COTRIM, 2008).

O imperador teve de realizar outros enfrentamentos, pois começaram a surgir várias revoltas por todo território brasileiro. Importante mencionar que a maioria dessas revoltas aconteceu devido às dificuldades econômicas enfrentadas pelo Brasil que afetavam demais as finanças da população. Essas dificuldades fizeram com que grupos com interesses distintos se unissem nesse momento em torno de ideias contrárias à monarquia e à centralização do poder. Uma reação importante aconteceu no Nordeste, em junho de 1824, essa revolta foi liderada pela província de Pernambuco. Os produtores de açúcar estavam em grandes dificuldades devido à queda das exportações (COTRIM, 2008).

Os pequenos comerciantes e cidadãos comuns viviam em estado de miséria, assim, começou um novo movimento separatista. Essa revolta foi chamada de Confederação do Equador, pois tinha o interesse de se criar um país com os estados do Nordeste. As elites queriam aumentar ou pelo menos manter sua lucratividade, enquanto a maior parte do movimento tinha intenções de promover melhor igualdade social. Como os interesses das elites eram diferentes das intenções da massa popular, logo as elites dos patrões abandonaram o movimento. Abandonada pelas elites, que tinham as condições financeiras e políticas, a revolta perdeu força e foi reprimida por ações militares imperiais. Outras revoltas surgiram como a Guerra de Cisplatina, que aconteceu de 1825 a 1828.

Nesse período, D. João VI, rei de Portugal, morreu e D. Pedro I era seu sucessor, mas D. Pedro renunciou a esse direito em favor de sua filha Maria da Glória, porém ela era menor de idade e o irmão de D. Miguel, irmão de D. Pedro ficou como regente. Em um golpe de Estado, D. Miguel passou a ser o imperador de Portugal, causando grande descontentamento em D. Pedro I. Algumas vezes nem os laços familiares e sanguíneos são suficientes para vencer o desejo de ostentar o poder político. A traição do irmão era mais um problema com o qual o imperador do Brasil tinha de conviver, enquanto o descontentamento da população brasileira crescia, pois a economia enfrentava grande declínio fazendo com que tanto as elites quanto a massa popular enfrentassem dificuldades para se manterem (COTRIM, 2008).

A outra abdicação que logo D. Pedro teve de enfrentar foi a do trono do Brasil. Ele ainda tentou impedir uma revolta geral organizando um ministério composto só de brasileiros, porém a insatisfação continuou. Em 5 de abril de 1831, ele demitiu todos os integrantes desse ministério, que não obedeciam totalmente as suas ordens e nomeou outro composto só por portugueses conservadores, esse foi chamado de Ministério dos Marqueses. Com essa ação, o imperador provocou uma grande revolta dos grandes proprietários rurais, dos políticos liberais e da tropa imperial, que se uniram aos descontentes. Essa união de descontentes fez com que mais de duas mil pessoas se juntassem em praça pública no Rio de Janeiro para protestar contra D. Pedro I. Em uma situação totalmente desfavorável para se manter no poder, em 7 de abril, D. Pedro abdicou do trono do Brasil em favor do seu filho Pedro de Alcântara. Esse líder, ovacionado em 1822, nesse novo momento, enfrentou uma

grande adversidade e um descontentamento geral da população brasileira. Ainda que se antecipe, acontecimentos como esses voltaram a acontecer na história política brasileira.

Nota-se que as forças que levaram a essa abdicação não eram um grupo homogêneo, pois eram compostas de grandes proprietários rurais e classes populares representadas pelos liberais, que eram tidos como radicais. Segundo Cotrim (2008, p. 420):

os setores mais privilegiados dirigiram com astúcia a oposição a D. Pedro I, utilizando-se das classes populares como “massa de manobra” para conseguir seus objetivos. De fato, muita gente saiu às ruas para protestar e exigir a abdicação do imperador. No entanto, assim que D. Pedro I deixou o país, essas elites colocaram à margem da cena política os representantes das classes populares [...] o 7 de abril foi para o povo brasileiro uma verdadeira “jornada dos tolos”, o dia dos enganados. Afinal, não era apenas o imperador o único obstáculo ao estabelecimento de uma ordem social mais justa.

D. Pedro I abdicou do trono em favor de seu filho e partiu para Portugal. O novo imperador tinha somente 5 anos de idade e, pelas regras da Constituição, o Brasil deveria ser governado por um conselho de três regentes, eleitos pelo parlamento, até que o jovem imperador completasse 18 anos. Foi o que ocorreu por um período de nove anos, porém, para se preservar a ordem no país, foi feita a antecipação da maioridade. O período de governo desses conselhos foi chamado de Período Regencial (1831-1840). Existiam três grandes grupos que dominavam o cenário político e disputavam entre si a maior dominação política, os restauradores, os liberais exaltados e os liberais moderados. O período regencial foi dividido em três fases: Regência Trina Provisória – de 7 de abril a 7 de junho de 1831; Regência Trina Permanente – de 1831 a 1835; Regências Unas – de 1835 a 1837, regência do padre Diogo Antônio Feijó; e de 1838 a 1840, a Regência de Araújo de Lima. Existiam eleições para troca dos governantes, esse sistema se assemelha ao regime republicano. Esse período também foi marcado por grandes disputas políticas, que se expressavam através dos jornais, nos debates acalorados no parlamento e também na luta armada para combater revoltosos, que solicitavam modificações da relação das províncias com o governo central (MAESTRI, 1997).

A regência de Araujo de Lima sofreu grande oposição dos políticos progressistas, que procuraram uma forma de tirá-lo do poder. Uma alternativa encontrada e defendida por esses componentes da ala progressista foi fazer a antecipação da maioria de Pedro de Alcântara. O argumento usado foi o de que essa ação deveria ser feita para preservar a unidade do território nacional e ampliar o poder do governo central. Pedro de Alcântara tinha 14 anos de idade, mas a Assembleia Geral tinha poderes para antecipar a sua maioria. Essa tese recebeu apoio dos grupos de proprietários rurais e grandes comerciantes, eles aceitaram o argumento de que a figura de um líder monárquico com fortes poderes era essencial para acabar com as revoltas nas províncias, restabelecendo a ordem social, que interessava em muito aos proprietários de terra e donos de escravos. Com um argumento forte e com o apoio das elites, em 1840, a Assembleia Geral aprovou a maioria do novo imperador. Com 15 anos incompletos, Pedro de Alcântara foi aclamado imperador e, em 23 de julho de 1840, recebeu o título de D. Pedro II. Esse novo período da história ficou conhecido como Segundo Reinado (1840-1889). Com a coroação do novo imperador, os grupos ligados aos setores dominantes no cenário político acreditavam que estavam mantidos a ordem social e seus privilégios (COTRIM, 2008).

Aconteceu uma divisão dentro do grupo político dos liberais moderados, que dividiram-se entre o Partido Conservador e o Partido Liberal. O Partido Conservador foi uma união dos representantes de proprietários rurais (grandes lavouras, principalmente de açúcar), pessoas ligadas à administração pública, chamadas de burocratas, destaque para os bacharéis em direito e grandes comerciantes. O Partido Liberal aglutinava em seu quadro os profissionais liberais urbanos e pequenos proprietários rurais ou de áreas de colonização mais recentes. Não existiam grandes divergências, porém os conservadores defendiam um governo central mais forte, enquanto os liberais acreditavam que uma descentralização do poder seria bastante benéfica para o Brasil.

Os representantes desses dois grupos usavam estratégias semelhantes no exercício de seus mandatos, conforme Cotrim (2008, p. 435):

Por isso, em meados do século XIX, era comum nas conversas políticas dizer-se que “não havia nada mais parecido com um conservador do que em liberal no poder”. Não era difícil, por exemplo, a passagem de políticos de um partido para outro, movidos por interesses imediatos de poder.

A política desse período, importante destacar que não só desse período, não se fazia em grande medida em função de ideais e programas definidos. Era perceptível que uma grande preocupação dos líderes políticos era chegar ao poder, porque isso significava obter visibilidade, prestígio e benefícios para si próprios e para sua gente. Tanto conservadores, quanto liberais usavam de mesmos recursos para lograr vitórias eleitorais, a principal delas era concedendo favores aos amigos e utilizando a violência com relação aos necessitados, indecisos e adversários. Quase 172 anos depois desse período, ainda é possível encontrar ações semelhantes entre os líderes políticos, que até pouco tempo trocavam de partidos, antes mesmo de assumir o mandato. Observa-se que, nos dias atuais, as eleições configuram em alto investimento financeiro, pois, mesmo com a legislação para punir atos ilícitos, existem os trâmites legais que beneficiam os transgressores. A quantidade de representantes das classes abastadas cresce eleições após eleições no parlamento federal, parlamentos estaduais e municipais (COTRIM, 2008).

Ao assumir o trono, D. Pedro II escolheu para compor seu ministério uma maioria de componentes de liberais, que aguçou em muito os interesses dos conservadores. A primeira eleição da Câmara dos Deputados durante o segundo reinado foi realizada em 13 de outubro de 1840. Essa eleição foi marcada pelo novo estilo de fazer política, pois a disputa entre os candidatos dos dois partidos tomou conta do país. No dia da eleição, capatazes contratados pelos liberais invadiram as seções eleitorais batendo e ameaçando seus adversários políticos. Também houve fraude na apuração dos votos, pois substituíram urnas autênticas por outras com votos falsos. Os conservadores derrotados acusaram os liberais de vencer na base da fraude e da violência. Esse episódio fez com que essas eleições ficassem conhecidas como: Eleições do Cacete. É fato que episódios como esse não aconteceram somente nas eleições de outubro de 1840 (MAESTRI, 1997).

Em 1841, Dom Pedro II teve de fazer um arranjo político, para isso, exonerou a maioria dos liberais que compunha o seu Ministério e nomeou representantes dos

conservadores. Importante destacar que eram os conservadores que possuíam a maior parte do capital circulante do país e nesse caso exerciam maior influência política. Essa exoneração fez com os liberais liderados por Diogo Antônio Feijó (São Paulo) e Teófilo Ottoni (Minas Gerais) promovessem a Revolta Liberal contra o centralismo do poder, porém esses revoltosos esperavam a adesão de outras províncias, o que não aconteceu, fazendo com que as tropas do império dominassem o levante e prendessem seus líderes que, em 1844, foram anistiados e voltaram ao poder, permanecendo nele até 1848. No período do Segundo Reinado, existiram 36 gabinetes ministeriais, sendo que os liberais ocuparam a maioria deles, porém os conservadores com sua política de realizar acordos com poder central exerceram maior influência (COTRIM, 2008).

D. Pedro II teve grandes desafios para administrar, mas seu perfil moderado era mais semelhante ao de seu avô, D. João VI. Suas ações demonstram maior diálogo com os representantes partidários e da sociedade civil. Mesmo com essa capacidade de diálogo, esse jovem imperador enfrentou algumas adversidades, que são naturais nas estruturas do poder político. D. Pedro II teve de administrar a insatisfação de alguns liberais de Pernambuco que, descontentes com decisões tomadas pelo imperador, criaram o partido da Praia e promoveram a Revolta Praieira. Logo essa revolta foi contida, pois não tinham condições de manter o conflito por muito tempo devido às dificuldades enfrentadas pelos financiadores, os donos de engenhos de açúcar de Pernambuco. Os líderes dessa revolta foram presos e condenados à prisão perpetua, porém mais uma vez o imperador optou pela anistia de todos os líderes. Essa derrota significou o fim desses movimentos separatistas, isso fortaleceu o governo central e também preservou a unidade do território brasileiro, sem possibilitar a ascensão política da maioria da massa da população brasileira.

Sob a liderança de D. Pedro II, o Brasil modernizou sua economia, aos poucos, a produção de açúcar foi substituída pela produção de café, que já superava a produção de tabaco e algodão. O café tornou-se a nova referência da economia brasileira. Destaque para esse líder que logo providenciou mecanismos legais que proporcionavam condições de investimentos na industrialização. Surgiram inicialmente indústrias de produtos alimentícios, vestuário, madeiras e outros. Aos

poucos, as grandes cidades, como Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo, receberam novos serviços públicos, como: Iluminação das ruas, bondes, ferrovias, bancos e teatros.

A produção de café no Brasil começou em 1727, porém era para o consumo local e sem grande valor comercial. A partir da metade do século XIX o hábito de beber café se expandiu para a Europa e para os Estados Unidos, isso fez crescer o consumo do produto no mercado internacional. Além disso, o clima e o solo favoráveis, principalmente na região sudeste, fizeram com que houvesse uma alavancagem do mercado de trabalho, transferindo parte da mão de obra escrava para a lavoura cafeeira. Essa mão de obra escrava aos poucos foi sendo substituída por trabalho remunerado. O fim da mão de obra escrava passou a ser uma exigência internacional, principalmente pela Inglaterra (JUNIOR, 1979).

Nesse período, o Brasil passou a receber novos imigrantes que vinham em busca de trabalho principalmente na produção do café, pois, com o fim do tráfico negreiro, os produtores tiveram de contratar trabalho assalariado de imigrantes italianos, espanhóis, alemães e outros. O sistema de pagamento era feito por parcerias. O trabalhador produzia na terra do patrão e pagava dando parte da produção, porém logo os patrões acostumados com o trabalho escravo começaram a enganar seus empregados. Essa ação fez com que algumas revoltas promovidas pelos imigrantes diminuíssem o estímulo de novas vindas de europeus para terras brasileiras.

D. Pedro II apoiou a iniciativa do ministro da Fazenda, Manuel Alves Branco, que aumentou a taxa de importação de 15 para 30%, conforme Cotrim (2008, p. 445):

Com o estímulo dessa medida, passou a ser mais vantajoso investir os capitais disponíveis no país na criação de indústrias, bancos, empresas de navegação, ferrovias, companhias de seguros, companhias mineradoras e etc. Como resultado dessa última década do império (1880-1889), o Brasil já contava com 600 indústrias, que empregavam quase 55 mil operários nos setores têxtil, alimentício, madeireiro, metalúrgico e de vestuário.

A ideia republicana defendida por Tiradentes, quase um século antes, esteve adormecida, porém não morta. A partir de 1870, iniciou-se um período crítico do Segundo Reinado. O império já não conseguia atender aos interesses de diversos

setores da sociedade, muitas vezes, em conflitos entre si. Nenhum líder político consegue atender a todas as demandas de seus liderados, conforme já apresentado neste trabalho, quando o ser humano tem uma necessidade atendida, ele criará outra. Não foi diferente com a liderança de D. Pedro II, pois, mesmo com uma grande alavancagem de crescimento, as insatisfações surgiram e fizeram com que diferentes segmentos convergissem pelo fim do regime monárquico e pela instituição da República. Contribuíram de forma significativa para o fim do regime monárquico, o movimento republicano, os conflitos do governo centralizador com a Igreja e o Exército e principalmente o processo abolicionista. Nenhum líder suporta uma oposição de tantos setores da sociedade, nesse caso, o imperador ainda tentou enviar um projeto à Câmara de deputados, flexibilizando algumas leis, como por exemplo, a liberdade religiosa e a independência das províncias, porém essas reformas foram apresentadas tardiamente, porque o caminho para a instauração da República já tinha sido organizado. Em 15 de novembro de 1889, o marechal Deodoro da Fonseca liderou as tropas que depuseram o imperador e constituiu o governo provisório. Em 18 de dezembro de 1889, o imperador deixou o Brasil seguindo para Europa (COTRIM, 2008).

2.4.3 História do Brasil: período republicano

Após o período da monarquia, começou o período da República. Este traria inovações nas relações e também possibilitou um crescimento diferenciado. O Brasil pode ser caracterizado, até o Império, como uma sociedade nitidamente agrária cuja base econômica centrava-se no latifúndio e no trabalho escravo. A população brasileira que, em 1890, era cerca de 14,3 milhões, chega, em 1920, a 30,6 e, em 1950, a quase 52 milhões (FONSECA, 1987).

Antes de avançar na história, é preciso mencionar que, nesse novo modelo de governo, aconteceram fatos importantes, como a 1ª guerra mundial, evento de grande proporção e grandes impactos econômicos na nação brasileira. Destaca-se que outro grande evento acontecido foi a Revolução Industrial em 1929. Ainda nesse

período nasceram os primeiros representantes da geração tradicionalista (1ª geração dos sujeitos de pesquisa deste projeto).

Proclamada a República, na mesma noite de 15 de novembro de 1889, formou-se o Governo Provisório, com o Marechal Deodoro como chefe de governo. Eis o primeiro ministério da República: o Governo Provisório que, assim formado, decretou o regime republicano e federalista e a transformação das antigas províncias em "estados" da federação. O Império do Brasil chamava-se, agora, República dos Estados Unidos do Brasil - o seu nome oficial. Em caráter de urgência, foram tomadas também as seguintes medidas: a "grande naturalização", que ofereceu a cidadania a todos os estrangeiros residentes; a separação entre Igreja e Estado e o fim do padroado; a instituição do casamento e do registro civil. É nítido que, com a criação da República, logo os militares tomaram a maior parte do poder no Brasil (REPÚBLICA, 2007).

A República foi proclamada sem muita convicção pelo Marechal, ingênuo, ao sabor das mentiras espalhadas nas ruas da Capital, motivadas por ciúmes de outro político, por questões de uma mulher, foi exclusivamente um golpe de estado que mudou uma forma de governo medíocre por outra má. A linha cinética, em sua mais geral eficiência, pode ser assim resumida: presidencialismo – corrupção política – revoluções até 1930, inclusive – ditadura – continuísmo – golpe de estado – inflação – reação democrática de 1961 – tentativa de golpe mascarada de renúncia – ameaça de guerra civil – fuga do presidencialismo – volta ao presidencialismo por manobras de ambiciosos e políticos profissionais e, finalmente, o biênio do terror, varrido este pela Revolução que será completada desta vez, a despeito de quaisquer esforços para desviá-las de seus objetivos. Segundo Silva (1978, p.29),

E a continuação da forma de governo presidencialista apresenta uma tentativa de desvio da Revolução, porque, mais cedo ou mais tarde, o eleitorado, incapaz de fazer um milagre, tangido pela "política profissional, elegerá um presidente medíocre ou mau e o processo continuará até atingirmos de novo o clima político e social insuportável, que conduzirá dialeticamente a outra revolução ou à continuação da que foi feita.

Esse novo período, chamado de República Velha (1889-1930), proporcionou avanços relevantes para o povo brasileiro. Conforme já citado, era uma população

mais concentrada nas atividades agrícolas. Nesse novo período, a nação passou a se industrializar, foi, certamente, um período de grande transição. No início do novo século, surgiu um grande líder político da era republicana:

Foi dentro deste quadro econômico e institucional que Getúlio Vargas iniciou sua vida política. Nasceu em São Borja, cidade fronteira com a Argentina, a 19 de abril de 1882. Aí iniciou sua vida política, ganhando projeção com seu discurso a Afonso Pena, em 1906; mas, com mais intensidade, no ano seguinte, quando os estudantes situacionistas fundaram o Bloco Acadêmico Castilhistas, tendo por objetivo imediato apoiar e propagandear a candidatura de Carlos Barbosa, do PRR à presidência do Estado, disputada com Fernando Abbott, dissidente republicano que contava com o apoio da tradicional oposição federalista (FONSECA, 1987, p.45).

Getúlio Vargas, mais tarde, se tornaria uma referência de líder político. Em 28 de julho de 1922, elegeu-se deputado federal, em vaga aberta com a morte de Rafael Cabeda. Seu ingresso na política nacional também resultou de escolha pessoal de Borges de Medeiros, ex-presidente do Rio Grande do Sul e significou uma opção importante para resolver tarefa difícil, quase diplomática: a situação gaúcha complicara-se com a derrota de Nilo Peçanha, da “Reação Republicana”, para a presidência da República, que fora apoiado pelo PRR. Em 1924, foi reeleito deputado federal e tornou-se líder da bancada do PRR na Câmara dos Deputados. Ficaria ali apenas dois anos, pois em 1926 foi nomeado Ministro da Fazenda por Washington Luís (FONSECA, 1987).

Nesse período, em meados do século XX, o perfil dos governantes começou a mudar, porque os líderes anteriores normalmente governavam de forma isolada em seus palácios e mantinham contato com poucas pessoas no dia a dia, e esses contatos eram quase sempre com membros da elite. Esses novos líderes procuraram se mostrar mais próximos do povo, fazendo aparições públicas com muita frequência e procurando construir uma imagem de defensor dos interesses da nação (NEMI; REIS, 2009).

Foi após a Revolução de 1930 que Getúlio Vargas se tornou presidente, sua maior atribuição era o encaminhamento para fazer uma nova constituição para o Brasil. Estranhamente e depois compreendido, esse novo líder destituiu os presidentes estaduais (naquele momento o executivo estadual era comandado pelo presidente

estadual e não governador), suspendeu a constituição de 1891 e concentrou o poder das decisões políticas para si próprio. Em lugar dos destituídos, nomeou interventores. A maioria dos interventores eram tenentes. Com essa ação, Vargas esperava controlar os Estados, pois existia um domínio dos Estados pelas oligarquias rurais (NEMI; REIS, 2009).

A experiência pode ser relevante para um líder, nesse caso, a liderança política lida com adversidades constantemente por causa dos conflitos de interesses. Getúlio Vargas tinha uma bagagem grande, pois, desde sua mocidade, ingressou em atividades políticas e acumulou largo conhecimento. Segundo Fonseca (1987, p.45, 46):

O Estado geração de estudantes iria, mais tarde, ocupar diversos cargos de relevância e formar um grupo “renovador” dentro do PRR— em sua maioria líderes da “Revolução de 30”. Joseph logo denominou-os “Geração de 1907”, e em geral eram filhos de republicanos históricos. Em suas cidades chefes políticos locais do PRR [...] Residindo em Porto Alegre, após a formatura, Getúlio tornou-se, em 1908, promotor da 2ª Promotoria Pública, por nomeação de Borges de Medeiros — e ao que consta, a pedido pessoal seu.

A experiência de articulação de Getúlio Vargas logo foi testada, pois a nomeação de um interventor pernambucano para São Paulo fez com que houvesse grande descontentamento das lideranças políticas daquele estado. Esse descontentamento provocou uma rebelião interna, que provocou o uso de forças para suprimi-la, porém, logo em seguida, Vargas apaziguaria os descontentes nomeando Armando Salles de Oliveira, político ligado às oligarquias cafeeiras daquele Estado. Com essa ação, Getúlio abriu caminho para o diálogo e criou condições de reaproximação (NEMI; REIS, 2009).

A outra ação feita por Vargas foi a promulgação da Constituição de 1934, que manteve a federalização e garantiu a autonomia dos Estados em relação ao governo federal. Essa constituição definiu que o presidente seguinte fosse eleito pelos deputados constituintes. Assim, em 17 de julho de 1934, Getúlio Vargas foi eleito presidente do Brasil. Uma novidade na nova Constituição é que governo central assumiria a posição de mediador nos conflitos das relações trabalhistas. Com essa abertura constitucional, foi criada a justiça do trabalho. Além desse avanço, a nova

Constituição nacionalizou as minas, jazidas minerais e quedas-água. Com esse espírito nacionalista, Vargas foi se tornando um grande líder político de sua época (NEMI; REIS, 2009).

A organização social não pode ser entendida como fruto de um ato voluntário dos homens, mas como resultado das leis da evolução; o governante deve ter antes de tudo compromisso com seus liderados, e com o que eles almejam de suas ações o que de mais material possibilita: eficiência. Cabe sempre questionar, não obstante, se “a vontade geral”, que para Rousseau se pronunciava na Assembleia, não viria no positivismo incorporar-se ao próprio Poder Executivo, já que é ele o intérprete das necessidades sociais (FONSECA, 1987).

Cabe destacar que esse líder mostrava-se cada vez mais articulador à medida que exercia a liderança. Uma nova decisão e prevista na carta magna recém promulgada foi a criação do Ministério do Trabalho que tinha o intuito de controlar as entidades sindicais. Outro avanço importantíssimo da Constituição de 1934 foi o direito das mulheres de votar e serem votadas, isso ampliou a participação feminina na vida política da nação brasileira. Elas também foram beneficiadas com outras leis, que garantiam a conciliação da maternidade com as atividades profissionais (NEMI, REIS, 2009).

Após a crise de 1929, começou a existir uma dúvida sobre se realmente os governos democráticos tinham a capacidade de enfrentar e resolver os problemas do desemprego e a carestia. Nesse conturbado momento, as esquerdas do mundo e do Brasil passaram a radicalizar suas posições. O movimento iniciado na Europa propunha uma sociedade igualitária com reformas promovidas por frentes populares que combatiam os ideais fascistas (centralização do poder). Uma outra corrente formou-se e se organizou no Brasil e criaram a AIB (Ação Integralista Brasileira), fundada por Plínio Salgado. Os integralistas enfatizavam a importância social da unidade familiar, defendiam os valores cristãos, eram nacionalistas, antiliberais e anticomunistas. Os integralistas também defendiam o fortalecimento do poder central nas mãos de um único líder para solucionar os graves problemas sociais e políticos do Brasil. Nesse período, alguns representantes da Geração Tradicionalista já tinham nascido. Conforme já mencionado neste trabalho, os valores familiares são

muito fortes nessa geração. Entende-se que a ideia inicial desse movimento continua presente nos representantes dessa geração e transferida para representantes de outras gerações (NEMI, REIS, 2009).

Para fazer um enfrentamento com a AIB, foi criada a ANL (Aliança Nacional Libertadora) em 1935 que reunia frentes populares e queria organizar no Brasil um governo nacional, popular e revolucionário. Com o crescimento dos enfrentamentos entre AIB e ANL, incluindo confrontos nos centros urbanos, Vargas aproveitou essa situação e criou com apoio do Congresso Nacional a Lei de Segurança Nacional. Essa lei tornou a ANL ilegal, proibiu comícios, passeatas ou qualquer outra manifestação contra o governo. Alguns representantes da ANL mais radicais resolveram fazer um movimento armado com a intenção de derrubar o governo e foi o que fizeram em 1935 com apoio da III Internacional Comunista, esse movimento foi chamado de Intentona Comunista, que foi liderada por Luís Carlos Prestes (NEMI; REIS, 2009).

Enquanto essas duas forças se enfrentavam, Getúlio Vargas se fortalecia como líder. Nemi e Reis (2009, p. 78) fazem menção à articulação silenciosa desse líder político:

Concentrando cada vez poderes em suas mãos, o presidente conseguiu o apoio das oligarquias estaduais e nomeou homens da sua confiança para chefiar o Estado-Maior do Exército e o Ministério da Guerra. Dessa forma preparava o caminho para impedir as eleições de 1938, previstas pela Constituição de 1934 [...] Na campanha eleitoral de 1937, o Estado já se encontrava bastante fortalecido no nível federal. Getúlio discursava regularmente sobre supostos riscos de uma campanha eleitoral, que poderia dar início a novas agitações sociais e abrir espaço para outro golpe comunista. Secretamente, seu aliado, Francisco Campos, já redigia uma nova constituição, que deveria substituir a de 1934.

Assim, o governo ditatorial foi se organizando e se armando de poderes especiais, ampliando sua esfera de influência na economia e na política. Demonstrava-se, desde logo, que, na percepção dos governantes, tanto a acumulação como a legitimidade só seriam conseguidas ou obtidas com maior eficiência e menor custo, à medida que o poder ficasse mais centralizado no executivo federal. Em segundo lugar, cabe lembrar a conjuntura internacional favorável a ideias intervencionistas, com a crise internacional e o fortalecimento dos regimes fascistas ou neles

inspirados. Em terceiro lugar, cabe lembrar a difusão nesse momento de toda uma corrente de pensadores que começou a interpretar a realidade brasileira e encaminhar propostas e sugestões desvinculadas da tradição liberal (FONSECA, 1987).

A intervenção foi associada a uma ideia da construção de um futuro melhor e sua correspondência com a realidade, pois o Presidente tinha conhecimento de inúmeros problemas do país no âmbito do aparelho do Estado. Em 10 de novembro de 1937, em “proclamação ao povo brasileiro” anunciando o novo regime, Vargas mencionava que a estrutura do aparelho governamental até então instituído não se ajustava às exigências da vida nacional, antes, dificultava-lhe a expansão e inibia-lhe os movimentos. Com argumentos fortes, Vargas construiu o apoio popular que precisava para manter-se no poder (FONSECA, 1987).

A AIB deu a Vargas os meios para continuar seus planos. O capitão Olimpio Mourão Filho forjara um documento, intitulado Plano Cohen, cuja autoria foi atribuída aos comunistas para incriminá-los. No falso plano, descrevia-se a estratégia pela qual os revolucionários tomariam o poder. No dia 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas usou o rádio e falou sobre os supostos planos dos comunistas e anunciou o início do Estado Novo. As eleições foram suspensas e também as liberdades civis e políticas. O congresso nacional foi fechado, a Constituição de 1934 foi substituída por outra, essa nova Constituição ficou conhecida como Palaca (uma referência à constituição autoritária polonesa, que teria servido de referência para Francisco Campos). Getúlio usou o confronto de interesses dos dois segmentos para se manter no poder e sagrar-se líder absoluto daquele momento. O uso do documento falso é um exemplo de como se planeja e agem alguns líderes para conquistar ou manter-se no poder (NEMI; REIS, 2009).

Como líder político já sagrado, Vargas tomava decisões e recebia apoio das massas populares. Esse líder não se descuidou em agradar segmentos importantes, que poderiam organizar movimentos contra seu projeto de poder. As decisões tomadas levam a crer que o setor primário foi o grande beneficiado com a política econômica, não é menos verdade que a indústria também o foi. O acesso ao crédito e a facilidades para a importação abrangeram também este setor; além do que, Vargas,

em plena época na qual a “questão social” estava na ordem do dia, reservara para os trabalhadores urbanos uma política da inteira confiança dos industriais, com isso, conseguia o completo silêncio e se mantinha no poder (FONSECA 1987).

Como ex-Ministro da Fazenda e agora presidente com absolutos poderes conquistados e tomados, Getúlio era visto com bons olhos pelos banqueiros internacionais, pois começara a executar a “Reforma Financeira” previamente acertada entre o Presidente da República e aqueles banqueiros. A confiança por parte dos financiadores foi fundamental para possibilitar a execução das medidas implementadas por Vargas, além do relativo *boom* das finanças internacionais no período que antecedeu a crise de 1929 (FONSECA, 1987).

Apesar da tomada de decisão de se perpetuar no poder, que não cabe defesa, é importante destacar as decisões administrativas tomadas por Vargas, que melhoraram de forma significativa a administração pública e a qualidade de vida dos brasileiros, conforme Fonseca (1987, p. 23-24):

A ideia central era a proteção ao trabalhador, principalmente às crianças, aos inválidos e às mulheres, a qual deveria ser posta em prática pelo esforço conjunto entre governo federal e estados, através da criação de um Código de Trabalho. Vargas encarava a “questão social” que ficava mais clara após 1930. Quando as diversas leis trabalhistas foram sendo introduzidas [...] O ensino deveria ser substituído por outro, mais pragmático e preparador de mão de obra. Seria necessário introduzir cursos técnico-profissionais, os quais preparariam mais ao trabalho que a cultura especulativa.

No período chamado Estado Novo, começaram a nascer os primeiros representantes da Geração Tempos de Chumbo (2ª geração estudada neste trabalho). O Estado Novo trouxe ao Brasil um novo período no qual conviveram duas teses fundamentais: a modernização do país por meio de desenvolvimento econômico e a divulgação do nacionalismo cultural. Para promover o crescimento e desenvolvimento do oeste, Vargas criou em 1940 um programa com o nome Marcha para o Oeste. Com esse programa, planejou e criou a cidade de Goiânia e também criou territórios federais, que correspondem aos estados Amapá, Roraima e Rondônia e fez grande incentivo à colonização do norte do Paraná, dando origem às cidades de Londrina e Maringá (NEMI; REIS, 2009).

Pode-se destacar também medidas importantes com o intuito de alavancar o crescimento da indústria no país. O plano de desenvolvimento, que visava ao desenvolvimento econômico elaborado pelo Estado Novo, tinha na industrialização um dos mais importantes pilares de sustentação da política governamental. Foi dada atenção especial ao setor siderúrgico e, em 1940, elaborou-se o código que proibia a participação estrangeira na mineração e nas atividades de metalurgia. Em 1941, criou-se a Companhia Siderúrgica Nacional. A mesma política intervencionista do Estado também foi responsável pela criação da Companhia Vale do Rio Doce em 1942 e pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco em 1945, com a finalidade de fornecer eletricidade para a região Nordeste (NEMI; REIS, 2009).

Vargas, como bom líder e com ações administrativas que fortaleciam o país, aproveitou da conjuntura da II guerra mundial para implementar condições da indústria local para fornecer matéria prima para a indústria bélica. Os produtores de café, apesar de terem sido oposição, pois representavam parte da oligarquia que contestava algumas ações governamentais, também foram beneficiados pela política de valorização do café. A criação do Conselho Nacional do Petróleo deixou clara a intenção do governo de controlar a indústria de produção e refino do petróleo nacional (FONSECA, 1987).

É percebido que o líder político precisa ter habilidade de administrar muitos interesses. Getúlio Vargas fez isso com muita habilidade. Atuou como mediador dos conflitos entre trabalhadores e patrões. Em 1943, as leis de proteção aos trabalhadores foram reunidas em documento chamado Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Nesse documento, foram juntadas as leis existentes e inseridas outras. O Ministério do Trabalho fez ampla divulgação de Getúlio com o intuito de continuar a popularizar a imagem do presidente. Essa campanha fazia citações de Getúlio como o “protetor dos pobres”. Fortaleceu-se também com corporativismo sindical, pois fez grandes mudanças na Constituição de 1934, trocando a pluralidade sindical por sindicato único por categoria, nesse caso, a unicidade sindical. Além disso, para os sindicatos serem legalmente reconhecidos, precisavam estar filiados ao Ministério do Trabalho. Criou-se também a contribuição sindical obrigatória, que o Estado recolhia e repassava aos sindicatos. As greves foram proibidas, porque o Estado Novo entendia que essas ações não contribuíam para o crescimento do país.

Aconteceu que surgiram representantes sindicais mais ligados ao governo do que os trabalhadores e garantiam uma base de sustentação no movimento sindical (NEMI; REIS, 2009).

A segunda guerra mundial não era um fato isolado e logo exigiria uma posição do presidente. Nesse caso, Vargas criou a FEB (Força Expedicionária Brasileira), para participar e organizar o envio de 25 mil homens para combater o nazismo, destes, morreram 454. Com a participação do Brasil na II guerra, apoiando as forças aliadas, fez crescer a oposição ao nazismo, porém, cresceu também a oposição aos regimes ditatoriais em todo o mundo. Nesse caso, Vargas foi atingido diretamente, pois se mantinha no poder desde 1930. A oposição vinha se organizando já há algum tempo e, com o advento da guerra, puderam aproveitar o momento para dividir a opinião pública e tirar boa parte do apoio ao regime implantado por Getúlio. Ao final da guerra e percebendo um cenário desfavorável, o presidente convocou eleições legislativas para a Câmara e o Senado e permitiu a liberdade de se organizar partidos políticos. Mesmo nesse momento de fragilidade, o presidente Getúlio Vargas ainda tinha um alto índice de popularidade, por isso o alto comando o depôs em 29 de outubro de 1945, porque temia um novo golpe (NEMI; REIS, 2009).

A saída da presidência não significou derrota completa, pois se organizou de forma que não perderia o poder no executivo nacional, pois o presidente eleito foi Eurico Gaspar Dutra do PSD (Partido Social Democrático). Ainda com grande popularidade, Vargas foi eleito Senador. Saiu fortalecido nas casas legislativas e teria seu ex-ministro da guerra como presidente da República. Esse líder tinha uma capacidade enorme de analisar cenários. Essa derrubada de Vargas pelos militares significou apenas vitória temporária de seus adversários. Os dois partidos por ele fundados, PSD e PTB (Partido Trabalhista do Brasil), saíram fortalecidos das eleições, dominando a Câmara dos Deputados e o Senado, principalmente devido à força eleitoral do primeiro, que obteve 55% das cadeiras da Assembleia Constituinte; o PTB ficou com 7,5%. Vargas elegeu-se novamente à presidente da República em 3 de outubro de 1950 e assumiu o cargo em 27 de janeiro de 1951, juntamente com o vice-presidente Café Filho (do PSP). O segundo período presidencial de Vargas — agora respaldado pelo voto popular — durou até 24 de agosto de 1954, quando se suicidou (FONSECA, 1987).

No governo de Dutra, foi convocada uma nova assembleia constituinte. No dia 18 de setembro de 1946, a nova carta magna foi promulgada. Trouxe pontos importantes, dentre eles: eleições diretas, obrigatoriedade para todos os brasileiros alfabetizados e igualdade de todos perante a lei. Apesar da vitória de Dutra significar a vitória de Vargas, é importante destacar que Dutra era um militar e que logo tomaria decisões para inibir qualquer movimento. A guerra fria se intensificou nesse período e o Brasil tomou posição a favor do capitalismo rompendo as relações diplomáticas com a União Soviética.

Logo, o general Dutra mostraria a força de repressão, que normalmente líderes militares usam. Segundo Nemi e Reis (2009, p. 141):

Dutra ordenou em 1947, o fechamento do Partido Comunista Brasileiro (PCB), cassou o mandato dos parlamentares do PCB e fechou CGT, sindicato controlado pelos comunistas. Dutra também interveio em outros sindicatos de tendência socialista e restringiu as greves.

Mesmo não podendo atuar legalmente, o PCB e a UNE (União Nacional de Estudantes) fizeram um movimento silencioso para barrar o investimento estrangeiro na exploração do petróleo. O movimento cresceu e foi batizado de “O petróleo é nosso”. Esse debate ganhou tanta força, que se estendeu para o mandato seguinte e, em 1953, foi criada a Petrobrás (Petróleo Brasileiro S.A).

Vargas, ao ser eleito Senador em 1945, logo retirou seu apoio ao presidente Dutra, que tomava decisões antipopulares. Os aliados políticos começaram rapidamente a organizar e articular a sua volta ao poder executivo. Em 1950, Getúlio foi eleito novamente presidente do Brasil. Com três candidatos na disputa: Cristiano Machado, Eduardo Gomes, Vargas foi eleito com 48,7% dos votos.

Esse mandato não foi sagrado de êxito, conforme os anteriores. Logo que Vargas foi eleito, tentou aproximar-se dos diferentes segmentos da oposição tentando colocar-se acima dos conflitos. No plano econômico, enfrentou o desafio de promover o crescimento da indústria e conter a inflação. Nesse mandato, foram criadas várias empresas estatais. Em 1952, o BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), em 1953, a Petrobrás e, em 1954, a Eletrobrás (Centrais Elétricas

Brasileiras S.A). Essas ações demonstravam as intenções nacionalistas desse governo. Acontece que muitos empresários desejavam a entrada de capital estrangeiro no país; nesse caso, Vargas feriu os interesses do empresariado, que logo reagiu. Ainda em 1953, uma grande greve foi realizada em São Paulo com a participação de mais de 300 mil trabalhadores reivindicando aumento de salário (NEMI; REIS, 2009).

O populismo de Vargas, enfim, enredava-se nas próprias contradições que pretendia imperar com seu discurso, criando um abismo entre ele e o real conforme Fonseca (1987, p.441).

Nada disso impediu a deflagração da maior greve até então ocorrida no Brasil, em março de 1953, irrompida na cidade de São Paulo e logo alastrada pelo interior daquele estado, envolvendo cerca de 300 mil trabalhadores, entre metalúrgicos, marceneiros, gráficos e têxteis. Segundo Boito Jr., Vargas “tudo fez para acabar com a greve e reprimir, de forma violenta, algumas das ações mais ousadas empreendidas pelos operários”; entretanto, ao mesmo tempo, “principalmente através da iniciativa de membros da cúpula da burocracia de Estado, procurou fazer crer aos operários que simpatizava com a greve”.

Ressalta-se que um atentado a Carlos Lacerda, que acusava o governo de associação ao comunismo deflagrou uma verdadeira confusão no governo. Após apurado o inquérito, o chefe Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Getúlio Vargas, era o mentor do atentado. Não demorou e os militares exigiram a saída do presidente ou o deporiam do cargo. No mesmo momento, articulava-se a derrubada do presidente, principalmente na Aeronáutica, mas estendendo-se às demais armas. Em 23 de agosto, finalmente, as altas oficialidades da Marinha e do Exército pronunciavam-se no mesmo sentido e, em manifesto, exigiam a renúncia do Presidente. Vargas, entretanto, afirmou que só sairia morto do Catete. Diante do impasse, chamou Goulart e entregou-lhe um envelope com a seguinte recomendação: “Toma, Jango. Guarda esta carta para ler em casa e leva amanhã para o Rio Grande do Sul” (FONSECA, 1987. p.452). Caso se deflagrasse golpe militar, a carta deveria ser divulgada no exterior, iniciando-se pelos países latinos vizinhos. Em 24 de agosto de 1954, Getúlio Vargas, grande líder político suicidou-se com um tiro.

A reação popular realça o caráter político do suicídio de Vargas, evidenciando certa identificação entre ele e as massas conforme Fonseca (1987, p.454):

O suicídio de Vargas ensejou verdadeira comoção social no Brasil inteiro. Nas principais capitais, o “povo” saiu às ruas, empresas estrangeiras foram invadidas e embaixadas e consulados norte-americanos foram apedrejados. O mesmo ocorreu com jornais, rádios, e sedes de partidos oposicionistas. Assim, o estudo dos discursos de Vargas remete diretamente à questão do papel do indivíduo na construção do real. E o estudo sobre Vargas torna-se o desvendar da construção do capitalismo, das possibilidades da industrialização, da factibilidade do nacionalismo, da capacidade de integrar socialmente as grandes massas pela política de desenvolvimento econômico

Com a morte de Getúlio, Café Filho, que era vice-presidente assumiu a presidência da República. Nesse período, os partidos já articulavam as campanhas para a disputa do próximo pleito, que aconteceu em outubro de 1955. O ex-governador de Minas Gerais Juscelino Kubitschek disputou e saiu vencedor do pleito. Após a vitória de Juscelino, o presidente Café Filho sofreu ataque cardíaco e se afastou do cargo. Com o afastamento do presidente, assumiu o presidente da Câmara Carlos Luz. Luz foi contra Juscelino na disputa e planejava um golpe para ficar no poder, porém, diante desse quadro, o ministro da guerra, General Lott, depôs o presidente em exercício. Assumiu o vice-presidente do senado Nereu Ramos, que ficou até a posse do novo presidente. Ao fim de um período, se inicia outro. O sucessor de Getúlio Vargas foi Juscelino Kubitschek (1956-1961). Esse novo período ficou conhecido como “anos dourados”, pois foi marcado pelo crescimento econômico, pela estabilidade política e por um grande sentimento de otimismo (NEMI; REIS, 2009).

Juscelino moldou sua candidatura como um homem moderno, com uma grande capacidade de planejar, realizar mudanças e de implantar o progresso, deixando as diferenças políticas para trás. O slogan da campanha foi “Cinquenta anos em cinco”. A promessa de Kubitschek era a de que, em cinco anos de mandato, ele realizaria uma modernização do país, que equivaleria a cinquenta anos. Para cumprir esse objetivo, optou por uma política econômica baseada no crescimento industrial. Foi preciso buscar financiamentos de capitais privados e estrangeiros, além de contar com os recursos do Estado. Essa política foi denominada “nacional-desenvolvimentismo” (NEMI; REIS, 2009).

Líderes políticos lidam com interesses adversos na maior parte do tempo. Apesar do acelerado crescimento econômico, a desigualdade social permaneceu grande. A inflação e a dívida externa aumentaram demasiadamente. Os movimentos sociais começaram a se opor à política aplicada por Juscelino e questionavam o acordo feito com o FMI (Fundo Monetário Internacional), que emprestava dinheiro ao Brasil com juros altíssimos, fazendo com que a dívida externa crescesse de forma significativa nesse período (NEMI; REIS, 2009).

Uma capital para o Brasil melhor situada já havia sido discutida desde 1891, quando foi proclamada a República, porém somente em 1956 o Congresso Nacional aprovou sua construção. O local escolhido para a construção foi o centro geográfico do país, uma grande área de Goiás que passou a ser o Distrito Federal. Juscelino defendia que o deslocamento da capital faria desenvolver regiões até então prejudicadas devido à sua localização em relação às regiões que puderam ter um crescimento melhor devido à sua proximidade com o litoral, principalmente do Rio de Janeiro. Desde a construção, a nova capital proporcionou crescimento para a região e trouxe renda para os nordestinos, pois a maior massa operária era do nordeste. Em 1987, pelo seu conjunto patrimonial, Brasília recebeu, da UNESCO, o título de Patrimônio Cultural da Humanidade (NEMI; REIS, 2009).

Nesse período, houve um grande crescimento da população urbana, pois, com o crescimento, houve uma grande migração das regiões do norte para as regiões centro sul do país. A classe média cresceu em quantidade e em poder aquisitivo. Tornou-se uma sociedade de consumo, pois o crescimento das cidades esteve ligado à expansão da industrialização, que impulsionava as oportunidades de trabalho. Com o aumento da população, foi necessário aumentar serviços de responsabilidades do Estado, como saúde e educação. No final da década de 1950, uma grande quantidade de novos produtos industriais, nacionais e importados, era oferecida aos brasileiros com capacidade de adquirir: ferro elétrico, geladeira, fogão a gás, liquidificador, aspirador de pó. Alguns desses equipamentos já existiam no mercado, porém utilizavam carvão.

No final da administração de Juscelino Kubitschek, ficou claro que o seu “modelo de desenvolvimento”, apesar de suas realizações, já havia se esgotado. Nesse caso, o

próprio governo admitiu implicitamente esse fato, adotando ostensivamente uma política de “adiamento de problemas”. No início da década de sessenta, a convergência de classes populistas no poder e a forma populista de domínio foram desafiadas por duas forças sociais divergentes, que haviam surgido durante a migração e a concentrada industrialização da década de cinquenta, propiciada pelo governo Juscelino Kubitschek. Essas duas forças sociais antagônicas e fundamentais eram os interesses multinacionais e associados e as classes trabalhadoras industriais, cada vez mais incontroláveis. As duas forças em conjunto, embora opostas, minaram, no princípio da década de sessenta, o mito da existência de um Estado neutro desenvolvido pela administração do então líder maior da nação Juscelino Kubitschek (DREIFUSS, 1981).

De acordo com Dreifuss (1981 p. 78), nesse período, a tomada do poder pelos militares já era organizada. A organização com maior visibilidade era a ESG (Escola Superior de Guerra). Essa entidade procurava inserir seus representantes nas discussões nacionais:

Figuras proeminentes das associações de classe empresariais também apresentavam e conseguiam a aceitação de suas ideias em favor de um desenvolvimento industrial capitalista através de suas conferências e publicações. O grupo da ESG compartilhava com os interesses multinacionais e associados tanto a perspectiva quanto o sentido de urgência em transformar o ritmo e a orientação do processo de crescimento em direção à criação de uma sociedade industrial capitalista. Entretanto, não era só a questão da congruência de valores que ligava as posições dos empresários às de alguns oficiais militares. É importante notar que já em meados da década de cinquenta e mais ainda em princípios da década de sessenta, a participação militar na empresa privada era uma realidade, embora esse fenômeno não fosse tão difundido quanto a sua participação em agências tecnoburocráticas estatais ou sua presença nos conselhos de diretoria das corporações multinacionais e associadas após 1964.

O controle estatal de recursos estratégicos tinha, em fins da década de cinquenta, um toque irônico e mesmo cínico. O Brasil estava se tornando rapidamente um “sistema e regime político penetrado”. Esse Estado seria estável por intermédio do autoritarismo político incorporado na doutrina de segurança nacional. Ideologias americanas de “construção nacional” foram disseminadas entre as Forças Armadas Brasileiras e reforçadas pela doutrinação empresarial (FRANCO; SOUZA; MENEZES, 1977).

Nessa época, alguns comandantes militares já demonstravam insatisfação com o regime democrático, como é o caso do general Mourão, que contestava a real eficácia do regime democrático. O início dos anos 1960 trouxe consigo uma realidade silenciosa, pois as forças militares se organizavam para o golpe final e para tomar o poder.

O CONSULTEC (Consultório Técnico), que havia sido tão decisivo na articulação paralela de interesses empresariais durante a década de cinquenta, tornar-se-ia, em princípios da década de sessenta, um fator central no esforço de derrubar o regime populista. O núcleo da CONSULTEC gerou uma importante organização tecno-empresarial e político-burocrática chamada APEC (Análise e Perspectiva Econômica). A APEC era constituída de um grupo seletivo de pessoas de administradores, economistas, do governo e empresários. Nesse momento já existia uma interação com membros do exército americano. Um dos participantes da conferência, o Tenente-Coronel Theodore Wychoff, do Exército americano, advertiu que os comunistas estavam se preparando para atacar quando chegasse a hora” em toda a América Latina, acrescentando que “uma contra-ofensiva anticomunista poderia proporcionar uma melhor defesa dos povos e instituições livres do que qualquer medida passiva”. Entre as contribuições americanas para essa contra-ofensiva estruturada pela elite empresarial estava o fornecimento de caminhões para as tropas de Minas Gerais que iniciaram a “Revolução” em 1º de abril de 1964 (DREIFUSS, 1981, p.208).

O início da década de 60 foi marcado por conturbações na pátria brasileira que não eram bem vistas pelos grupos conservadores, que temiam a participação política de setores da sociedade civil. Com o final do mandato de Juscelino Kubitschek, o ex-governador de São Paulo, Jânio Quadros, foi eleito presidente da República do Brasil. Foi eleito por um partido pequeno PTN (Partido Trabalhista Nacional) e não pertencia aos grandes círculos políticos da época. Apresentava a intenção de combater a corrupção e atenderia os interesses das classes baixas. Ao assumir, Jânio adotou medidas polêmicas, como proibir brigas de galo e uso de biquínis. Jânio tinha a intenção de demonstrar um governo moralizador. Na política econômica, adotou medidas, como contestar os juros do FMI e congelar salários. Com congelamento dos salários, pretendia-se diminuir o consumo e frear a inflação.

O congelamento de salários foi uma medida impopular, que logo traria consequências. Além disso, Jânio não conquistou a maioria no Congresso Nacional. Sem o apoio popular, Jânio renunciou em 25 de agosto de 1961, com menos de sete meses no governo (NEMI; REIS, 2009).

Com a renúncia de Jânio, o sucessor natural era João Goulart (Jango), porém houve grande movimentação de alguns segmentos das forças militares para que ele não assumisse. Goulart era da ala comunista, nesse caso, principalmente os militares fizeram grande articulação contra a sua posse. João Goulart não pertencia ao mesmo grupo político de Jânio Quadros. Os militares e partidários do anticomunismo, não estavam satisfeitos com a hipótese de um presidente trabalhista assumir o governo e começaram uma grande crise política que provocou uma divisão interna no país e provocou consequências em anos posteriores (COTRIM, 2008).

Existia uma parcela dos setores militares que apoiavam João Goulart e uma boa parcela do Congresso Nacional defendia que a Constituição Federal deveria ser respeitada, nesse caso, o sucessor natural deveria assumir. A ala conservadora das forças militares queria que o presidente em exercício, que era o presidente da Câmara dos Deputados, deputado Ranieri Mazzilli, fizesse a convocação de novas eleições num prazo de sessenta dias para que Jango não assumisse. A saída negociada entre as alas foi a de que o presidente tomaria posse, mas seria feita uma reforma constitucional que implementaria o parlamentarismo no Brasil. No sistema parlamentarista de governo, cabe ao primeiro ministro, que é chefe do parlamento, cuidar dos assuntos administrativos. Então o novo presidente representaria o Brasil, porém não dirigiria o Governo. Com esse acordo, João Goulart foi empossado em 7 de setembro de 1961 (NEMI; REIS, 2009).

Aconteceu que a experiência parlamentarista foi curta. Tancredo Neves era o primeiro ministro e tinha a incumbência de acalmar os ânimos políticos e estabelecer um enfrentamento para a crise econômica, que foi iniciada no governo de Juscelino. Tancredo demitiu-se em 1962 e depois dele vários outros primeiros-ministros assumiram o cargo, porém nenhum conseguiu apresentar soluções para a crise. Um plebiscito em 1963, conseguido pelos apoiadores de Jango, proporcionou uma vitória esmagadora pelo sistema presidencialista. Os desafios continuaram e o

presidente, mesmo detendo o poder para liderar o governo, não conseguiu dar respostas que solucionassem a crise do país. Nesse período, começaram a nascer os primeiros representantes da Geração Caras Pintadas, terceira geração de análise deste trabalho (COTRIM, 2008).

Aproximava-se o momento esperado pelos militares que planejaram a tomada do poder por vários anos, conforme Dreifuss (1981, p. 106):

Porém antes que o golpe se efetivasse, valores modernizante-conservadores, germinados dentro de diferentes formas de poder de classe dominante, expressaram-se através dos vários organismos da sociedade civil: associações de classe (CONCLAP, FIESP, CIESP), grupos de ação política (IBAD), e vários escritórios técnicos privados (CONSULTEC, CBP). A ideologia modernizante-conservadora penetrou também a sociedade política através de *think-tanks* burocrático-empresariais. (FGV) e anéis burocrático-empresariais (BNDE, “Grupos Executivos”).

No dia 31 de março de 1964, tropas revoltadas deixaram Juiz de Fora (MG) em direção ao Estado do Rio de Janeiro. Não encontraram resistência, ao contrário, receberam adesão de importantes unidades militares oriundas de diversos locais do Brasil. Era o fim, o presidente João Goulart foi deposto, assumiu uma junta militar (NEMI; REIS, 2009).

O golpe poderia ter acontecido no ano de 1961, porém o projeto ainda não estava maduro o suficiente e precisava cooptar a “alma” da população brasileira. Quando a estrutura estava pronta, as pessoas clamavam para que os militares assumissem o poder. Isso aconteceu devido à forte estrutura que os militares conseguiram e, conseqüentemente, devido ao poder da mídia. Dreifuss (1981, p. 420) afirma que:

A 2 de abril de 1964, a burguesia comemorou a deposição do Presidente João Goulart com uma gigantesca marcha de famílias pelas ruas do Rio de Janeiro, um acontecimento cujos organizadores aguardavam com ansiedade há mais de uma semana. Na hora marcada para o início da marcha, a Avenida Rio Branco continha um mar de faixas contra o comunismo, carregadas por uma multidão calculada em oitocentas mil pessoas. Enquanto as multidões percorriam a Avenida Rio Branco, a sucessão presidencial ES extensivamente discutida. Ao empresários que assistiam à Marcha do escritório do IPES no Rio, “contentes com as aclamações e entusiasmo nas ruas e muito satisfeitos com o resultado de seu trabalho anticomunista”.

O novo presidente, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco foi eleito presidente da República pelo Congresso Nacional em 11 de abril. Nesse momento, existia a expectativa de que o governo militar completaria o mandato de João Goulart, ou seja, ficaria até o ano de 1966 e em seguida seriam realizadas eleições diretas para a escolha do novo presidente. Talvez por essa falsa expectativa, muitos setores da sociedade civil organizada não se opuseram ao novo governo. Porém o governo militar se prolongou (COTRIM, 2008).

Com o novo governo, o poder executivo fortaleceu-se em detrimento do poder legislativo. Houve uma grande centralização do poder e as ações autoritárias se concretizaram. Para as ações autoritárias se concretizarem, foram usados os “Atos Institucionais”. O primeiro Ato Institucional foi o AI-1, através dele, foram cassados os mandatos de congressistas e governadores por um período de 10 anos. A justificativa dessa cassação era combater o comunismo. Outro artigo permitia a aprovação de projetos por decurso de prazo. Projetos do Executivo que não fossem votados em trinta dias após serem recebidos entrariam em vigor automaticamente. Esse artigo provocou um grande enfraquecimento do parlamento. Após esse enfraquecimento, foi implantada a Doutrina de Segurança Nacional, que tinha o objetivo de identificar as pessoas que questionavam e criticavam o novo regime estabelecido. De 1964 a 1969, foram decretados dezessete Atos Institucionais (NEMI; REIS, 2009).

O novo regime priorizou o crescimento econômico, tomou medidas para diminuir a estagnação econômica, renegociou a dívida externa, adequou as contas públicas e promoveu ampla abertura da economia brasileira para o capital estrangeiro. Houve um grande arrocho nos salários para conter a inflação. A classe trabalhadora, que tinha vivido alguns bons momentos com muitos governos anteriores, principalmente com o governo de Getúlio Vargas, pagou um alto preço com o novo regime autoritário. O Ato Institucional 2 foi promulgado em 1965 e estabeleceu a eleição indireta para presidente e os partidos políticos existentes foram declarados extintos. Esse Ato estabeleceu o bi-partidarismo. A entrada desse Ato em vigor fez com que somente duas legendas partidárias continuassem a atuar, nesse caso, a Arena (Aliança Renovadora Nacional), favorável ao governo, e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), que reunia alguns setores tolerados pelo governo.

Foi um sistema de dominação monstruoso, o AI-3, suspendeu as eleições diretas para governador e vice, que passaram a ser eleitos pelas Assembleias Legislativas. Prefeitos também não mais foram eleitos e sim nomeados. O AI-4 reduziu o mandato presidencial de cinco para quatro anos e também proibiu a reeleição. Esse Ato deu a impressão de um governo não personalístico, porém era somente um disfarce para o autoritarismo disfarçado no novo regime. O pior Ato Institucional foi o de número 5. Conhecido na história por AI-5, esse Ato aumentou a censura e também a repressão política. As principais decisões do AI-5 foram: o presidente da República tinha plenos poderes, em detrimento de qualquer lei ou instituição, foram estabelecidos a cassação de agentes políticos que se opusessem ao governo e a suspensão do *habeas corpus* para os presos políticos. A função do *habeas corpus* é proteger o cidadão que foi preso ilegalmente. Dessa forma, os presos políticos passaram a sofrer punições físicas e psicológicas, e até mesmo a ser mortos, mesmo sem cometerem qualquer crime. Numa demonstração de autoritarismo absoluto, o presidente dessa época fechou o Congresso e cassou os mandatos dos parlamentares. A censura se tornou muito rigorosa e as liberdades políticas, como direito de expressão e organização, foram reprimidas pelo regime militar. O AI-5 vigorou até 1979 (DREIFUSS, 1981).

Diante de um sistema tão autoritário, a guerrilha foi a resposta dos movimentos de oposição aos atos de violência praticados pelo governo militar. Entidades representativas dos trabalhadores e os movimentos estudantis eram reprimidos pelas forças policiais. Uma organização importante formou-se no interior do país na região do Araguaia, na fronteira dos estados do Pará, Maranhão e do atual estado do Tocantins, um importante movimento guerrilheiro, a Guerrilha do Araguaia. Essa organização foi criada pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B). O governo com um forte aparato militar, imensamente superior ao aparato dos guerrilheiros, conseguiu vencê-los e os últimos combatentes foram dizimados.

Outros movimentos surgiram no Brasil em busca da redemocratização, como, por exemplo: a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), liderada pelo capitão Carlos Lamarca e a Ação Libertadora Nacional (ALN), liderada por Carlos Marighela. Foi um período de intranquilidade para aqueles que queriam uma sociedade mais igualitária e sem dominação. Entre os anos de 1967 e 1974, a ditadura militar

aumentou a pressão sobre a nação usando a censura, assim, músicas, peças teatrais e outras atividades tinham de receber autorização para ser levadas à população. Outro mecanismo usado foi o de espionagem, para o qual o governo valeu-se do Serviço Nacional de informações (SNI). Esse serviço infiltrava e espionava agentes nos grupos opositores e monitorava até os militares, havendo suspeita de ameaça, as forças militares prendiam os suspeitos e instaurava processo contra eles. Durante o governo Médici, a pena de morte por fuzilamento foi incluída na Lei de Segurança Nacional (NEMI; REIS, 2009).

Esse período de grande repressão foi também o de maior expansão econômica. Nesse período, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu cerca 10% ao ano entre 1968 e 1974. Esse crescimento foi sustentado pela grande quantidade de capital estrangeiro que foi investido no Brasil. A venda de bens duráveis como eletrodomésticos e automóveis bateu recorde nessa ocasião. A construção civil também contribuiu com altos índices de crescimento. Para financiar esse crescimento do consumo, era preciso usar capital externo, pelo qual se pagava altos juros. Não demorou muito para que o sinal amarelo acendesse e logo a economia em declínio favorecesse as ações dos guerrilheiros, que lutavam contra o regime ditatorial. A economia tem papel importante quanto à satisfação da população. Se a economia de um país, estado ou município vai bem, existe a tendência de o líder estar com alto índice de aceitação pelos liderados, porém se a economia estiver ou passar por declínio, certamente o líder terá índices de aceitação regredidos (NEMI; REIS, 2009).

Foi feito um grande marketing após a vitória da seleção brasileira de futebol no ano de 1970. Pretendia-se mostrar que o país estava no caminho certo e que o regime ditatorial era o melhor para a nação. Essa política governamental, que financiava o crescimento com grande endividamento não tardou em perceber que não era o melhor caminho. Em breve as massas novamente estavam nas ruas pedindo o fim daquele regime, o que foi planejado e executado gradualmente para tomar o poder. Merece destaque que o intuito de alguns militares era moralizar e proporcionar o crescimento, porém foi um projeto de poder que, para boa parte dos organizadores, significou a ocupação de quase todas as instâncias do governo em benefício próprio

ou de segmentos, que não significavam o benefício da maior parte da população brasileira (DREIFUSS, 1981).

Em 1974, o general Ernesto Geisel foi empossado presidente. Em seu governo, deu-se início ao processo de abertura política. Isso aconteceu como sinal para a população brasileira que pretendia restabelecer a “normalidade democrática”. Após tantos anos de torturas, perseguições e exílios, finalmente uma sinalização para o fim de um regime autoritário, porém esse processo foi lento e ainda demorou 10 anos até ser concretizado. Geisel, assim que assumiu a presidência, tentou manter a unidade dos militares e abrir o diálogo com a sociedade civil, porém não era tarefa fácil a conciliação desses segmentos. Os militares integrantes da chamada “linha dura”, viam com reservas essas intenções do presidente. Ernesto Geisel assumiu o poder com as guerrilhas praticamente dizimadas e procurou se aproximar dos setores que mantinham resistência ao regime. Aconteceu, porém, que os grupos da “linha dura” temeram que, com essa abertura de diálogo, o presidente pudesse fazer algum acordo que autorizasse a apuração de violências praticadas por esses integrantes do grupo radical. Por causa dessa tensão nos anos de 1974 e 1975, voltaram a acontecer alguns crimes como foi o caso do jornalista Vladimir Herzog, que trabalhava na TV Cultura de São Paulo, que, após ser preso, prestar depoimento a assinar um documento que pertencia ao Partido Comunista, apareceu morto por enforcamento. O exército divulgou fotos para comprovar suicídio, porém muitos indícios levaram a acreditar que Herzog tinha sido assassinado (COTRIM, 2008).

O último presidente militar foi o general João Batista Figueiredo. Quando assumiu a presidência, ele prometeu à nação brasileira concluir a abertura iniciada por Geisel. Em agosto de 1979, o Congresso Nacional aprovou a Lei de Anistia, que autorizava aos exilados retornar ao Brasil e prometia não investigar os crimes políticos praticados, inclusive aqueles praticados pelos militares. Os altos índices de inflação e as taxas de desemprego crescendo fizeram com que os sindicatos voltassem a organizar manifestações por todo o Brasil. Uma das maiores manifestações foi organizada pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Paulo. Nessa ocasião, destacou-se o líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva, que, após essas manifestações, foi preso juntamente com outros líderes sindicais. No governo

Figueiredo, foi restabelecido o pluripartidarismo e cinco partidos foram criados: Partido Democrático Social (PDS, sucessor da Arena), Partido do Movimento Democrático Social (PMDB, ex MDB), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Com essa autorização, o Governo pretendia pulverizar os votos da oposição, porém, em 1982, aconteceram eleições diretas para governador e os partidos de oposição venceram nos estados de maior importância política, como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (NEMI; REIS, 2009).

O período da ditadura militar também foi um momento de crescimento cultural, com a realização de importantes manifestações artísticas. Os artistas procuravam de alguma forma passar uma mensagem discreta de dialogar com a população a respeito da ditadura militar. Muitas vezes se manifestaram nesse período com destaque para a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Estadual dos Estudantes (UEE). Em 1964, essas instituições foram colocadas como ilegais pelo regime militar.

Para Dreifuss (1981 p. 443), o regime militar queria jovens se qualificando para o mercado de trabalho, porém, sem ações de contestações ao regime:

Entretanto, a educação é vista como investimento apenas quando prepara indivíduos para o trabalho. Não é mais um processo de transmissão da cultural geral da humanidade, do conhecimento universal. É instrumentalizada para o trabalho, de maneira que o indivíduo se torne mais produtivo na empresa que o contrata. O Estado, já sendo mediador da empresa privada no processo de internacionalização da economia, assumiu o ônus da formação dessa mão de obra disponível, contribuindo, assim, diretamente, para a formação de um exército industrial de reserva, tanto de pessoal executivo e de profissionais qualificados, quanto de mão de obra industrial especializada, através das instituições de ensino superior e através do MOBREAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização. A criativa experiência de Paulo Freire e o Movimento de Educação Básica foram concluídos. Ao invés destes, por algum tempo, a Cruzada ABC, dirigida por um pastor protestante norte-americano e cuidadosamente planejada para refrear expectativas e para restringir a formação de uma perspectiva crítica, foi implantada, principalmente, no Nordeste.

O ex-deputado Dante de Oliveira foi o autor da emenda constitucional das Diretas já. O projeto de abertura política conduzido pelos generais encerrou-se no dia 15 de março de 1985, com a posse do primeiro presidente da República civil desde 1964. Porém, a redemocratização não foi um ato de boa vontade dos militares. Ela foi fruto

de exigência da sociedade brasileira que, mesmo em período de retirada da liberdade e de opressão, buscou seus direitos e reconquistou o Regime Democrático. Esse período, o autor deste trabalho usou para classificar os representantes da segunda geração em estudo: “Geração Tempos de Chumbo” (NEMI; REIS, 2009).

No princípio, a emenda constitucional apresentada pelo deputado Dante de Oliveira não recebeu muita visibilidade, porém alguns líderes sindicais resolveram convocar o povo para se manifestar a favor da emenda. No início, foi uma ação modesta, porém o movimento cresceu com o apoio de diversos setores da sociedade civil, que formaram uma frente suprapartidária. O governo militar agiu duramente contra as Diretas já e, em 26 de abril de 1984, a emenda das diretas foi derrotada na Câmara Federal, frustrando milhões de brasileiros. No ano de 1985, chegou o fim do mandato presidencial do general João Batista Figueiredo. A eleição permanecia indireta, contudo o país estava no caminho da reabertura política, não mais seria possível colocar um militar no poder. Nesse período, nasceram os primeiros representantes da Geração Y, quarta e última geração objeto deste estudo (NEMI; REIS, 2009).

Os grupos militares apresentaram o coronel Mário Andreazza, que foi derrotado na convenção interna do PDS por Paulo Maluf. Nesse caso, a vitória de Maluf provocou a divisão do partido, que beneficiou a oposição. O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que saiu fortalecido das Diretas Já, apresentou a candidatura do governador de Minas Gerais, Tancredo Neves. Com a divisão do PDS, formou-se a Frente Liberal, que apoiou o candidato do PMDB e indicou para vice, José Sarney, juntos criaram a Aliança Democrática. Mesmo com grande resistência ao nome de José Sarney, que era identificado como ex- Arena e apoiador da ditadura militar, a campanha de Tancredo Neves recebeu grande apoio popular e da imprensa (COTRIM, 2008).

Em 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves e José Sarney foram eleitos pelo colégio eleitoral. As expectativas da população eram grandes em relação a esse governo, segundo Nemi e Reis (2009, p. 228):

No campo social, a desigualdade econômica era o principal desafio. O combate à miséria e a ampliação dos direitos sociais se impunham como questões urgentes. Na economia, a crise iniciada na segunda metade da década de 1970 acentuava-se cada vez mais. A queda do poder de compra dos assalariados e o crescimento do desemprego exigiam providências rápidas do novo governo.

O grande apoio da população a Tancredo Neves transformou-se em frustração, porque, na véspera da posse, Tancredo foi hospitalizado e não assumiu o mandato. Não havia uma norma constitucional que previa essa situação, decidiu-se empossar o vice-presidente eleito na chapa, José Sarney, que esperava o restabelecimento de Tancredo Neves. A alegria dos correligionários foi substituída pela apreensão. Tancredo passou por várias cirurgias e faleceu no dia 21 de abril de 1985. Existiu o temor de que a posse de José Sarney, político ligado à ditadura militar, pudesse complicar o processo de redemocratização (COTRIM, 2008).

Nemi e Reis (1009, p. 230) destacam o importante papel que o líder político Ulysses Guimarães teve nesse momento:

No vácuo causado pela morte de Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e membro da ala “autêntica” do partido, assumiu uma posição de comando, dividindo com o presidente da República a condução das reformas políticas, principalmente a promulgação da nova Constituição.

Mas a aceitação de Sarney não dependia somente da política, e sim da economia. No segundo ano de mandato, o presidente experimentou grande aceitação da população brasileira, porém, com o fracasso do plano econômico, Sarney rapidamente tornou-se impopular, tornando-se alvo de críticas tanto das alas de esquerda, quanto das de direita. Os governos militares tinham deixado uma herança que era uma inflação em ascensão e uma dívida externa monstruosa e também em crescimento. Novamente, tentou-se realizar uma política de sustentabilidade fazendo um Plano Econômico, nesse caso, foi o Plano Cruzado. Esse Plano congelou os salários e o governo publicou tabela de preços. Por um ano, os valores não poderiam ser aumentados (NEMI; REIS, 2009).

A população usava essas tabelas para ir às compras, imediatamente a inflação caiu e a população aplaudiu o governo. Porém as empresas não conseguiam produzir os produtos nos preços da tabela governamental e, em curto espaço de tempo,

começou a haver desabastecimento. Conseqüentemente, não podendo pagar os juros da dívida externa, o governo teve de declarar moratória. Em fevereiro de 1987, o presidente José Sarney declarou moratória, ou seja, deixou de pagar a dívida externa brasileira, que durou até fevereiro de 1988. Com a moratória, o Brasil perdeu credibilidade e também os investimentos externos caíram. Conforme já destacado neste trabalho, o líder político, para estar com bom índice de aceitação da população, depende de uma economia em crescimento ou estável. Nesse sentido, a popularidade do governo estava de mal a pior (COTRIM, 2008).

Para o retorno da democracia, era preciso que a Constituição autoritária de 1967 fosse substituída por uma nova que expressasse a liberdade reconquistada pelo povo brasileiro. Nesse caso, a primeira medida tomada foi a elaboração de uma Constituição verdadeiramente democrática, que ampliou a representatividade do sistema eleitoral. Uma emenda constitucional de 1985 autorizou a criação de novos partidos e deu o direito ao voto aos maiores de 16 anos e aos analfabetos. Em 5 de outubro de 1988, foi promulgada essa nova Constituição que deu garantia aos direitos políticos, como a liberdade de expressão, de manifestação e de organização e também ao direito de greve. Essa carta magna também estabeleceu eleições diretas para todos os poderes, inclusive para presidente da República (NEMI; REIS, 2009).

Por um período de quase 30 anos sem eleições diretas para eleger o presidente da República, em 15 de novembro e 17 de dezembro, os eleitores brasileiros voltaram a exercer o direito de escolher o líder maior da nação brasileira, seu presidente. Foi uma campanha muito agitada, ao final, foi eleito o ex-governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, em uma composição, tendo como vice-presidente Itamar Franco. Essa chapa composta por Collor e Franco concorreu por uma pequena legenda partidária, o Partido da Renovação Nacional (PRN). Essa eleição foi decidida em dois turnos, no segundo turno, Fernando Collor recebeu o apoio de partidos, como PFL, PDS e PTB e de outras legendas partidárias menores. Ao final das eleições, derrotou o ex-sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva por uma margem pequena de votos (COTRIM, 2008).

O presidente Fernando Collor durante a campanha apresentou uma imagem de líder moralizador e renovador. Collor havia sido batizado de “caçador de marajás”, por ter reduzido ou cortado altos salários da administração pública de Alagoas, quando era governador. Collor apresentou um programa de governo com a intenção de modernizar a administração pública. Essa proposta de Estado moderno escondia em seu bojo a verdadeira intenção privatista que esse governo iria implementar (COTRIM, 2008).

O novo governo assumiu em 15 de março de 1990 com uma herança dos governos anteriores, nada animadora. Nessa ocasião, a inflação chegara a 2.751,34 ao ano. No dia seguinte à posse, foi preciso o governo implantar um plano de estabilização econômica elaborado pela sua equipe econômica, que bloqueou contas e aplicações financeiras, confiscou cerca de 80% do dinheiro que circulava no país (Incluindo as cadernetas de poupança), extinguiu a moeda corrente, o cruzado, restabelecendo o cruzeiro. O impacto provocado por esse plano econômico foi demasiadamente grande e atingiu grande parte da população, que foi obrigada a aceitar o sacrifício (NEMI; REIS, 2009).

Não demorou muito tempo para que viessem as decepções na área econômica, pois, após um controle no início do governo, a inflação voltou a crescer, com isso, a recessão também cresceu e o governo foi perdendo credibilidade. Para piorar o cenário já desfavorável, começaram a surgir denúncias de corrupção, envolvendo a cúpula do governo e também a família do presidente. Foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as denúncias. Com a apuração dos fatos, aos poucos se descobriu uma rede de corrupção e sonegação fiscal e de contas. O esquema era controlado por Paulo Cesar Farias (O PC). PC Farias era amigo particular de Fernando Collor e ex-tesoureiro da campanha presidencial. Nesse momento da história brasileira, aconteceram muitas manifestações públicas pedindo o *impeachment* do presidente. Muitos jovens foram para as ruas e, para colorir o nacionalismo, pintaram as cores da bandeira em suas caras. Essa ação possibilita ao autor desta pesquisa chamá-los, na realidade brasileira, de Geração Caras Pintadas, a terceira geração objeto de estudo deste trabalho (COTRIM, 2008).

Abre-se um espaço para mencionar sobre a cultura brasileira, pois houve frustração de boa parte da população ao perceber que tinha lutado para retirar o regime ditatorial do poder e redemocratizar o país. O primeiro governo democrático, após a ditadura, já demonstrava fragilidade e erros intrínsecos ao ser humano. Sobre esse assunto, Da Matta (1976, p. 90) menciona que falta percepção ao brasileiro ao escolher a melhor opção, pois não se preocupa com a vida política profundamente:

No Brasil as pessoas parecem preferir as festas do que encarar os problemas políticos e institucionais: pois enquanto nos outros países a identificação apresenta problemas de uma cultura cívica, remetendo a bandeiras, hinos, coroas ou lutas heróicas, para o nosso personagem – que aqui é um paradigma -, ser brasileiro é dissolver-se na turba indiferenciada que dança o samba nas ruas, e surra selvagememente sua amante europeia.

Com a saída de Fernando Collor da presidência, Itamar Franco, seu sucessor natural, tomou posse em 29 de dezembro de 1992. Itamar reunia experiência acumulada ao longo dos anos, pois já havia ocupado outros cargos na política. Com bom trânsito entre as várias bancadas, logo compôs um governo de Coalizão para que existisse sustentabilidade na votação de projetos importantes para o país (NEMI; REIS, 2009).

O novo governo não conseguiu controlar a inflação durante o primeiro ano. Nesse primeiro momento de governo, o novo presidente teve de substituir por três vezes o ministro a fazenda. Na última troca, nomeou Fernando Henrique Cardoso, que pertencia ao Partido Socialista Democrático Brasileiro (PSDB) e era o titular da pasta das Relações Exteriores. Novamente, alguns meses depois, seria anunciado mais um Plano Econômico, dessa vez, o Plano Real (COTRIM, 2008).

Esse novo plano teve como objetivo básico controlar a hiperinflação brasileira, considerada crônica. Foi necessário desenvolver o novo plano em etapas. Em 1º de julho de 1994, entrou em vigor no Brasil uma nova moeda: O Real que nomeou o novo plano econômico de Plano Real. Inicialmente, este foi recebido com desconfiança pelas alas de oposição, porém foi recebendo apoio da população, pois a inflação caiu de 50% para 4%. O ano terminou com uma inflação semestral abaixo de 20%. Para se perceber a importância desse feito, a inflação do ano anterior tinha sido mais de 2000%. Conforme já mencionado neste trabalho: economia em

crescimento ou estável eleva a popularidade do líder político. Não foi diferente com o então presidente Itamar Franco que, impulsionado pelos resultados do Plano Real, apoiou a candidatura de Fernando Henrique à presidência da República nas eleições de 1994, que saiu vencedora do pleito (NEMI; REIS, 2009).

Fernando Henrique tinha como principais apoios, os políticos do Partido da Frente Liberal (PFL), hoje Democratas (DEM). Em seu governo, manteve o controle da inflação e aumentou o número de privatizações, diminuindo o papel do Estado e liberou as importações iniciadas no governo de Fernando Collor. Grandes empresas, como a Companhia Vale do Rio Doce, maior exportadora de minério de ferro do mundo, foram privatizadas. Também privatizou o sistema Telebrás que operava a telefonia no país. Nesse governo, aumentou-se o número de famílias assentadas pela reforma agrária. Cresceu também o número de crianças matriculadas nas escolas e os investimentos na saúde. O governo introduziu os remédios genéricos, que são mais baratos, e também assumiu a gratuidade dos remédios para tratamento da AIDS (Síndrome de Imunodeficiência Adquirida). Para a oposição, essas medidas ainda eram tímidas, porém, para o povo, foi um grande avanço, pois estava satisfeito, principalmente pelo controle da inflação (COTRIM, 2008).

Com grande popularidade e aceitação, Fernando Henrique conseguiu aprovar uma emenda constitucional em janeiro de 1997, que permitia a reeleição do presidente da República, de governadores e de prefeitos. Com a popularidade em alta e a permissão constitucional para disputar o segundo mandato, Fernando Henrique reelegeu-se presidente em 1998. Mesmo com inflação controlada, Fernando Henrique vinha enfrentando dificuldades advindas de investidores externos. Assim, foi preciso liberar o Real no início de 1999, foi o fim da “âncora” cambial. O governo elevou os juros para tentar evitar a saída de dólares do país e atrair mais investimentos, essa medida fez com que a inflação ficasse contida, porém os setores produtivos entraram em recessão e houve grande desemprego. Piorou ainda mais a imagem do governo o apagão energético ocorrido no ano de 2001, que ocorreu devido à falta de chuvas e fez com que milhões de brasileiros fizessem racionamento de energia. Novamente, observa-se que a imagem dos líderes políticos está ligada ao desenvolvimento ou estabilidade da economia (NEMI; REIS, 2009).

Finalmente, Luiz Inácio Lula da Silva chegou ao poder no ano de 2002. Lula, como popularmente ficou conhecido, ajudou a fundar o Partido dos Trabalhadores e marcou a chegada de uma nova geração ao poder. Iniciando sua vida pública em 1975, como presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, SP, Lula disputou muitas eleições até ser vencedor no ano de 2002 e se tornar presidente da República do Brasil (COTRIM, 2008).

O primeiro grande evento que possibilitou a ascensão política de Lula foi a liderança de uma greve realizada em plena ditadura militar no ano de 1978. Essa greve reuniu mais de 150.000 (cento e cinquenta mil) trabalhadores no ABC paulista. A história de Lula se assemelha a de milhões de brasileiros que, como ele, tiveram muitas dificuldades para conseguir êxito em um projeto. Em 1970, foi eleito secretário do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, três anos depois, assumiu a diretoria efetiva do sindicato. Em 1975, foi eleito presidente do sindicato com 92% dos votos. Foi reeleito por duas vezes no sindicato e, em 1980, foi co-fundador do Partido dos Trabalhadores (PT), tornando-se a principal liderança petista. Candidatou-se aos principais cargos políticos do Brasil, sendo eleito deputado federal em 1986, com 650.000 (seiscentos e cinquenta mil votos), maior votação para o legislativo federal até esse pleito (NEMI; REIS, 2009).

Concorreu à presidência da República em 1989, sendo que, nessa ocasião, conseguiu reunir em torno da sua candidatura todos os segmentos da esquerda política. Mesmo sendo derrotado por Fernando Collor, tornou-se o grande líder dos grupos que faziam oposição ao modelo dos governos Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. No ano de 2002, Lula apresentou uma campanha com uma proposta mais branda e comprometeu-se a combater a inflação, pagar a dívida externa e respeitar a propriedade privada, ainda convidou um empresário para compor a chapa como vice-presidente, José de Alencar. Com esses compromissos, um discurso moderado e uma composição com um representante da ala patronal, no ano de 2002, Lula foi eleito presidente da República do Brasil (COTRIM, 2008).

O novo governo, iniciado em 2003, adotou uma política semelhante à dos governos anteriores, controlou os gastos públicos, pagou as parcelas das dívidas

pontualmente e manteve a inflação sob controle. Com essas ações, as exportações cresceram fazendo com que o país acumulasse saldos positivos na balança comercial, isso fez cair a taxa de desemprego e cresceu a confiança dos investidores externos no Brasil. Na área social, foi criado o Programa Fome Zero, com a finalidade de reduzir as condições de miséria da camada mais pobre da população. Entre as ações do programa Fome zero, destacou-se o programa Bolsa Família. Esse programa condicionou o pagamento de um benefício em dinheiro para famílias carentes, que mantivessem os filhos na escola (NEMI; REIS, 2009).

O governo Lula, conseguiu ampliar a participação e a influência do Brasil no cenário internacional. Para isso, aproveitou a grande vocação do país como produtor e exportador mundial de matérias-primas, alimentos e bicomcombustíveis. Além disso, conseguiu firmar alianças estratégicas com outros países, esses também emergentes, como: China, Índia e África do Sul. Esses vínculos com outros países possibilitou ao Brasil a participação em algumas grandes decisões mundiais, antes privilégio de grandes potências mundiais. Na América do Sul, a integração iniciada nos governos anteriores foi intensificada com a expansão dos investimentos de empresas brasileiras nesses países, atuando em áreas importantes, como: petróleo, gás, bebidas, siderurgia, cimento e bancos. Um grande problema que o governo Lula enfrentou nessa área foi com a Bolívia, pois o governo nacionalizou todas as reservas naturais, o que obrigou a Petrobrás a vender suas instalações naquele país por preço avaliado pelas autoridades locais (COTRIM, 2008).

Esse governo também sofreu denúncias de corrupção. Algumas delas foram investigadas pelos parlamentares através de CPIs (Comissões Parlamentares de Inquéritos), como a CPI dos Bingos e a CPI do Correio. A denúncia mais grave aconteceu em 2005. Desde o ano de 2003, o governo precisou construir uma aliança que possibilitasse a aprovação de projetos importantes no legislativo. Para isso, reuniu apoio parlamentar e alianças com diversos partidos como PL (Partido Liberal), PP (Partido Progressista), PTB e PMDB. Aconteceu que, no ano de 2005, o mecanismo de sustentação dessas alianças causou suspeita. Algumas denúncias apontaram para a existência de um esquema, coordenado pelos líderes do PT, no qual um grupo de parlamentares da base governista recebia pagamentos em dinheiro em troca de seu apoio ao governo. Esse escândalo foi chamado de

“Mensalão” (fazendo uma referência ao pagamento mensal aos parlamentares). O presidente Lula afirmou não conhecer a existência desse esquema (NEMI; REIS, 2009).

Essas denúncias e seus desdobramentos receberam destaque na grande imprensa, dando repercussão às acusações feitas a membros do Partido dos Trabalhadores, porém, conforme apresentado neste trabalho, a lei é para os indivíduos e não para cidadãos. Segundo Nemi; Reis (2009, p. 653):

Após 120 dias de investigação, a CPI do Mensalão não conseguiu provas a respeito das principais acusações ao governo. No entanto, vários deputados denunciados renunciaram, e três foram cassados. E, por iniciativa da Procuradoria Geral da República, muitas dessas denúncias foram encaminhadas ao Supremo Tribunal Federal, que decidiu abrir processo contra vários dos indiciados. Quase quatro anos depois, nenhuma movimentação de cunho eficaz foi realizada pela justiça, que a morosidade também beneficia a impunidade.

Mesmo com um grande bombardeio da oposição, em 2006, Lula foi reeleito presidente da República. Alguns analistas entendem que essa vitória foi porque a maior parte do eleitorado percebia Lula como um líder político comprometido com as causas populares. Outros analistas entendem que a reeleição foi possível devido ao Programa Bolsa Família. Esse programa beneficiou 11 milhões de famílias pobres e depois alcançou 25% da população no final de 2007. Na prática, a democracia não chegou plenamente à vida cotidiana da população brasileira. Não foi democratizado de fato o acesso ao saber, à saúde pública e à segurança social (COTRIM, 2008).

No segundo mandato, aumentou-se a popularidade do presidente, pois as aparições em público foram muitas e o governo enfrentou a crise desencadeada nos Estados Unidos, que afetou a maioria dos países. Com um alto índice de aceitação, o presidente Lula apoiou para presidente da República a Ministra da Casa Civil Dilma Vana Rousseff Linhares. Quando do escândalo do Mensalão, o Ministro da Casa Civil era José Dirceu de Oliveira e Silva, que provavelmente seria o candidato a sucessão, porém os escândalos impactaram na imagem de Dirceu negativamente, pois foi classificado com chefe do esquema do Mensalão. Estrategicamente, Dilma foi colocada nesse cargo, para conseguir visibilidade nacional. Fica evidente que a máquina governamental tem muita força para projetar candidatos e levá-los à vitória.

Desde o início do segundo mandato do presidente Lula, Dilma assumiu a maioria das decisões governamentais, enquanto o presidente fazia aquilo que o eleitor brasileiro mais espera de um líder político, a presença.

O maior programa de melhoria de infraestrutura desse governo foi batizado de PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Esse programa foi criado com a finalidade de realizar grandes obras de desenvolvimento regional e nacional. Dilma recebeu o título de “mãe do PAC”. Depois, foi lançado o Programa Minha Casa Minha Vida, com a finalidade de financiar moradia para as classes mais pobres. Com grandes investimentos em obras e com o apoio do presidente aumentando os índices de popularidade, viajando todo território nacional, em 2010, Dilma foi eleita a primeira mulher presidenta do Brasil.

2.5 Gerações e suas características

Com o objetivo de propor uma melhor descrição das diferentes gerações de eleitores, conforme proposto por Conger (2002) e Oliviera (2009), nesta seção, serão apresentados os aspectos que caracterizam cada uma das gerações em estudo.

Os líderes da Geração Silenciosa, que também foram chamados de “burocratas”, foram membros da primeira geração mencionada por Conger (2002). Eles foram os líderes das décadas de 50, 60 e 70 e eram altamente fiéis às organizações às quais pertenciam, mas não se decepcionaram, pois estas foram recíprocas e fiéis a eles também.

Foram pessoas que se dedicaram às organizações sem o temor de serem superadas ou substituídas. Esse fator trouxe tranquilidade para essa geração, diferentemente das situações que viveram as outras duas gerações, principalmente a Geração X, que passou a vivenciar um cenário de intranquilidade em relação ao mercado de trabalho.

A concorrência tornava-se bem mais intensa e as empresas foram forçadas a aumentar a capacidade de responder ao mercado em uma velocidade jamais vista. A cadeia hierárquica de comando da geração Silenciosa mostrou-se lenta demais para isso, e equipes de projeto multifuncionais tiveram que assumir as novas unidades organizacionais para resolver o problema. Nesse momento, entrava em cena a Geração *Baby Boom*.

A Geração Silenciosa tem suas características formadas em uma época em que o poder se estabelecia de uma forma muito hierarquizada, ou seja, a lei do “manda quem pode, obedece quem tem juízo”. Nessa época, o nome “silenciosa” destacava uma sociedade com seus direitos de manifestação, retirados ou suprimidos de forma aviltada.

No Brasil, essa geração teve papel importante na reconstrução da sociedade do período pós guerra mundial, pois também vivenciou a grande crise financeira de 1929, que se prolongou pela década seguinte. Eles tiveram a necessidade de reconstruir o ambiente familiar, que certamente foi muito atingido pela crise econômica. Nesse período, o Brasil estava sendo industrializado, portanto, muitas pessoas com suas famílias deixaram as áreas rurais para tentar uma nova vida nos centros urbanos. Uma adequação possível, na realidade brasileira, é também chamá-la de “**Geração Tradicionalista**”. Tal possibilidade se justifica, conforme já dito, pela busca dos valores tradicionais e da respeitabilidade com a família, buscados por essa geração e que são traços característicos muito fortes em muitos daqueles ainda vivos (DREIFUSS, 1981).

A Geração *Baby Boom* compreende as pessoas nascidas entre 1943 e 1964 e surgiu em um momento de grande transição. Vivenciou e lutou, ativamente, contra a revolução armada de 1964. Essa geração e a anterior tiveram papel importante para que o Estado democrático fosse instalado no Brasil. Os personagens dessa geração ainda tinham fortes traços da anterior (geração Tradicionalista). É uma geração com fortes traços de união entre si, e isso deve ter se dado principalmente pela coesão com que lutaram para pôr fim ao regime militar estabelecido a partir do golpe militar de 1964. Na realidade brasileira, conforme já colocado, é permitido chamá-los de

“Geração Tempos de Chumbo”. Essa nomenclatura se deve à realidade dura que essa geração viveu, pois foram anos de grande turbulência para a população brasileira. Foi um período em que as forças armadas levaram para a comunidade suas regras, colocavam os cidadãos civis em condições semelhantes àqueles que estavam sob a tutela militar. A censura imposta por esse regime não permitia o contraditório, fazendo com que aqueles que ousassem se manifestar contra o regime imposto sofressem diversas retaliações.

Não é possível seguir para futuro sem reconhecer as contribuições das gerações passadas e presentes, nesse contexto:

Ao olharmos para frente, especialmente para a próxima geração de líderes, nossa questão é que o futuro é incerto. No entanto, há lições do passado que continuarão sendo uma parte importante da paisagem do futuro. (BENNIS, SPREITER, CUMMINGS, 2001, p. 97).

A Geração X, segundo Conger (2002), pode ser classificada como um fenômeno. Não existem limitações e fronteiras que possam impedi-la de alcançar seus objetivos. São rápidos, perspicazes, estrategistas e sabem o que querem.

A Geração X, que são os compreendidos entre 1965 e 1981, é a geração da plena democratização do país. É uma geração que passou a viver uma nova realidade. Por exemplo, a mulher passou a conquistar maior espaço no mercado de trabalho e, conseqüentemente, conquistou postos de liderança, o que proporcionou visibilidade a elas. Com o aumento dos divórcios, os filhos passaram a vivenciar uma realidade diferente e a distância dos pais. Isso pode ter contribuído para a formação de uma sociedade mais distanciada de preceitos adotados pelas gerações anteriores e que foram importantes para a formação dos sujeitos dessa geração.

A Geração X tem maior formação cultural e acesso a muitas informações. Trata-se da geração que vivenciou a chegada da Internet, que conectou as pessoas em todo o mundo em tempo real. É um tempo de avanço da tecnologia, como nunca foi visto anteriormente. Todo esse arcabouço, que aumentou significativamente a condição de questionamento e a não aceitação de decisões ditatoriais, possibilita que essa geração seja mais criteriosa e seletiva na escolha e aceitação dos seus líderes.

A Geração X não tem disposição de se submeter às hierarquias e, com isso, aos chefes. Esses chefes passaram a ter um novo desafio, que era conviver com uma nova geração, diferente de tudo que conheciam e estavam acostumados. A geração X não estava disposta a manter o mesmo nível de lealdade, como a adotada pelas gerações anteriores. Essa atitude de deslealdade não foi de iniciativa dessa geração, mas uma resposta à falta de fidelidade das empresas em relação aos funcionários. A lealdade diminuiu de forma drástica e, por fim, atingiu os níveis mais elevados dessas organizações. Gradativamente, a lealdade foi destruída e a tão sonhada estabilidade, que todos sonham em ter, foi substituída por um mercado capitalista, voraz pelo lucro.

Nesse novo cenário, passaram a existir pessoas mais preparadas, pois as faculdades ficaram mais populares. Esses novos profissionais chegaram ao mercado com uma capacidade crítica muito maior do que seus antecessores, pois foram incentivados a adotarem o senso crítico, que deve ter surgido pelo incentivo das faculdades à leitura (OLIVEIRA, 2009).

Eles têm características próprias e um caráter voltado para as quatro características a seguir: tentam equilibrar vida profissional com a vida pessoal; não querem depender de outros para atingir seus objetivos, como a geração que os antecedeu; têm muito mais domínio das tecnologias, com isso é a primeira geração a trabalhar com desenvoltura nos computadores; e tentam que os locais de trabalho se tornem como comunidades.

A busca pelo equilíbrio entre trabalho e vida pessoal tem suas raízes nos lares onde eles passaram a infância e nas organizações em que seus pais trabalham. Em sua maioria, eles vêm de lares onde ambos os pais trabalhavam fora. De fato, a porcentagem de mulheres que trabalhavam fora e tinham filhos com menos de seis anos cresceu de 18,6%, em 1960, para 59,5%, em 1992. Os integrantes da Geração X beneficiavam-se da renda familiar extra, mas se sentiam privados da companhia dos pais, uma situação que se tornava ainda mais grave pelo fato de que uma porcentagem muito alta deles era de filhos de pais divorciados. Foi durante os anos de crescimento dessa geração que as taxas de divórcio explodiram, praticamente

dobraram entre 1965 e 1977, o maior aumento até então na história do país. A causa básica desse aumento era o grande número de mães que possuíam renda própria e, conseqüentemente, estavam menos preocupadas com as dificuldades econômicas que poderiam advir de um divórcio.

Nas gerações anteriores, as pessoas eram obedientes e sacrificavam a vida pessoal para demonstrar lealdade à empresa em que trabalhavam. Em geral, as recompensas eram promoções, emprego vitalício e o poder de comandar outras pessoas. Esse tipo de contrato significa pouco para a geração X. Esse desinteresse pela lealdade foi desencadeado pelas próprias empresas. Exatamente quando eles estavam saindo da faculdade, começava a onda de *downsizing* e, sem nenhuma cerimônia, as empresas começaram a colocar antigos funcionários na rua. Entre 1979 e 1995, 43 milhões de postos de trabalho desapareceram devido ao *downsizing*. Muitos desses “despejados” eram pais dos integrantes da Geração X. Nas capas das revistas especializadas, jogadas na mesa de centro das salas desses pais, apareciam manchetes como “sua carreira está em suas mãos” ou “o novo contrato de trabalho: auto-suficiência”. Corretamente, os integrantes perceberam que a lealdade à empresa era coisa do passado. O contrato de trabalho vitalício, que havia começado a se deteriorar na época da geração do *Baby Boom*, praticamente deixou de existir para a Geração X.

O aparecimento de relacionamentos menos formais entre as pessoas, principalmente nos locais de trabalho, fez com que o modelo de liderança fosse sendo modificado gradativamente, pois a forma de comando adotada até esse momento perdia sua eficácia. Os novos empregados estavam sujeitos ao novo cenário, que exigiria uma maior capacidade de entendimento dos cenários a eles apresentados, o que os forçou a serem mais dinâmicos.

Fica evidente como a evolução e a popularização da Geração X proporcionaram a melhor compreensão da nova realidade que a *Baby Boomer* passou a viver. Suas avaliações passaram a ser pela capacidade de desafiar o raciocínio de seus amigos de classe e também de seus mestres. Pode-se dizer que acontecimentos mundiais, como o fim da Guerra Fria e o crescimento econômico dos países asiáticos, e também nacionais, como a revolução de 64 e o estabelecimento da democracia,

tiveram influência para que um novo cenário surgisse. A geração *Baby Boomer* passou a perceber o cenário de autoridade como um cenário a ser questionado e já não o tinha como absolutamente verdadeiro.

Em um momento de grandes transformações, surgiram os membros da nova Geração X, que são os irmãos mais novos dos *boomers*. Os integrantes da Geração X já demonstraram estar muito menos dispostos a se identificar exageradamente com qualquer organização. Eles acreditam que fazem parte de uma tribo independente e podem mudar de lugar quando não gostam de onde estão. Eles estão dando continuidade à tendência de independência, iniciada com a geração do *Baby Boomer* e levando a seu extremo lógico pouca ou nenhuma lealdade. As ações dos líderes de cada geração estão ligadas ao tempo em que eles viveram ou vivem, pois as condições culturais da época influenciam na forma das comunidades e, conseqüentemente, na liderança (CONGER, 1998).

Em um momento em que a democracia começava a se reinstalar no Brasil, a geração X entra em cena. Essa geração também teve um momento muito significativo para ela, com o fim do regime militar e o início do regime democrático: o sistema presidencialista. Na época, o presidente da República era Fernando Collor de Mello, que logo no início de seu governo confiscou as poupanças (reserva econômica usada principalmente pelas classes baixas e médias) e também contas bancárias de outros mais abastados. Com esse confisco, o presidente Collor conseguiu ferir interesses tanto das classes menos abastadas, quanto daquelas que detinham maiores e melhores condições econômicas. Não tardou muito para aparecer denúncias de corrupção contra seu governo. Nesse momento da história brasileira, a Geração X foi às ruas pedir o *impeachment* do presidente Collor. Um traço característico nessas ações foram as pinturas que os jovens fizeram em suas faces, usando as cores da bandeira como símbolo característico dessa luta. Será de grande importância que se permita chamá-los de "**Geração Caras Pintadas**", devido à relevância que teve esse movimento no cenário nacional, que acabou provocando a queda do presidente Fernando Collor de Mello.

Finalmente, surgiu a **Geração Y**, que são os nascidos a partir de 1982. Essa nova geração vive a era das conexões. Esses novos jovens são extremamente bem

informados pela facilidade que têm de buscar novas informações em pouco tempo. Normalmente, são os filhos daqueles que compõem a geração dos Caras Pintadas ou geração X. Para se ter uma ideia da quantidade de informação dessa geração, estima-se que um jovem de 21 anos de idade nos dias de hoje já assistiu a 25 mil horas de TV e jogou outras 15 mil horas de videogame. Também conversou 12 mil horas ao telefone e já enviou ou recebeu mais de 400 mil e-mails e mensagens SMS (OLIVEIRA, 2009).

Essa geração começa a chegar ao mercado de trabalho e, assim como a geração que a antecede, procura equilibrar a vida do trabalho com o lazer. Esses novos jovens já não ingressam em empresas com uma perspectiva de ficarem por muito tempo. Talvez pela grande quantidade de informações e acontecimentos, eles têm de conviver com tudo de forma superficial e sem intensidade. Essa geração, aparentemente, já não considera o convívio familiar de tão grande relevância quanto as outras, principalmente a geração Tradicionalista ou Silenciosa. Eles começam a programar uma nova realidade, porque muitos deles já preferem morar sozinhos.

Para se ter uma ideia de como essa nova geração se comporta, na França, em cada três casas, encontra-se uma pessoa que mora sozinha. No Brasil, em recente pesquisa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), foram levantados 4 milhões de brasileiros morando sozinhos, o que equivale a 9% dos domicílios ocupantes do país. A geração Y, devido à grande facilidade e rapidez de resolver situações e buscar informações, é extremamente ansiosa, portanto, tem muita dificuldade em esperar por algumas coisas que requeiram mais tempo. Eles querem tudo para “ontem”, não conseguem conter a ansiedade. O que parece ficar evidenciado também é o alto grau de centralização que eles têm, colocando a si próprios no centro das perspectivas. Esse fator certamente contribui para que essa nova geração tenha dificuldade de colocar os assuntos coletivos como prioridade em suas vidas, pois, na grande maioria das vezes, estão sempre buscando a satisfação de uma necessidade ou vontade pessoal (TOZZATTI, 2009).

Essa geração, conforme já mencionado, tem forte ansiedade pelas realizações em curto prazo. Isso pode levá-los a terem dificuldade em se estabelecer em novas

famílias, pois a formação de uma nova família requer muita paciência e perseverança, exigindo muitas vezes renúncias pessoais. Tarefa difícil para essa geração, pois, para eles, fazer concessões ou abrir mão de direitos para que se consiga estabelecer uma nova família não está nos planos da grande maioria desses jovens, que se acostumaram a resolver tudo de forma urgente. Conforme já citado, essa geração ainda não passou por um acontecimento de grande relevância que pudesse lhe dar características próprias no cenário nacional.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 A abordagem qualitativa

A abordagem escolhida para a realização desta pesquisa foi a qualitativa. De acordo com Richardson (1999, p. 79), a abordagem qualitativa é “uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social”. Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1999, p.131) apontam que as pesquisas qualitativas:

[...] partem do pressuposto de que as pessoas agem em funções de que suas crenças, percepções, sentimentos e valores e que seu comportamento tem sempre um sentido, um significado que não se dá a conhecer de modo imediato, precisando ser desvelado. Dessa posição decorrem as três características essenciais aos estudos qualitativos: visão holística, abordagem indutiva e investigação naturalística.

A pesquisa qualitativa não tem o objetivo de enumerar ou medir os eventos que estão sendo estudados, também não emprega instrumentos estatísticos na análise de dados. Seu foco parte de questões amplas, porém vão se delimitando na medida em que o estudo é desenvolvido. Seu objetivo é a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, comportamentos, percepções, lugares e envolve um contato direto do pesquisador com o objeto do estudo.

Para esse campo das ciências sociais, o uso da pesquisa qualitativa é o mais viável, pois este trabalho possibilitará entender fatos históricos e também atuais em relação aos líderes políticos e às comunidades.

A escolha da abordagem qualitativa para a realização desta pesquisa justifica-se pelo objetivo do trabalho, que foi buscar as percepções dos eleitores em relação a esses líderes políticos e entender suas ações. A pesquisa qualitativa se fez necessária devido aos dados que foram coletados e à importância do envolvimento do pesquisador no desenvolvimento da pesquisa. Este trabalho foi de grande importância para o autor e espera-se que tenha considerável relevância para o meio acadêmico, como também para as comunidades.

3.2 O método de estudo de caso

Este trabalho adotou como meio de investigação o estudo de caso com as comunidades das cidades de Santos Dumont, Ewbank da Câmara e Oliveira Fortes, localizadas na Zona da Mata do Estado de Minas Gerais. Trata-se de uma microrregião, na qual Santos Dumont é a cidade-polo. Conforme já mencionado o autor é um agente político desta região e adotou o critério de acessibilidade como facilitador para obter os dados para pesquisa.

Segundo Triviños (1987, p. 110), “os estudos de caso visam aprofundar a descrição de uma determinada realidade. Podem, ainda, buscar relacionar duas situações distintas.”

De acordo com YIN (1989, p. 62):

A preferência pelo uso do Estudo de Caso deve ser dada quando do estudo de eventos contemporâneos, em situações onde os comportamentos relevantes não podem ser manipulados, mas onde é possível se fazer observações diretas e entrevistas sistemáticas.

Yin (1989.p.23) afirma também que:

O estudo de caso é uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas. Esta definição, apresentada como uma "definição mais técnica, nos ajuda a compreender e distinguir o método do estudo de caso de outras estratégias de pesquisa como o método histórico e a entrevista em profundidade.

O estudo de caso requer uma forte integração do pesquisador, por isso será exigida habilidade para selecionar o local e também as técnicas de coleta de dados. Será preciso, também, contar com a sensibilidade do pesquisador, que poderá fazer adequações em situações oportunas. Este trabalho realizará um estudo de caso na microrregião de Santos Dumont, que engloba as cidades de Ewbank da Câmara e Oliveira Fortes.

3.3 Sujeitos da pesquisa

Os sujeitos da pesquisa foram escolhidos pelo critério de acessibilidade, o que facilitou o trabalho do pesquisador. A unidade de análise teve pelo menos quatro representantes de cada uma das gerações: Tradicionalista, Tempos de Chumbo, Caras Pintadas e Y.

Para identificação dos participantes iniciais, teve de se buscar a ajuda de informantes locais, que, ao conhecerem características informadas pelo pesquisador, puderam colaborar na escolha desses sujeitos.

Ainda segundo Alves-Mazzotti; Gewandsznajder (1999, p. 162):

A identificação desses elementos pode ser feita com a ajuda de informantes que, por suas características e/ou funções, tenham amplo conhecimento do contexto estudado. Por exemplo, em um estudo sobre organização comunitária, líderes de associações de moradores e de comunidades eclesiais de base podem indicar tanto aqueles que participam, como os que não participam dos problemas da comunidade.

A proximidade entre as cidades favoreceu o desenvolvimento do projeto e uma melhor adequação aos custos em relação aos investimentos com deslocamentos.

Foram entrevistados 16 representantes da sociedade civil organizada. O autor da dissertação se permitiu buscar adequar a classificação dessas gerações à realidade brasileira. Essa tentativa de classificação foi fruto da busca de trazer à realidade brasileira os acontecimentos. Foram mantidos os períodos de classificação, porém, nomeou-se as gerações conforme a seguir: Geração Tradicionalista, nascidos entre 1923 e 1942; Geração Tempos de Chumbo, nascidos entre 1943 e 1964; Geração Caras Pintadas, nascidos entre 1965 e 1981, e Geração Y ou 3Ds os que compartilham nascimento entre 1982 e 2002.

Foram feitas entrevistas com quatro representantes de cada geração. Nove deles são casados e têm filhos. Dois são divorciados e têm filhos. Quatro são solteiros, sendo um da Geração Tempos de Chumbo e quatro da Geração Y ou 3Ds, todos os

solteiros não têm filhos. Desses 16 entrevistados, 5 são mulheres. Os representantes da Geração Tradicionalista são os que mais falaram sobre os valores familiares e manifestaram mais convivência e interesse com a vida política da cidade.

As entrevistas foram realizadas nas residências dos representantes entre os meses de agosto de 2010 a janeiro de 2011, com duração média de sessenta e sete minutos e são representantes das Associações comunitárias. Para a realização dessas entrevistas, foi usado um roteiro semiestruturado. Alguns apresentaram dificuldades em compreender as perguntas, requerendo maior empenho do entrevistador para proporcionar-lhes melhor entendimento.

Identificação/ Geração	Idade	Escolaridade	Estado civil	Código
Tradicionalista	66	Médio	Divorciado	T1
Tradicionalista	68	Médio	Casado	T2
Tradicionalista	70	Básico	Casado	T3
Tradicionalista	78	Superior	Casado	T4
Tempos de Chumbo	48	Básico	Casada	TC1
Tempos de Chumbo	56	Superior	Solteira	TC2
Tempos de Chumbo	49	Médio	Casada	TC3
Tempos de Chumbo	48	Médio	Casado	TC4
Caras Pintadas	43	Médio	Divorciado	CP1
Caras Pintadas	42	Médio	Casado	CP2
Caras Pintadas	44	Médio	Casado	CP3
Caras Pintadas	39	Superior	Casado	CP4
Y ou 3Ds	22	Médio	Solteiro	Y1
Y ou 3Ds	19	Médio	Solteira	Y2
Y ou 3Ds	20	Médio	Solteira	Y3
Y ou 3Ds	19	Médio	Solteira	Y4

Quadro 1 - Caracterização dos sujeitos da pesquisa
Fonte: Dados da pesquisa.

3.4 Técnica de coleta dos dados

Foi usada como técnica de coleta de dados a entrevista semiestruturada, pois esta permite a interação social entre duas pessoas na qual uma delas é o entrevistador, que tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado. A entrevista proporciona um clima de estímulo, o que leva a uma aceitação, possibilitando uma obtenção de informações. Para tanto, se estabeleceu um roteiro de entrevista, cujo conteúdo possui uma lista de pontos ou tópicos previamente estabelecidos. O roteiro de entrevistas encontra-se no Apêndice 1 desse trabalho.

Para Brandão (2000, p. 8), a entrevista exige empenho do pesquisador:

Reclama uma atenção permanente do pesquisador aos seus objetivos, obrigando-o a colocar-se intensamente à escuta do que é dito, a refletir sobre a forma e conteúdo da fala do entrevistado, além, é claro, dos tons, ritmos e expressões gestuais que acompanham ou mesmo substituem essa fala e isso exige tempo e esforço.

A entrevista, juntamente com a observação, tem papel importante e fundamental como instrumento de coleta de dados. É uma das principais técnicas de trabalho em muitos tipos de pesquisa utilizados nas ciências sociais. Ela tem relevância em atividades científicas e também em atividades humanas.

Esse trabalho também usou a análise documental, que é pouco explorada, porém pode se tornar uma valiosa abordagem dos dados qualitativos, pois pode complementar informações sobre o comportamento em geral ou específico de um grupo social. “São considerados documentos quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano” (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

Dentro desse arcabouço de possíveis materiais que puderam ser encontrados em bibliotecas e arquivos, foram incluídos também jornais, revistas, cartas, leis, regulamentos, normas, dentre outros. Todos os materiais escritos podem ter um valor a ser descoberto e podem ser somados para que se tenha uma melhor

avaliação do conteúdo e se possa fornecer contribuições significativas para atingir o objetivo final deste trabalho.

3.5 Técnica de análise dos dados

Para o tratamento dos dados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo. Franco (2007) aponta que a preocupação com a análise de conteúdo da mensagem, do discurso e das informações é antiga, data da necessidade de interpretação das parábolas e metáforas bíblicas.

Franco (2007, p.19) afirma que “o ponto de partida da análise de conteúdo é a mensagem, seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, documental ou diretamente provocada. Necessariamente, ela expressa um significado e um sentido”. Ainda segundo a autora, devem ser consideradas as condições contextuais de seus produtores, além disso, ela aponta que a análise de conteúdo assenta-se na concepção crítica e dinâmica da linguagem.

O pesquisador precisa buscar condições necessárias pessoais para que se faça uma análise aceitável das mensagens recebidas, pois, na condição de único analista de determinada mensagem colhida, pode-se incorrer em erros que comprometam a qualidade da análise. A análise de conteúdo requer grande capacidade do pesquisador e exige muita bagagem teórica (FRANCO, 2005).

De acordo com Bardin (1997, p. 38),

a análise de conteúdo pode ser considerada como um conjunto de técnicas de análises de comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimento relativo às condições de produção e recepção das mensagens.

Durante a análise de dados, foram criadas as seguintes categorias:

- a) repensando as categorias geracionais brasileiras;
- b) pensamentos de uma geração sobre as demais;
- c) práticas das lideranças políticas;
- d) formação das lideranças políticas;
- e) concepções sobre liderança política;
- f) papéis e práticas dos líderes políticos;
- g) como surgem e são preparados os líderes políticos;
- h) modificações nos processos eleitorais;
- i) principais lideranças políticas.

4 UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO DAS CIDADES ONDE OS DADOS FORAM COLETADOS

Neste capítulo, será apresentada uma síntese da história e das características das cidades estudadas neste trabalho.

4.1 Santos Dumont

Santos Dumont é uma cidade situada na Zona da Mata de Minas Gerais e seu nome é uma homenagem ao seu filho mais ilustre, o inventor Alberto Santos Dumont. Tem uma boa localização, pois está situada às margens da BR-040, próxima das cidades de Juiz de Fora e Barbacena. É uma cidade de médio porte, possui 45.922 habitantes e seu crescimento esteve ligado principalmente ao comércio. Está entre as cidades turísticas da rota da Estrada Real e do Caminho Novo. O turismo rural é explorado em pequena proporção, porém sua principal atração turística é o Museu Cabangu (local onde viveu Alberto Santos Dumont). A partir dos anos 80, a cidade passou a contar com um distrito industrial que tem atraído empresas para a cidade. Uma dificuldade que a cidade vive é a proximidade de Juiz de Fora e Barbacena, a qual traz dependências em vários setores, principalmente alguns serviços públicos (CIDADES, 2010).

A história da cidade começa com o desbravamento das selvas pelos bandeirantes, que partiram de São Paulo passando pelo Rio de Janeiro em busca das riquezas contidas em Minas Gerais e, após as descobertas do ouro, vieram também de São Paulo. Após os veios de ouro serem descobertos pelos bandeirantes paulistas, nas últimas décadas do séc. XVII, formou-se o caminho que ligava São Paulo à região das minas, passando pelo Rio de Janeiro, conhecido como Caminho Velho. Garcia Rodrigues Paes, segundo orientação do governador e capitão general do Rio de Janeiro, Artur de Sá e Menezes, partiu do Rio de Janeiro, por volta de 1700/1701, para desbravar o território mineiro, buscando abrir a picada do Caminho Novo. Esse

Caminho Novo passou a se chamar, mais tarde, Estrada Real da Corte, ficando ligada à Província de Minas Gerais (BRANCO, 1988).

Minas Gerais comunicava-se com o Rio de Janeiro por uma estrada aberta no mato, conforme já mencionado, o chamado Caminho Novo. Essa estrada foi aberta pelo rei de Portugal, que encarregou esse serviço a Garcia Rodrigues Pais. Garcia era filho do ilustre Fernão Dias Pais Leme, um dos primeiros bandeirantes a desbravar as Minas Gerais. O interessante é que esse caminho fazia o mesmo percurso, que faz hoje a linha da estrada de ferro Central do Brasil. A estrada era utilizada por pousos ou ranchos, isto é, pontos de parada, onde as tropas descansavam da longa jornada e refaziam as forças. Esses pontos de parada foram depois substituídos por estações da Estrada de Ferro Central, que eram: Congonhas, Ressaca, Borda do Campo, hoje, Barbacena, registro cujo nome ainda hoje conserva, João Gomes, hoje, Santos Dumont, antiga Palmyra (GÓES, 2001).

Percebe-se que Santos Dumont é uma cidade que começou a ser construída desde o século XVIII. A cidade surgiu de uma sesmaria requerida em 26 de fevereiro de 1709 por Domingos Gonçalves Ramos, ele foi o primeiro a desbravar essa região. As medidas dessa sesmaria eram uma légua de testada de um a outro trecho atravessado pelo Caminho novo e por três léguas de profundidade, um trecho de terras até então desconhecida. Em seguida, João Gonçalves Chaves requereu a sesmaria da parte norte que lhe foi concedida por carta de 17 de janeiro de 1715, a escritura original dessa doação se encontra no Arquivo Público Mineiro. João Gonçalves Chaves não permaneceu na posse da sesmaria por muito tempo. Vendeu-a João Gomes Martins em 9 de novembro de 1728, assim surgiu o Arraial de João Gomes, cujo nome ficou fixado em nossa cidade até os nossos dias (BRANCO, 1988).

À medida que as comunidades crescem em aglomeração de pessoas, cresce também a violência. Para Branco (1988, p. 30),

Do livro do Tombo, da Paróquia de São Miguel e Almas, recolhemos o seguinte registro: "Em 1783, ao tempo do Governador Dom Rodrigo de Menezes, o povoado de João Gomes e as circunvizinhanças foram infestadas por quadrilhas de salteadores, que não só atentavam contra os viandantes, arrancando-lhes o dinheiro e outros valores, mas também a

própria vida. O coronel Ayres Gomes, o inconfidente de João Gomes, com o seu irmão João Ayres, coadjuvados pelo alferes Joaquim José da Silva Xavier, conseguiram desbaratar os bandoleiros, após muitas lutas; há muitas lendas e alguns documentos.

Como em muitas sociedades, no Brasil e na região, não foi diferente o crescimento das atividades do Estado atrelado ao religioso foi uma realidade. Em 1850, foi inaugurada a igreja matriz de São Miguel e Almas. Em 1855, foi criada a irmandade dos Passos e, em 1867, a lei número 1458 elevou-a à categoria de paróquia. Outro fator importante para o desenvolvimento da região foi a construção da linha férrea. Em 1872, o engenheiro Henrique Dumont mudou-se para o arraial de João Gomes, este era o pai de Alberto Santos Dumont, que mais tarde teve seu nome eternizado na memória da cidade. A casa onde Henrique Dumont viveu com sua família hoje é o museu de Cabangu, que guarda o acervo da história do filho ilustre Alberto Santos Dumont. Momento importante para a história da cidade também foi a construção do 4º depósito (oficina para manutenção das locomotivas), que gerou muitos empregos para as comunidades locais (BRANCO, 1988).

O aprimoramento da liderança na cidade começou em 1885, pois começavam a chegar muitas pessoas à cidade, conforme destaca Branco (1988, p. 48),

Corria o mês de setembro e as conversas se fixavam nas necessidades da nascente vila da qual se aproximavam os trilhos da ferrovia. O arraial era um ponto de encontro forçado. Nele cresciam as esperanças, tanto quanto a população. Por isso não tardariam a chegar os trilhos da Estrada de Ferro Dom Pedro II que trazia muita gente nova, atraídos pelo mercado de trabalho, sem se falar nos engenheiros, mestres de obras, e funcionários que se estabeleciam alugando casas disponíveis e aumentando o número de compradores do comércio local que vivia realmente num mar de rosas.

Com o aumento da população e empregos de qualidade, as pessoas começaram a vislumbrar a possibilidade do Arraial se tornar cidade. Não tardaria muito para que essa ideia fosse absorvida por todos. A fundação do Clube Recreativo João Gomes possibilitou que as pessoas se reunissem para um bate-papo semanal e se organizassem na busca de melhorias das condições de vida do local. Em 27 de julho de 1889, o arraial de João Gomes passaria à cidade com nome de Palmyra. Nome este dado em homenagem à palmyra do oriente. As pessoas que exerceram grande liderança na implantação da ideia até a implantação da cidade foram Carlos da Silva Fortes e o vigário José Augusto de Almeida.

Branco (1998, p. 55) apresenta esses dois personagens como grandes articuladores políticos:

Da ação fecunda do Clube Recreativo e Literário “João Gomes” resultou a grande e ambicionada conquista. Nele ingressaram, em 1884, o Dr. Carlos da Silva Fortes e o vigário José Augusto de Almeida e foram eles, dentro do clube, a mola de contato entre os que agitavam o clube e a Assembleia Legislativa província perante a qual foram postuladas as aspirações autonomistas do povo de João Gomes. Bem expostos os motivos e reforçados pelo contato pessoal com os deputados provinciais e com o próprio governo da Província, correram os trâmites legislativos para que as aspirações de autonomia tivessem o amparo necessário, (...) A 27 de julho de 1889, o Barão de Ibituruna, último presidente da Província de Minas Gerais, baixou a Lei n.3712 que criou o município de Palmyra.

De 27 de julho de 1889 até a autorização para instalação do município em 15 de fevereiro de 1990, houve um período de grande expectativa por parte das lideranças e munícipes. O presidente do Estado que autorizou a instalação do novo município foi Cesário de Faria Alvim, que se tornou um dos beneméritos e a principal praça da cidade tem seu nome.

A partir desse momento, quando o local deixa de ser arraial e torna-se cidade, aumentou e melhorou as condições políticas para a população. Enquanto arraial, as divisões eram dadas aos intendentess, com a classificação de cidade deveria ser instalada a câmara municipal, que nessa ocasião o presidente acumulava as funções de chefe executivo. Muitos intendentess concorreram aos cargos para a câmara municipal. Importante dar destaque ao fato de que os primeiros administradores da cidade foram o médico Dr. Carlos da Silva Fortes e o Vigário José Augusto de Almeida respectivamente. Outro avanço significativo foi a instalação da comarca de Palmira em 1892. Com a instalação, o município melhorava o atendimento do poder judiciário aos munícipes.

A história da cidade teve uma alavancada significativa com as ideias de Carlos da Silva Fortes, que foi um dos idealizadores do Grêmio Recreativo João Gomes, pois exerceu grande liderança sobre as pessoas. Segundo Branco (1988, p. 73), ele era um líder “prudente e sobretudo amando ardorosamente a cidade”. Além dos dois grandes líderes já citados, é importante destacar alguns outros, como: Dr. Antônio Honório Vieira Braga, Antônio Rodrigues Ladeira, Manoel José de Paula (“cascudo”), José Guilherme de Almeida, Dr. Pedro de Almeida, Dr. Joviano Rodrigues de Moraes

Jardim (médico, em cujas mãos nasceu Alberto Santos Dumont), Dr. Gustavo Luiz Abry, Dr. José Maria Pittella, Dr. Guilherme Ilídio de Castro, Dr. Dante Pampanelli, Dr. Mário de Oliveira Neves, Jacques Gabriel Pansardi.

A cidade de Palmyra foi contemplada com a instalação da Companhia Carbureto de Cálcio que alavancou em muito o crescimento:

A seguir, obtive de D.Carolina Vendilina de Paula a cessão de três alqueires de terra, afastados suficientemente da cidade, como lhe tinha sido recomendado Rio de Janeiro, para fundar, em 1912, a COMPANHIA BRASILEIRA CARBURETO DE CÁLCIO. Foi combinada, na Itália, a vinda de técnicos italianos para trabalharem na fábrica brasileira, a primeira no Brasil e na América do Sul.Tudo funcionou muito bem. A carbureto começou a produzir.O Brasil já não precisava importar tanto carbureto.Sucesso no Brasil e em Palmyra. (...)Mas a expansão se impunha. O espaço dos primitivos três alqueires ficou pequeno.Por volta de 1978, a CBCC adquiriu, na altura do quilometro 17 da BR 499, uma grande área de terras em pasto que foi quase na sua totalidade, reforestado de eucaliptos, reservando-se um grande parque, no qual foram instalados dois grandes fornos de produção de ferro silício 75% e silício metálico, mantida, na cidade, a fabricação de carbureto de cálcio (...) A fábrica da emprego direto a 800 operários e, indiretamente, sustenta dez mil pessoas, familiares dos operários.Mantém uma escola primária com mais de duzentos alunos.Tem uma praça de esportes com campos de jogos e piscina.No dia da padroeira, Santa Bárbara, promove comemorações com distribuição de brindes aos operários e seus dependentes (BRANCO 1998, p. 163-165)

Palmyra foi uma cidade em ascendente evolução. Na administração do Vigário José Augusto de Almeida, foi contemplada com a energia elétrica e, conforme já foi mencionado, a estrada de ferro trouxe-lhe grande progresso. Outro grande marco para a cidade foi a criação de duas grandes empresas de laticínios, conforme destaca Branco (1988, p. 104-105),

Na tradição eminentemente laticinista da cidade, dois nomes não podem estar ausentes neste rol que nos propusemos a fazer das coisas e personalidades de nossa cidade. São eles: Pedro Ribeiro e Arnaldo Alves de Souza.Conseguindo fortuna pelo trabalho perseverante e honesto, Pedro Ribeiro fundou em 1920 a fábrica de laticínios Santa Martha, à frente da qual como seu chefe conseguiu formar uma das mais florescentes organizações industriais da nossa cidade, que impôs, nos mercados do País, de modo seguro e decisivo, os últimos produtos de sua fabricação que são os queijos “Palmyra” e “Chantecler”.Em 1924 foi fundada uma sociedade para exportação do leite *in natura*, certamente para o Rio de Janeiro, que se denominou Companhia de Laticínios Palmira. Desta empresa participavam figuras de destaque, como o Dr. Vieira Marques, Presidente da Câmara Municipal e o Dr. José Alves da Cunha, Promotor de Justiça da Comarca.

O clima de boa qualidade da cidade de Palmyra possibilitou que a mesma fosse uma referência para o tratamento de algumas doenças graves, principalmente a tuberculose. O hotel de convalescentes atendeu pessoas de grande importância nacional e também da literatura brasileira, como foi o caso de Carlos Drummond de Andrade e Rui Barbosa que se tratou na cidade na década de 20. Rui Barbosa antes de deixar a cidade deixou registrado nos anais do hotel, que a cidade seria uma referência na região devido ao seu crescimento acelerado “e Rui Barbosa tinha razão ao consignar, no seu termo de visita, que a Palmyra se reservavam “inúmeras surpresas e opulências incalculáveis do futuro” (BRANCO, 1988, p.92).

Uma cidade próspera, que também teve o privilégio de ser berço daquele que seria o inventor de uma das maiores invenções para a humanidade, o avião. A história do inventor Alberto Santos Dumont demonstra que ele era um idealista e como todo inventor era muito persistente. Depois de muitos fracassos, conseguiu fazer com que, em 1906, um objeto mais pesado do que o ar decolasse, voasse e pousasse por condições próprias, ou seja, não tendo a necessidade de usar lugares mais acentuados para decolar. Após sua morte, por iniciativa popular e decreto número 10.447 de 30 julho, assinado por Olegário Maciel, Palmyra passou a ser denominada Santos Dumont.

O crescimento da cidade no início do século passado demonstrava uma grande ascensão na região, conforme já destacado, porém, na década de 90, perdeu fábricas importantes, que geravam grande quantidade de empregos para a comunidade local. Empresas como Ribeiro Fonseca Laticínios, 4º depósito (oficina de manutenção de locomotivas), Fábrica de Macarrão Sagioro e outras foram fechadas ou mudaram para outros centros. Com a perda de postos de trabalho, muitas famílias tiveram de mudar para outras cidades. Quando o Arraial de João Gomes passou a ser chamado de Palmyra em 1890, a população local era de aproximadamente 21.000,00 (vinte e um mil habitantes), no censo de 2010, o IBGE (Instituto Brasileiro e Geografia e Estatística) registrou 45052 (quarenta e cinco mil e cinquenta e dois habitantes). Nesses 120 anos, a população somente dobrou. Cidades de porte maior atraem a população de cidades de porte médio e pequenas, que precisam buscar condições de subsistência. Os líderes políticos têm papel

fundamental no desenvolvimento de sua cidade, estado e país, pois as suas decisões influenciam o presente e o futuro.

4.2 Ewbank da Câmara

A cidade de Ewbank da Câmara tem uma população de 3.446 habitantes. Também é uma cidade da Zona da Mata de Minas Gerais e sua história está muito ligada à Santos Dumont. Suas raízes também estão ligadas à Barbacena, devido ao período da monarquia no século XVIII. O principal motivo de sua colonização foi a exploração do ouro na Zona da Mata e Campos das Vertentes. É banhada pelo Rio das Mortes.

Seu primeiro nome foi povoado de Tabuões e, em 12 de outubro de 1890, foi inaugurada a estação de ferro Central do Brasil. A estação recebeu o nome de Ewbank da Câmara. Com a inauguração da estrada de ferro, o povoado desenvolveu-se e foi elevado a distrito em 7 de setembro de 1923 através da lei estadual 843. O seu nome atual é uma homenagem ao engenheiro José Ewbank da Câmara, que foi um dos responsáveis pela construção da estrada de ferro no local (HISTÓRIA, 2009).

O nome tabuões foi dado devido a uma situação adversa do terreno:

Este nome foi carinhosamente associado e atribuído ao povoado devido à forma pela qual as pessoas do lugar superavam as condições geológicas que se apresentavam naquele solo, situado entremeio a uma topografia assaz montanhosa e num planalto localizado a 777 metros de altitude. Com o intuito de possibilitar o tráfego de pessoas, tropas, animais, etc., eram colocadas enormes tábuas por sobre o terreno úmido, lamacento e frio que permeava por toda parte do povoado – um vasto brejo. Naquelas circunstâncias, não foi difícil, portanto, denominar aquele pequeno povoado com o nome de Tabuões (SILVA, 2003, p.6).

Quando era um povoado, estava anexado ao Distrito de Paula Lima pertencente a Juiz de Fora. Ao ser elevado a distrito, passou a pertencer à cidade de Palmyra, hoje, Santos Dumont. A iniciativa para que o povoado fosse elevado a distrito foi de André Gribel, que solicitou ao senador José Vieira Marques o encaminhamento do

projeto, que foi prontamente atendido pelo governador Raul Soares de Moura (SILVA, 2003).

A criação do município aconteceu em 1962 por meio do projeto 5.225 oriundo da Assembleia Legislativa que foi transformado na lei 2.764, sancionada em 30 de dezembro de 1962 pelo governador do Estado José de Magalhães Pinto. Por um período de 120 dias após a instalação da junta administrativa, o município foi governado pelo intendente Antônio Garcia de Almeida. Em 30 de junho de 1963, o Sr. Jair Antônio da Silva foi eleito como primeiro prefeito da cidade de Ewbank da Câmara. Importante mencionar que Jair Antônio já ocupava o mandato de vereador no município de Santos Dumont, antes da emancipação (SILVA, 2003).

4.3 Oliveira Fortes

A outra cidade objeto de estudo deste trabalho é Oliveira Fortes, que tem uma população de 2.123 habitantes. Antes de ser uma cidade, o local era uma fazenda que pertencia às famílias Costa Viana, Carvalho Campos e Oliveira Fortes. A primeira capela do lugar, que recebeu o nome de Capela de Santana do Livramento, foi uma doação dessas famílias. Nos arredores da capela, fundada em 1822, começaram a surgir as primeiras casas e o povoado foi crescendo. Tornou-se distrito em 1854 e recebeu o nome de Oliveira Fortes em homenagem a um dos desbravadores e pioneiros da localidade (MUNICÍPIOS, 2009).

Localizada na Zona da Mata de Minas Gerais, limita-se com os municípios de Aracitaba, Barbacena, Paiva, Santa Bárbara do Tugúrio e Santos Dumont. Ocupa uma área de 118 KM². Oliveira Fortes compõe-se apenas de um distrito sede. Os habitantes primitivos da região eram os índios Goitacases, que migraram para as margens do rio Paraíba durante o período colonial, deixando o litoral do Rio de Janeiro (FREIRE, 1996).

A migração desses índios ocorreu devido à ocupação dos Portugueses no litoral e também da tribo dos tamoios:

Diante da superioridade militar tamoia, internaram-se mais ainda, através dos afluentes e subafluentes do rio Paraíba, acabando por povoar a região da Zona da Mata de Minas Gerais. Bem Próximo do Caminho novo, onde saíam depois os sertanistas e faiscadores, abeirariam os sertões. Pelo Muriaé atingiram o Carangola, espalhando-se por Planícies e serras (MERCADANTE, 1973, p. 28).

O caso relevante para esse trabalho e que interessa é o de Oliveira Fortes, que resultou do desmembramento da cidade de Barbacena que, por sua vez, se desmembrou de São João Del Rei. Com a criação de São Del Rei em 1718, dele desmembrou-se a Vila de Barbacena em 1791 e, anos mais tarde, houve o desmembramento de vários municípios, dentre eles, Oliveira Fortes. A criação do município de Oliveira Fortes se deu em 1953, porém as origens de Oliveira Fortes remontam aos tempos imperiais. As famílias de Afonso Costa Viana, Antônio Carvalho Campos e Francisco José de Oliveira Fortes fixaram-se na região, fazendo com que o povoado se desenvolvesse. O povoado original certamente surgiu das atividades agrícolas e da pecuária e, nesse momento, o povoado tinha muitas dependências de Barbacena.

Notadamente a história dos municípios brasileiros se mistura com a história da Igreja Católica, os povoadores iniciais doaram 45 (quarenta e cinco) alqueires destinados à formação do patrimônio de uma capela dedicada à Santana do Livramento. Em 1822, por iniciativa de José da Silva de Andrade, foi construída a primeira capela, que, anos depois, tornou-se a matriz do município. Destaca-se que Oliveira Fortes já figurava no censo de 1831 com uma população 1.366 (um mil trezentos e sessenta e seis) habitantes. Pela lei número 202, de 1º de abril de 1841, foi ligado ao município de Pomba e conhecido como Santana do Livramento ou simplesmente Livramento. Com a lei número 2.712 de 30 de novembro, criou-se a paróquia de Santana do Livramento. Em 2 de julho de 1911, inaugurou-se a estação ferroviária da localidade, com o nome de Oliveira Fortes, em homenagem a um dos seus primeiros povoadores, o coronel Francisco José de Oliveira Fortes, pai de Crispim Jacques Bias Fortes, que foi presidente (governador) do Estado de Minas Gerais. Por força do decreto 1.058 de 12 de dezembro de 1953, passou-se a denominar-se Oliveira Fortes e, dez anos mais tarde, passou a ser o município de Oliveira Fortes (FREIRE, 1996).

A população da cidade, segundo censo do IBGE de 2010, é de 2.123 (dois mil cento e vinte e três) habitantes. Considerando que, conforme mencionado anteriormente, em 1831, a população era de 1.366 (um mil trezentos e sessenta e seis) habitantes, em 179 anos de existência desde a chegada dos primeiros povoadores, a cidade teve um aumento de população de 757 habitantes. Conforme a cidade de Santos Dumont, essa cidade enfrentou e enfrenta um grande êxodo de sua população para os outros centros em busca de melhores condições de vida. Trata-se de uma cidade que vive prioritariamente das atividades agrícola, pecuária e o maior empregador é a Prefeitura Municipal.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1 Repensando as categorias geracionais brasileiras

Existem diferenças entre a realidade americana, apresentada por Conger (2002) e a realidade brasileira, objeto de pesquisa deste trabalho. Após a grande crise de 1929, a sociedade americana viveu grande recuperação econômica financeira, que permitiu aos habitantes daquele país viver grande prosperidade. Na realidade do Brasil, os brasileiros vivenciaram a chegada de um presidente populista ao poder, que significou o fim da velha República (1889-1930).

Enquanto a economia americana voltava a crescer, permitindo aos seus cidadãos empregos de qualidade, aqui, eram implantadas as primeiras leis trabalhistas, depois condensadas na CLT. Os representantes da Geração Tradicionalista recuperaram os valores familiares, principalmente depois da Segunda Grande Guerra Mundial. Nesse momento da história, as pessoas começaram a migrar para os centros urbanos, modificando o perfil das comunidades.

Os representantes da Geração Tradicionalista entrevistados foram os que mais manifestaram interesse pela vida política da cidade. Eles viveram o período de governo do Presidente Getúlio Vargas e também a Segunda Grande Guerra Mundial. Acreditam que os líderes políticos de sua geração tiveram e têm papel importante nesse último século. A declaração de um dos representantes ressalta essa posição:

Nós temos exemplos bons da minha geração, muitos exemplos bons. Eles estão nessa liderança político-partidária, no executivo, nos governos, etc. Tem muitas pessoas dessa época que estão se mostrando e de uma maneira muito boa. Eu acho que, nesse aspecto, a contribuição tem sido muito grande (T1).

Também foi mencionada, por um entrevistado representante dessa geração, a satisfação em participar das melhorias de igualdade social de sua cidade, pois sempre acompanhou a vida política de sua cidade.

...tudo isso, sinceramente eu me sinto bem como Vicentino de ver, porque tanto trabalhei e sonhava com isso e hoje está chegando, estou vendo nosso povo todo bem vestido, a igreja indo bem, as igrejas; porque aqui tem outras, tudo muito bem, então eu fico satisfeito e feliz com isso aí viu (T4).

O que Conger (2002) denomina de Geração *Baby Boom*, recebe aqui a designação de Geração Tempos de Chumbo. Essa nomenclatura foi dada a essa geração, porque seus representantes tiveram papel importante na luta contra a ditadura militar e no processo de redemocratização do Brasil.

Um dos representantes entrevistados dessa geração se mostrou satisfeito com o desempenho dos seus líderes políticos, que buscaram a liberdade para que as pessoas pudessem escolher seus próprios líderes:

A minha geração sobre o líder político, no meu entender é que as pessoas hoje têm que escolher o seu representante dentro da maneira que se sente a vontade, que não se sente pressionado. Eu posso falar pela idade que eu tenho eu sou um cara que sou preparado pra apoiar qualquer tipo de política mais daquele que vem fazer uma proposta que é da nossa comunidade (TC4).

Dando prosseguimento à adequação das gerações à realidade brasileira, classificou-se a geração seguinte como Geração Caras Pintadas, devido às manifestações feitas por jovens dessa geração indo às ruas para pedir o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Melo, em função da corrupção no Governo Federal. Esses jovens pintaram em suas caras as cores da bandeira brasileira. Conflitos como estes não se manifestaram na sociedade americana, porém os avanços tecnológicos permitem uma aproximação das realidades:

O Brasil, ele vem consolidando a cada década que passa, mais e mais o sistema democrático, então assim a liberdade, a minha liberdade termina quando começa a sua. Então assim, hoje o povo tá mais esclarecido, tem mais liberdade de escolher o que vai querer da sua vida, mas o fundamental é a educação. É a educação, muitas vezes a pessoa tem a liberdade, hoje inclusive de não se educar, é um crime... um crime intelectual, então o quê que acontece, as pessoas não estão tomando consciência de que os eventos que têm acontecido, na política, mundialmente, elas influenciam a nossa sociedade. O nosso estilo de vida, então o que eu acho importante, eu acho importante a pessoa buscar se informar mais, existe a facilidade, a liberdade de ser ver, de buscar informação, e é isso que nós, no decorrer desses 20 anos com diversos modelos políticos a democratização do Brasil, com esse sistema eleitoral que vem aí, que de 4 em 4 anos, quer dizer na verdade de 2 em 2 anos tem uma eleição, então assim a pessoa tem que procurar se informar, conhecer as pessoas que estão ao nosso entorno, porque na verdade nós fazemos política todo dia (CP2).

Quanto aos representantes da Geração Y, não se encontrou fato relevante que pudesse modificar essa denominação. Um dado a se destacar é o fato de que os avanços tecnológicos permitiram uma interação maior entre as pessoas, um maior compartilhamento de troca de experiências, principalmente através da internet. Quanto às ações políticas, eles se revelaram descrentes.

No caso a liderança política de certa forma a nova geração é muito descrente com a política, são poucos os que se importam com a política, e alguns pensam na política até de forma errada; é na Geração X o que seria um líder? A Geração Caras Pintadas foi marcada pela tentativa de mudanças. Essa nossa geração é uma geração que se acomodou. As pessoas desacreditaram muito de política, a Geração Y está extremamente desacreditada da política, se você tentar hoje em dia o trabalho que a gente tem com os jovens assim, se você tentar trazer jovens pra política, pra tentar fazer alguma mudança é uma coisa muito difícil. As pessoas também acabaram ficando não só desacreditadas como acomodadas, acreditam que muita coisa melhorou; assim acabam esquecendo que certas coisas ainda estão ruins pra algumas pessoas, e ninguém luta por melhorias (Y1).

5.2 Pensamentos de uma geração sobre as demais

Quando perguntados sobre como cada geração percebe as demais nem todos se sentiram à vontade para fazer comparações. Os representantes que mais se manifestaram foram os da Geração Tradicionalista, que demonstraram confiança nas gerações que se sucederam.

Eu acho que nós sempre, uma geração tem sempre que criticar as outras gerações e esperar muito das próximas. Criticar aquelas que passaram, e esperar muito das que virão. Normalmente isso é a base da coisa, mas assim, eu acho que não só críticas não, todas as gerações contribuíram com o espaço que cada um tinha, com o espaço que cada geração teve, todos contribuíram de forma bastante positiva (T1).

As outras três gerações elas preocuparam sim com o desenvolvimento do povo, porque eles vieram de gerações mais sofridas, então eles procuram muito desenvolver um crescimento social, e apesar de ter encontrado resistência, foi muito difícil, mas viveram observe, observei e tenho em minha lembrança que lutaram muito, teve pessoas que lutaram bravamente para que muita coisa fosse resolvida para o desenvolvimento de um todo (T3).

Ao mesmo tempo, os representantes da Geração Tradicionalista acreditam que existem dificuldades por parte das gerações mais novas em conviver com adversidades:

São gerações que se pautaram por sonhar alto. Sonhar com um amanhã ensolarado, já a minha geração aceitava um amanhã nublado. Assim, se hoje está nublado, depois de amanhã vai estar ensolarado. E a geração de hoje não, eles já sonham com um amanhã ensolarado, não querem dia nublado não, como quem diz, eu quero o melhor (T2).

Os representantes da Geração Tempos de Chumbo acreditam que as novas gerações podem exercer melhor e com mais liberdade suas escolhas. Destaca-se que essa geração viveu intensamente o período de ditadura militar, que impunha censuras à população.

As gerações passadas exerciam uma liderança muito de imposição, de domínio, eu vejo assim, talvez fosse a maneira que o mundo vivia nessa era. Hoje os líderes são mais ponderados ou mais democráticos, são capazes de respeitar os valores e as diferenças, eu acho que hoje as lideranças são mais convictas e amenas. Convictas daquilo que lhes é confiado, mas mais ponderadas (TC2).

Perguntados sobre as gerações que os antecederam, representantes da Geração Y manifestaram a percepção de que as outras gerações, em particular a Geração Tradicionalista, querem se manter nas instâncias do poder político, e não viabilizam condições para inserção dos representantes das novas gerações.

Eu sobre a primeira geração, eu tenho muito pouco a dizer. Mas eu creio que essa geração tradicionalista é uma geração que eu creio que até hoje eles querem ganhar a qualquer custo, que é pra manter o seu posto, naquela imaginação que se ele sair de lá, aquela geração vai acabar, então são os famosos “gatos” que não ensinam o pulo pra ninguém, ele está sempre ali naquele lugar, ele não quer perder o espaço dele, não importa quem seja, se é melhor ou se vai fazer melhor, ele não quer perder aquele lugar dele ali, ele está sempre ali como quem diz: se eu perder, pelo menos o que eu sei, não vou passar pra ninguém (Y2).

5.3 Práticas das lideranças políticas

As práticas do líder político são intrínsecas à geração à que ele pertence:

Olha, o que vinha antes era o seguinte, aquelas lideranças se reuniam entre eles, faziam o que deveria ser feito e todo mundo tinha que achar bom, porque não tinha participação, não tinha essa democracia que tem hoje, espaço democrático que tem hoje. Porque as pessoas tinham que aceitar, aquilo que chegava até a gente, tinha que aceitar e pronto acabou. Então acho assim, que uma das coisas que..., alguma coisa que marcou bastante foi a evolução do espaço democrático, houve um ganho de espaço democrático muito grande, a partir dos anos de chumbo, onde o espaço democrático se abriu bastante, e a tendência é abrir sempre mais (T1).

Alguns destacaram que as práticas peculiares na história cultural do Brasil continuam e passam de geração para geração, como o clientelismo político. Os representantes das Gerações Tempos de Chumbo e Y apresentaram resposta semelhantes:

Eu acho que não, aqui não, pelo que eu vejo, igual o meu irmão que trabalhou muito tempo na prefeitura, acho que é a mesma coisa. Acho que não mudou em nada, a pessoa é favorecida, vai ficando naquela troca de favores, por isso que a gente espera que seja aplicado na área de educação, pra pessoa sair fora disso e ver o que realmente é bom, o que é certo né, porque enquanto você depender você fica omissivo, você tem que... tomara que eles consigam se livrar disso (TC1).

Por exemplo, acho que na geração. Ah que teve mudanças, que teve uma diferença teve, mas acho que no fim o pensamento é praticamente o mesmo, sobre o que é liderança, da palavra liderança entendeu, acho que vai ser praticamente o mesmo entre essas gerações (Y4).

5.4 Formação das lideranças políticas

Na percepção dos representantes da sociedade civil organizada, não existem requisitos para se tornar um líder político. Para se inserir na carreira política, basta se filiar a um partido e depois ser aprovado na convenção para registrar sua candidatura a algum mandato. Nesse quesito, consta da própria Constituição Federal de 1988, no artigo 14 § 4º, que “são inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos”. Importante dizer que a comprovação de ser alfabetizado é ter a condição de redigir um pequeno texto e ler em seguida. Sendo assim, a começar pela carta magna, não existe a obrigatoriedade de formação para ser um líder político. Para se tornar um líder político, é suficiente ter alguns atributos, como: simpatia e bom relacionamento com a comunidade.

É pequena, ainda não é uma preparação bem feita, porque ainda há necessidade de mais reuniões nos partidos políticos, de cursos, eu sou a favor que todo partido fizesse cursos para os seus candidatos no período anterior as eleições, aqueles que manifestam a liderança, que tem desejo de assumir um cargo público, um cargo como político que fizesse um curso e se preparasse melhor. Que entendesse melhor de leis, que não chegasse ao poder despreparado, então o único meio, como tudo é só a educação que resolve, também para o político só vai resolver se ele passar por uma escola, por uma preparação, por um cursinho de preparação pra depois legislar, pra depois ir pra câmara, pro executivo (T3).

Não, não vejo preparação, isso eu não vejo, é pego aleatoriamente, e aleatoriamente ali é que o individuo se destaca e aparece um líder político, mas não vejo preparação nenhuma, aqui no município não (T4).

Eu avalio o seguinte, pelo meu entender eu acho que a pessoa é, se hoje ele vai assumir o poder público, se ele vai disputar uma eleição no poder público, eu acho que ele teria que sentar e as autoridades que estejam presente o eleitoral, de dar um curso pra eles, explicar o que é a finalidade da política (TC4).

Péssimo, a qualidade hoje, não há preparação. Essa que eu te falei, a gente tem que ter (CP1).

Acho que a maioria vai entrar por esse lado de ah eu vou ser candidato e tal e pronto; então a qualidade dessa preparação não é tão boa não (Y4).

Com as falas dos representantes das quatro gerações, fica evidenciado que o líder político, na maioria das vezes, é uma pessoa de bom relacionamento e que algumas vezes realiza algum trabalho social. Conclui-se que a liderança política é uma liderança de relacionamentos. Algumas vezes, artistas ou atletas são convidados para serem candidatos e, na maioria das vezes, são eleitos com expressivo número de votos. Podemos destacar exemplos das eleições realizadas em 2010, em que jogadores de futebol foram eleitos para a Câmara dos deputados como é o caso de Romário (campeão do mundo em 1994), Bebeto (também campeão do mundo, eleito para a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro), Marques (ex-jogador do Atlético Mineiro) e o caso mais inusitado dessa eleição que foi a eleição do palhaço Tiririca com mais de um milhão de votos.

Em noticiários do dia seguinte às eleições realizadas em 03 de outubro de 2011, a respeito dos deputados eleitos Romário e Bebeto lia-se:

Os ex-jogadores Romário e Bebeto, companheiros no ataque da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de 1994, foram escolhidos neste domingo deputado federal e estadual pelo Rio de Janeiro, respectivamente, segundo dados oficiais. Romário obteve 146.859 votos, equivalentes a 1,84% do total dos votos válidos do estado do Rio de Janeiro, com o que garantiu uma

cadeira na Câmara dos Deputados, segundo os dados definitivos divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (BEBETO; ROMÁRIO, 2010).

Sobre o ex-jogador Marques e deputado eleito para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, encontrou-se os seguintes registros:

O ex-atacante Marques deixou o Atlético de forma inesperada e mal conduzida por diretoria e comissão técnica. Logo após fazer o gol do título do Campeonato Mineiro, ele não teve o contrato renovado e foi obrigado a anunciar sua aposentadoria. A despedida emocionou atleticanos e o próprio Marques, que chorou bastante em sua última coletiva como jogador profissional. Passados cinco meses, a torcida do Galo mostrou que estava do lado do ídolo. O técnico Vanderlei Luxemburgo já é passado, que muitos querem esquecer, enquanto Marques é o segundo deputado estadual mais votado em Minas Gerais (MARQUES, O MAIS VOTADO EM 2010).

Sobre a eleição do palhaço Tiririca, a edição do jornal Folha de São Paulo de 4 de outubro de 2010 trouxe a seguinte notícia:

A eleição do palhaço Tiririca (PR) para deputado federal com 1,35 milhão de votos válidos foi destaque na imprensa internacional. O blog "Americas", da revista britânica "The Economist", afirmou ser "deprimente" e "estranho" um país que tem a "tecnologia maravilhosa" das urnas eletrônicas eleger Tiririca com um milhão de votos.

Para exemplificar a falta de exigência de preparação para se tornar líder político, o palhaço Tiririca precisou comprovar que sabia ler e escrever.

O juiz da 1ª Zona Eleitoral de São Paulo, Aloísio Sérgio Rezende Silveira, aceitou nesta segunda-feira denúncia contra Francisco Everardo Oliveira Silva, o palhaço Tiririca, eleito ontem deputado federal pelo PR com 1,35 milhão de votos. [...] segundo o juiz, a carta que apresentou para provar que é alfabetizado justifica o recebimento da denúncia. "A prova técnica produzida pelo Instituto de Criminalística aponta para uma discrepância de grafias", afirma Silveira. Para o juiz, o laudo levanta dúvida sobre o documento apresentado pelo deputado eleito ao apontar um "artificialismo gráfico" (FOLHA).

Diante de tais evidências, é possível comprovar que o grande quesito para se candidatar não é a preparação e sim a inserção que determinada pessoa tem na comunidade e principalmente na mídia. A cultura brasileira mostra que o eleitor vota pela simpatia ao candidato, que, às vezes, nem tem conhecimento de quais serão suas atribuições como líder político.

Pode-se destacar também que, já há algum tempo, os brasileiros começaram a usar o voto para protestar. Um voto de protesto dos cariocas fez com que o Brasil ocupasse mais um lugar no Guinness (livro dos recordes). Trata-se de um chimpanzé que vivia no jardim zoológico do Rio. Nesse período não eram usadas urnas eletrônicas, que são usadas na atualidade, que computaria os votos como nulos, eram usadas cédulas de papel para que o eleitor escrevesse nome e número do candidato. O chimpanzé não era um candidato escrito para concorrer, mas ainda sim foi escolhido como símbolo de protesto. Chama a atenção que esse voto de protesto foi dado no período em que o povo brasileiro acabara de conquistar a redemocratização do país.

Os cariocas lembram dele com saudade. Macaco Tião, personagem famoso do Zoológico do Rio, se transformou em candidato de protesto nas eleições de 1988 para a prefeitura da capital. Entre doze candidatos, terminou as eleições em terceiro lugar, com mais de 400 mil votos! Por isso, seu nome está registrado no Guinness 2005. Ele foi o chimpanzé que recebeu mais votos em uma eleição. Conhecido pela rabugice, seu slogan de campanha era "Vote macaco, leve macaco". Tião morreu em 1996, aos 33 anos. (BRASIL NO LIVRO DOS RECORDES, 2005).

Os líderes políticos são frutos das suas sociedades, portanto, são reflexo do que pensam seus eleitores. Um momento de reflexão leva a acreditar que a única forma de melhorar as condições de consciência da população é permitindo melhor acesso a um ensino de qualidade. Governos sérios precisam avançar na viabilização da educação para que existam cidadãos com melhores condições de discernir o que é melhor para ele e sua comunidade.

5.5 Concepções sobre liderança política

O líder normalmente é percebido como uma pessoa com características especiais. Bergamini (1994, p. 28) destaca essas características.

Assim, os líderes passaram a ser entendidos como seres diferentes das demais pessoas pelo fato de possuírem alguns traços de personalidade considerados como profundos, responsáveis não só por fazê-los emergir como tal como também por mantê-los em suas posições.

As falas dos representantes da sociedade civil organizada convergiram no entendimento de que os líderes políticos, semelhantemente a outros líderes, são pessoas com características especiais. As respostas dos representantes das quatro gerações evidenciam que estes continuam a esperar muito da figura do líder.

Liderança política é um indivíduo talhado para ser, para ocupar aquele cargo, um cara que tem boa administração, relaciona muita bem com todo mundo depois de eleito, tanto do partido dele, quanto do outro, passou a eleição ele é um líder na comunidade, atende a todo mundo dentro do possível, cumprindo o certo dever dele (T4).

Pela minha geração eu penso que pra liderar a pessoa tem que nascer com o dom, pra liderar, eu penso que é muito difícil se fazer um líder, pode se despertar numa pessoa a capacidade de liderança, eu penso assim, eu. Pode despertar numa pessoa a capacidade de liderança, mas não se consegue moldar, não se consegue fazer um líder. E o líder, e a pessoa que nasce líder, ela com muito pouca idade ela já se mostra, às vezes na sala da educação infantil, a gente vê uma criança com a capacidade de liderança, e ela cresce com essa capacidade de liderança (TC2).

...então liderar é isso, não só no campo político, mas em todos os campos da nossa vida, até dentro de casa, a gente sabe disso, tem casas que o líder é o marido, tem casas que o líder é a esposa, quem tem o dom para liderar vai liderar e o outro vai ser liderado; então eu espero isso, que o líder ele tenha como meta principal a coletividade, não seus interesses próprios, esse é o meu pensamento, isso é o que eu espero, que eu sonho, e eu voto assim, os meus líderes, os que eu escolho, são os que têm a filosofia do meu pensamento, escolho os meus líderes nesse perfil (CP4).

A liderança política pra mim é aquela pessoa que tem voz ativa, aquela pessoa que sabe, que tem seus ideais certos e não se influenciam pelo o que os outros falam, acho que isso é a grande liderança política. Pessoa que tem seus ideais expostos (Y1).

Da Geração Tradicionalista até a Geração Y, os liderados continuam a ter uma expectativa de que os líderes políticos possam encontrar soluções para os problemas das comunidades. Diante de tantas decisões que precisam ser tomadas e da grande expectativa, esses líderes quase sempre frustram seus liderados.

5.6 Papéis e práticas dos líderes políticos

Sobre os papéis e as práticas dos líderes políticos, os respondentes manifestaram posições distintas. Um dos representantes da Geração Tradicionalista fez uma síntese a respeito de todas as gerações, destacando que os líderes de cada geração

cumpriram e cumprem suas missões, sendo que as duas primeiras gerações tiveram papel importante no resgate da liberdade de expressão do povo brasileiro:

A geração tradicionalista hoje, como se diz está mais sentada na praça vendo a banda passar, já não está mais na vida. Muita gente já foi, foi chamada pelo Pai, os que estão ainda, já não tem mais aquela coragem, como se diz, os coronéis já tiraram a farda, hoje estão se limitam ao "pijama". O pessoal da Tempos de Chumbo, que é o pessoal que viveu naquela fase de intranquilidade, de insegurança, de medo do amanhã, hoje já vê a posição atual, como se diz, com mais serenidade, eles já não têm mais aquele medo, nós já não temos uma inflação, a influência do estrangeiro no Brasil, o Brasil já aprendeu andar com as próprias pernas, vivi com um tranquilidade. Os caras pintadas continuam com os sonhos deles, e hoje trabalhando para poder assumir a posição deles, quer dizer, aquilo que nós conseguimos, ser livres, agora nós queremos, como se diz, usufruir dessa liberdade. E a geração Y está se preparando para dar continuidade (T2).

Representantes da Geração Tradicionalista, Geração Tempos de Chumbo e Caras Pintadas destacaram a necessidade de papéis mais claros e ações que tragam desenvolvimento para as cidades, melhorando as condições sociais.

Primeiro, emprego para todo mundo, trazer indústrias, a grande luta nossa é trazer indústrias, trazer alguma coisa que possa segurar o nosso povo por aqui, empregar, arrumar empregos, porque o rapaz hoje, a moça chegou aos 20 anos quer trabalhar e tem que ir embora, fazer concursos para o Banco do Brasil, pra outras coisas, então o que nós sempre lutamos é a possibilidade de trazer empresas pra aqui, pra gerar emprego e segurar o nosso povo aqui, esse foi o ideal de todos os três que eu te falei aqui, Humberto Ruffo e os outros dois (T4).

Ah a gente espera mais que tenha condições pra gente tá trabalhando, não é? Trazendo firmas, indústrias, e na área principal que é a educação. Trazer cursos profissionalizantes que na nossa cidade não tem, então, a maioria aqui é assalariado, como que vai ter cursos profissionalizantes se não tiver uma ajuda? Não tem como, porque passagem, é despesa né, o meu menino, por exemplo, acorda 5 horas, 5:30 pega o ônibus, chega em casa uma hora tarde (TC1).

Olha, cada geração tem seus sonhos, suas expectativas né, a minha geração hoje, o que eu vivo, o que eu sonho, é o desenvolvimento sustentável; o que a gente busca é isso, para o meu município de Santos Dumont, eu não vou nem falar a nível de estado, de país e do mundo, que na sua entrevista abordou até fatos mundiais e eu vou falar por Santos Dumont, o que eu espero para Santos Dumont, das lideranças atuais da minha geração, na geração passada se sonhava com a democracia, com o voto direto, com a liberdade que foi alcançada com o fim da ditadura, hoje o meu sonho, da minha geração é o desenvolvimento sustentável, na minha cidade acho que a gente tem que ter desenvolvimento, tem que ter emprego (CP4).

Diferentemente das manifestações das outras gerações, os representantes da Geração Y se manifestaram pela ética do líder político.

Bem, o que cada uma espera das suas lideranças políticas; eu espero que o meu líder político, seja ele dentro de um grupo, seja ele dentro da sociedade, seja ele dentro da política em si, é como político, enfim, aquele que está me representando, é que ele me represente bem as coisas nas quais eu acredito, é que ele me dê oportunidade de dizer eu não gostei disso, eu não concordo com isso, pra que não só a mim, claro, quando eu falo eu, eu quero dizer o povo inteiro, aquele que representa o que a minha geração quer. Aquele que procura defender os interesses do povo e não os interesses dele, não é porque eu penso de uma maneira que eu posso ir contra a vontade de todos aqueles que eu estou representando, eu tenho que ter uma postura ética quanto a isso, a gente espera sempre que quem esteja lá faça o melhor (Y2).

Representantes da Geração Y destacaram que a Geração Tradicionalista é resistente a assuntos modernos, como é caso da homofobia (discriminação por outra opção sexual), mas também alegaram que a Geração Caras Pintadas conseguiu tanta liberdade de expressão, que a Geração Y não sabe o que fazer com ela.

Os tradicionalistas são os mais conservadores, que hoje em dia você tem que ter mudanças, são novas pessoas, um mundo mais diferente, os tradicionalistas de certa forma não aceitam certas mudanças, a questão mesmo da homofobia, tem um pensamento mais antigo, mais rígido e que certas mudanças não podem acontecer. E a Geração Caras Pintadas, ela queria mais liberdade e a Geração Y já tem essa liberdade demais e está usando ela em excesso, talvez o que a Geração Caras Pintadas conquistou de liberdade, a Geração Y não soube utilizar. A Geração Y ela está assim, com tanta liberdade, ela teve tanta liberdade pra tanta coisa que está acabando de certa forma se perdendo (Y1).

5.7 Como surgem e são preparados os líderes políticos

O surgimento da maioria dos líderes políticos está ligado ao bom relacionamento com sua comunidade. Características como carisma, simpatia e flexibilidade são de grande relevância para se obter apoio em processos eleitorais. De acordo com Jordão (2006, p. 139), “um ‘bom dia’, um ‘alô’ custa pouco e rende muito”. Devido a essa falta de pré-qualificação para o cargo, muitos líderes, após serem eleitos, se deparam com uma realidade totalmente diferente da que imaginavam. Aqueles que exercem a liderança política podem estar vivendo uma transição que faz com continuem sendo aceitos pelas suas comunidades como líderes, mas existe a

necessidade de buscar o aperfeiçoamento de gestão competente. Afinal, conforme mencionado, para se obter o apoio em pleitos eleitorais, precisa-se externar grande carisma, mas, depois, são exigidas atribuições de gestores competentes, pois “os clientes estão se tornando cada vez mais exigentes e a concorrência se tornando cada vez mais acirrada. Os cidadãos querem que o setor público melhore seus serviços” (JORDÃO, 2006, p. 140).

Em nenhum momento, foi encontrada, na pesquisa bibliográfica, documental e nas falas dos respondentes, uma demonstração de que é necessária a preparação para exercer a liderança política. Quando perguntados sobre o que faz com que as pessoas ingressem na carreira política, respostas diversas foram reveladas pelos entrevistados. Representantes da Geração Tradicionalista entendem que as pessoas ingressam na carreira política com a intenção de servir a suas comunidades:

Bom, o que faz uma pessoa ingressar na carreira política é a pessoa já trazer consigo aquela vontade de contribuir, mas de uma maneira assim através de ser um representante político eleito, que é o caso do vereador, do prefeito, do deputado, senador e etc. eu acho que a pessoa já trás consigo, dentro dele esse interesse maior. Porque simplesmente ele conseguir motivação em torno e ser uma pessoa que não liga para isso, e de repente ele muda e diz, eu quero ser um representante do povo (T1).

É um indivíduo, que vê, que quer ver o bem da sua comunidade, é um indivíduo que nasceu para administrar com honestidade e administrar bem, começa, inicia um trabalho político e depois nem tem como sair, ele é nascido para aquilo ali e cada vez mais cresce ali como cresce um advogado no trabalho dele, como cresce um militar, chegando a assumir grandes lideranças (T4).

T1 e T4 percebem o líder político como alguém que nasceu para servir ao próximo. Na fala de T1, merece destaque a frase: “de repente ele muda e diz: eu quero ser um representante do povo”. Esses líderes têm a simpatia da comunidade e alçam a trajetória política.

Representantes da Geração Tempos de Chumbo destacaram a proximidade que o líder político precisa ter com o povo. Mencionam, também, que alguns líderes políticos buscam o poder, outros, a remuneração e uma minoria, o bem comum.

Olha, uma boa parte (risos); uma boa parte, por ambição de poder e de dinheiro, e uma parte muito seleta, eu não sei nem se uma minoria com desejo do bem comum, com desejo de governar, de governabilidade, com desejo de liderar de fato um povo, nós temos hoje políticos que a gente ainda tira o chapéu, mas tem muita gente..., a gente olha eu vou te dizer sinceramente, a gente vê hoje algumas candidaturas que a gente se pergunta ham? Verdade? Por quê? A troco de quê? Eu acho que são pessoas assim, que tentaram de tudo na vida e não encontraram rumo e pensaram: ah, vou ser político(TC2).

...isso aí é muito importante, o político. O político, é aquilo que te falei anteriormente, ele tem que tá aberto pro povo, ele tem que tá no meio do povo, no meio da rodinha ali, ele tem que saber o quê que está acontecendo ali, ele tem que tá em enterro (TC3).

Para os representantes da Geração Caras Pintadas, aqueles que desejam se tornar líderes políticos devem buscar conhecimento a respeito do exercício dessa liderança. Também destacaram que muitos buscam a liderança política para ostentar o poder.

O seguinte... eu acho que, para a pessoa tomar essa decisão, ela antes teria que ter um contato com pessoas que pensem a sua cidade, pense nas dificuldades que a cidade tem, busque uma solução comum, porque a pessoa sozinha lá no seu bairro ela não tem essas preocupação, ela tem preocupações apenas com a sobrevivência dela, agora quando você começa a conviver com outro ambiente, outro tipo de pessoa que começam a ver a comunidade como um todo, aí sim eu acho que a pessoa começa a despertar para uma carreira política, uma participação política, eu acho que é esse contexto (CP2).

São várias as motivações para a pessoa entrar na carreira política, vou citar duas. Primeiro a questão da liderança nata, a pessoa que é líder, que quer ajudar, que quer contribuir e eu sinto isso muito de perto em várias pessoas, que são desprendidas de interesses privados, eu vejo muitas pessoas que têm uma vida consolidada, bem estabelecida, mas que quer se doar e às vezes se prejudica para tentar ser um líder político e ajudar a sua comunidade; essa é uma das motivações, é o lado bom de quem quer ser político. O outro é a motivação simplesmente do poder, de levar vantagem em cima do que a política pode te oferecer pessoalmente, esse é o lado ruim; é desvirtuamento da política, do sistema democrático (CP4).

Os representantes da Geração Y, apesar de se apresentarem mais alheios às questões políticas, evidenciaram em suas falas que é com o poder político que se promove mudanças necessárias nas cidades.

Eu acho que assim, a vontade de mudar alguma coisa, a vontade de você ver que certas coisas estão erradas, é a vontade de você estar ali construindo um lugar melhor, você lembrar, a pessoa lembrar sempre que vai estar trabalhando com aquilo ali e ela saber que tem que mudar alguma coisa no convívio na sua cidade, mudar certas coisas, ou então aceitar tudo com ta (Y1).

Vocação, eu acredito que a pessoa tem que ter vocação, a pessoa tem que se atraído pelo que faz e gostar do que faz. Porque a gente só faz bem aquilo que a gente ama fazer; a pessoa tem que gostar de defender as opiniões de debater conceitos, seja eles de quebras de tabus, de quebrar questões de, não você tem que engolir isso, o povo tem que engolir isso, o imposto tá caro, problema, se eles vão passar fome, problema, vocês têm que me dar esse dinheiro. Eu acredito que a pessoa que tem a vocação pra política, é um dom, é uma coisa que nasce com o desejo de fazer alguma coisa, sabe essa inquietação, é isso que faz alguém ir pro louco mundo da política né (Y2).

Com as falas extraídas dos representantes das quatro gerações, pode-se constatar que existe um consenso no sentido de que os líderes políticos são pessoas que devem buscar maior igualdade social entre as várias classes sociais. Nesse sentido, pode-se entender que, para se conseguir exercer a liderança política, precisa-se gozar de credibilidade dentro comunidade, porém, ao se atingir o objetivo de ocupar a liderança política, serão necessários resultados que exigem um conhecimento maior sobre economia e legislação no exercício da liderança política.

5.8 Modificações nos processos eleitorais

Disputas eleitorais, na maioria das vezes, são marcadas por grandes tensões. Foi citada, neste trabalho, a disputa entre o Partido Liberal e o Partido Conservador, que foi marcada pela fraude nas eleições. Processos de fraudes podem ter sido dificultados pelas urnas eletrônicas, porém ainda existe uma grande expectativa para que outras mudanças continuem a acontecer nos processos eleitorais. Para o representante da Geração Tradicionalista, é preciso encontrar meios de se conquistar o voto com campanhas mais propositivas:

[...]na verdade, acho que mudou muito pouco. Mudou muito pouco porque ainda continua assim baseada em muitas promessas, promessas sem apresentar coisas palpáveis, ah porque eu faço..., vou fazer isso, vou fazer aquilo..., eu posso fazer isso, posso fazer aquilo, mas não apresentam coisas palpáveis, substanciais para que a gente realmente acredite [...] Acho que deveria mudar e arrumar uma maneira... sei lá uma maneira mais inteligente, uma maneira menos agressiva de conquistar o voto, porque isso do jeito que estava antes continua, não há uma mudança. Acho que a tecnologia tem avançado bastante e já permite fazer coisas diferentes (T1).

Já o representante da Geração Tempos Chumbo mencionou que, nas últimas eleições, muitos artistas e pessoas de expressão se inseriram nas disputas eleitorais. Na realidade brasileira, é comum os partidos políticos buscarem pessoas com grande inserção na mídia para serem candidatos. Normalmente esses candidatos conseguem muitos votos, o que ajuda os partidos a somarem muitos votos e eleger mais representantes nas eleições legislativas. Esses candidatos são conhecidos como “puxadores de votos”.

O que a gente pode ver, eu não sei se nas três últimas, mas o que a gente pode ver é o seguinte um envolvimento maior, é o que vejo. Um envolvimento maior de todas as camadas, de todos os meios, meio político, meio artístico, o povo, uma corrida muito grande para as candidaturas, eu vejo isso muito (TC2).

Os representantes da Geração Caras Pintadas destacaram que os eleitores estão tendo uma melhor percepção da capacidade de liderança das pessoas que se candidatam a cargos públicos.

Eu estou sentindo que o eleitor, ele está mais exigente, o eleitor está ficando mais esperto, ele não está se deixando iludir tão facilmente; o eleitor está cansado daquela política de promessa, de promessas vazias vamos dizer assim, eu acho que o eleitor está amadurecendo, o eleitor está cansado de votar naquele político boa gente de tapinha nas costas, de sorriso, que cumprimenta todo mundo, de beijinho, mas que efetivamente não resolve o problema deles (CP4).

Para um dos representantes da Geração Y, os avanços tecnológicos são a grande modificação nos processos eleitorais.

A maior modificação foi a maior utilização, com a globalização, a maior utilização de sites de relacionamento Orkut, MSN, hoje em dia eles estão utilizando mais a campanha virtual. Hoje em dia você consegue mais chegar a certas pessoas, principalmente as pessoas mais jovens (Y1).

Importa mencionar que também foi possível constatar, nas falas dos representantes das quatro gerações, que as pessoas com maior desenvolvimento cultural são mais seletivas na escolha de seus líderes políticos. Essas pessoas analisam a vida pregressa dos candidatos e as propostas de trabalho, caso sejam eleitas. Destaca-se também que as pessoas das comunidades preferem votar em candidatos que não façam campanhas apelativas, ou seja, críticas pessoais a outros candidatos. A população brasileira tem características pacifistas e tem aversão a conflitos, talvez

este seja o motivo de preferirem campanhas sem ataques aos adversários, principalmente os de ordem pessoal.

Notei com certeza. Eu notei que na primeira foi o povo na época que elegeu o prefeito, ele acreditou muito. E na segunda, não sei se foi por falta de um pouco mais, como se diz, eu acompanhei por alguns momentos, ouvia um e outras pessoas, teve outras pessoas que pisaram na bola. O quê que é isso. A gente ouvia falar de coisas que a gente nem acreditava que existia; entendeu? (TC3).

Eu acho que em relação, no geral, no Brasil pro exemplo, acho que a campanha ficou..., em relação à campanha de televisão, acho que a campanha ficou bem apelativa, acabou indo principalmente nessa última acabou indo uma campanha mais pro pessoal sabe, acho que parou de ser aquela disputa assim, pro bem do país, acabou sendo uma disputa, uma pessoa contra outra pessoa (Y4).

5.9 Principais lideranças políticas

Os entrevistados também destacaram as principais lideranças políticas das suas cidades, conforme apresentado na tabela abaixo:

Cidade	Nomes
Santos Dumont	José Antônio Pedro, José Nogueira da Costa, Wilson Modesto Ribeiro, Evandro Nery, Paulo Vieira Marques, Luiz Fernando Ramos de Faria, Luiz Dulci, Labenert Mendes Ribeiro, Pacífico Estites Rodrigues, Reinaldo Cabral.
Ewbank da Câmara	Paulo Soares
Oliveira Fortes	Humberto Ruffo, Hilário Aparecido Lacerda, Sebastião Gomes do Nascimento.

Quadro 2 – Principais lideranças políticas.
Fonte: dados da pesquisa.

Geração Tradicionalista	José Antônio Pedro, José Nogueira da Costa, Wilson Modesto Ribeiro, Pacífico Estites Rodrigues, Paulo Vieira Marques, Humberto Ruffo, Sebastião Gomes do Nascimento.
Geração Tempos de Chumbo	Luiz Fernando Ramos de Faria, Luiz Dulci, Hilário Aparecido Lacerda, Paulo Soares.
Geração Caras Pintadas	Evandro Nery, Reinaldo Cabral.
Geração Y	Labenert Mendes Ribeiro

Quadro 3 – Distribuição por Geração.

Fonte: dados da pesquisa.

Conforme é apresentado nas tabelas acima, a Geração Tradicionalista é a geração que mais tem líderes políticos lembrados por todos os entrevistados, seguida pelos líderes da Geração Tempos de Chumbo. Pode-se dizer que existe um maior envolvimento na vida política por parte dos representantes dessas gerações. Esse acontecimento pode estar ligado a dois fatores: o tempo de atuação desses líderes ou o distanciamento das outras duas gerações das ações políticas das cidades.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As percepções colhidas pelo pesquisador mostram que as quatro gerações têm percepções diferentes sobre a liderança política. As Gerações Tradicionalista e Tempos de Chumbo têm uma similaridade, pois participaram de um período de grandes desafios para o Brasil. Relembra-se que a Geração Tradicionalista viveu um período em que o povo brasileiro deslocou-se para os centros urbanos, deixando de ser uma população agrícola para se tornar mais urbana. A Geração Tempos de Chumbo viveu um tempo de grandes dificuldades devido ao golpe militar de 1964, que durou até 1985. Essas duas primeiras gerações conhecem bem seus líderes políticos, pois participaram ativamente das ações políticas das cidades. Notou-se, na fala desses representantes, que eles destacam seus líderes políticos como pessoas importantes para o desenvolvimento das cidades. A Geração Caras Pintadas é uma geração que herdou a condição de contestação da Geração Tempos de Chumbo e também reúne outras atribuições, como: maior conhecimento acadêmico e tecnológico. Para os representantes dessa geração, é uma geração mais preparada para exercer a liderança política, pois reúne preparação educacional e experiência de vida. A Geração Y demonstrou um distanciamento da vida política das cidades. Na fala de alguns representantes, pôde-se encontrar falta de entusiasmo com os líderes políticos. Essa falta de entusiasmo pode estar ligada à nova realidade cultural dessa geração, que vive uma maior dificuldade de se inserir no mercado de trabalho e enfrenta uma concorrência maior em todas as áreas, fazendo com que o individualismo seja maior nessa geração. Seria de relevância que as gerações ascendentes encontrem formas de inserir e incentivar os membros da Geração Y a participarem dos movimentos políticos. Essa ação permitirá o aparecimento de novos líderes políticos, esses necessários as comunidades.

Este trabalho tornou possível constatar também que exercer a liderança com proximidade dos liderados é a principal característica que o líder político precisa ter, na percepção das Gerações Tradicionalista e Tempos de Chumbo. Para a Geração Caras Pintadas, os líderes precisam reunir carisma, preparo e competência para o exercício da liderança. Na percepção da Geração Y, o espaço para exercer a liderança política é muito restrito, pois as gerações anteriores se perpetuam no

exercício da liderança. Ao analisar as práticas desses líderes, os entrevistados manifestaram desconforto com o crescimento da corrupção entre os líderes políticos. Sobre esse assunto, conforme mencionado nas páginas iniciais deste trabalho, a forma de colonização feita por Portugal para o Brasil e a adoção de mecanismos como os dos degredados podem ter influenciado de forma significativa as práticas e papéis dos líderes políticos na atualidade. Importante destacar que os líderes são oriundos de algum grupo social, assim, podem estar refletindo características intrínsecas aos grupos representados. Apesar de a cultura estar sendo mudada gradativamente, até pouco tempo, ainda era normal as pessoas votarem em algum líder político por um benefício pessoal. O alto índice de aceitação com que o presidente Lula terminou o segundo mandato, com quase 80% de aceitação, pode estar ligado aos programas sociais desenvolvidos e incorporados em seu governo, como o Bolsa Família, por exemplo.

Além disso, esta pesquisa confirmou que a maioria dos líderes políticos surgem pela proximidade e exercício de atividades em suas comunidades e alguns, por terem grande visibilidade na mídia, o que faz com que obtenham muitos votos ao se candidatarem. Detectou-se que não existe uma preparação para o exercício dessa liderança. É comum esses líderes chegarem ao primeiro mandato eletivo sem saberem quais serão suas atribuições ou até mesmo estarem ocupando a liderança em mandatos sucessivos sem terem o conhecimento pleno dessas atribuições. Os representantes das quatro gerações foram unânimes ao destacarem a falta de preparação para o exercício da liderança política. Nesse sentido, destaca-se que a falta de preparação pode ser também dos eleitores que proporcionam que esses líderes sejam eleitos. Assim, por ser o Brasil um país em desenvolvimento, possivelmente, ao se melhorar o sistema educacional do país, também melhorar-se-á a cultura e a condição seletiva das pessoas, para que possam escolher seus líderes políticos. Sugeriu-se que o sistema educacional seja debatido e revisto pelas lideranças políticas, pois concluiu-se que as mudanças necessárias começam pela educação.

Por fim, ressalta-se que as limitações deste estudo ficam evidenciadas na falta de bibliografia que trata da liderança política. Foi necessário buscar essas referências em material da história brasileira. Dessa forma, tentar melhorar a classificação das

gerações na realidade brasileira foi passo importante. Acredita-se, assim, que foi dada uma iniciativa para que outros pesquisadores aprofundem o assunto e contribuam para o melhor entendimento da liderança política.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1999.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70.

BARROS, Betânia Tanure; PRATES, Marco Aurélio Spyer. **O estilo brasileiro de administrar**. São Paulo: Atlas, 1996.

BEBETO E ROMÁRIO. Disponível em Site Terra. Acesso 09 de março de 2011. <http://noticias.terra.com.br/eleicoes/2010/noticias/0,,OI4715778-EI15311,00-Romario+e+eleito+deputado+federal+Bebeto+deputado+estadual.html>. Acesso em 09 Fev. 2011.

BENNIS, W. SPREITER, G. CUMMINGS, T. **O futuro da liderança**. São Paulo: Futura, 1977.

BERELSON, Bernard. **The people's choice**, a validade dessa teoria. São Paulo: UFRJ, 2002.

BERGAMINI, C. W. **Liderança**: administração do sentido. São Paulo: Atlas, 1994.

BERGANIN, M. **Nasce um povo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.

BRANCO, Osvaldo Castello Branco. **Uma cidade à beira do caminho novo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

BRANDÃO, Zaia. **Técnica de coleta de dados**. Brasília: Iber, 2000.

BRASIL: **Pobreza e desigualdade**. Disponível em: <<http://www.brazil-brasil.com/content/view/151/78/>>. Acesso em 24 Abr 2010.

BUENO, Eduardo. **Capitães do Brasil**: A saga dos primeiros colonizadores. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.

Caminho Novo de Minas – Santos Dumont. Disponível em: <<http://www.caminhonovodeminas.com.br/santosdumont/default.htm>> Acesso em 24 Abr 2010.

Caminho Novo de Minas – Ewbank da Câmara. Disponível em: <<http://www.caminhonovodeminas.com.br/ewbank/percurso.htm>> Acesso em 24 Abr /2010.

CONGER, Jay. **Quem é a geração X?** Disponível em: <<http://br.hsmglobal.com/adjuntos/14/documentos/000/060/0000060367.pdf>> Acesso 28 Jan 2010.

COTRIM, Gilberto. **História Global: Brasil e geral**. São Paulo: Saraiva, 2008.

Cidades. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=647807>> Acesso 30 Dez 2009.

CONGER, Jay. **Quem é a geração X?**. In: JÚLIO, C. A.; SALIBI NETO, J. (Org.). **Liderança e gestão de pessoas: autores e conceitos**. São Paulo: Publifolha, 2002. p. 63-79.

CORTELLA, Mário Sergio e MUSSAK, Eugenio: **Liderança em foco**. São Paulo: Saraiva, 2006.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**. São Paulo: Rocco, 1994.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Pesquisa-ação nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1998.

DREIFUSS, René Armando. **1964: A conquista do Estado, ação política, poder e golpe de classe**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

DRUCKER; Peter F. **O gerente eficaz**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1977.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. Rio Grande do Sul: Perspectiva, 1976.

FERREIRA, José Roberto Martins. **História**. São Paulo: FTD, 1999.

FOLHA, online. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/809691-justica-eleitoral-de-sao-paulo-aceita-denuncia-contratiririca.shtml>>. Acesso em 03 Fev. 2011.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas: o capitalismo em construção**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FRANCO, Maria Laura P. Barbosa. **Análise de conteúdo**. Brasília: Líber, 2007.

FRANCO, Afonso Arinos Melo; SOUZA, Antônio Cândido Melo; MENEZES, Ivo Porto. **IV Seminário de estudos Mineiros**. Belo Horizonte: Universitária, 1977.

FREIRE, Paulo. **Carta Escolar** – Oliveira Fortes. Instituto Paulo Freire, 1996.

GUEDES, Carlos Luís. **Tinha que ser Minas**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1979.

GRAWITZ, Madeleine. **Méthodologie des sciences sociales**. Paris: Dalloz, 1976.

HISTÓRIA da cidade. Disponível em:<www.estradareal.org.br>. Acesso: 30 Dez 2009.

INÁCIO, José Reginaldo. **Ética, sindicalismo e poder: Os fins justificam os meios?** Belo Horizonte: Crisálida, 2005.

Informações Oliveira Fortes. Disponível em:
<<http://www.ferias.tur.br/informacoes/3501/oliveira-fortes-mg.html>> Acesso em 24 Abr. 2010

JORDÃO, Sonia Dias. **A arte de liderar: Vivenciando mudanças num mundo globalizado**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

JÚNIOR, Caio Prado. **Evolução Política do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

LUDKE, M. ANDRÉ M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Editora EPU, 1986.

MACACO TIÃO. Disponível em: <http://www.google.com.br/search?hl=pt-R&source=hp&q=saudade+do+macaco+ti%C3%A3o&rlz=1W1ADSA_pt-BR&aq=f&aql=&aql=&oq=> Acesso 03 Mar 2011.

MAESTRI, Mário. **Uma história do Brasil império**. São Paulo: Contexto, 1997.

MARQUES, o mais votado em 2010. Disponível em: <http://www.superesportes.com.br/app/noticias/futebol/futebol-nacional/7,87,1,9/2010/10/03/noticia_atletico_mg,166733/segundo-deputado-mais-votado-em-minas-marques-agradece-aos-torcedores-do-galo.shtml> Acesso 09 Mar 2011.

MUNICÍPIOS da zona da Mata. Disponível em: <<http://merak.almg.gov.br/index.asp?grupo=estado&diretorio=mregiao&arquivo=macrorregioes&municipio=45703>> Acesso 30 Dez 2009.

NEMI, Ana Lúcia; REIS, Anderson Roberti. **História contemporânea**. São Paulo: SM edições, 2009.

NUNES, Eduardo Pereira. **História oral**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/historiaoral/perfil.php?id_servidor=75> Acesso 28 jan. 2010.

OLIVEIRA, Sidnei. **Geração Y a era das conexões**. São Paulo: Clube de editores, 2009.

PENTEADO, Paulo. **Técnica de chefia e liderança**. Rio de Janeiro: Forense, 1978.

PEREIRA, Gilberto Braga. **Vários Olhares e Saberes: Efeitos do Imaginário Sobre Liderança nos Procedimentos de Treinamento e Desenvolvimento de Líderes Organizacionais**. Belo Horizonte: FEAD, 2005.

PUGLISI, Maria Laura e FRANCO, Barbosa. **Análise de conteúdo**. Brasília: Líber, 2005.

RADAR, Social. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/Destaques/livroradar/introducao.pdf>> Acesso 30 Jan. 2010.

REPÚBLICA. Disponível em <<http://www.culturabrasil.pro.br/republicavelha.htm>> . Acesso 01 Fev 2011.

RICHARDSON, Roberto Jary et al.. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento organizacional**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1998.

ROIZMAN, Lia. **Paz como se faz?** Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001467/146767POR.pdf>> Acesso 28 Jan 2010.

SILVA, Hélio. **Memórias: A verdade de um revolucionário**. Rio de Janeiro, LPM editores, 1978.

SILVA, Jair Antônio. **Memórias de uma vivência**. Ewbank da Câmara, 2003.

SILVA, Paulo Napoleão Nogueira. **Crônica de Dom João VI**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2002.

TIRIRICA. Folha de São Paulo.

Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/809402-tiririca-descansa-no-ceara-apos-ser-leito-deputado-em-sp.shtml>>. Acesso 03 Fev. 2011.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Metodologia em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

UFMG. **Seminário de Estudos Mineiros**. Belo Horizonte: Imprensa universitária 1977.

VIDIGAL, Cristina **História por trás das constituições brasileiras**. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/agencia/verNoticia.aspx?codNoticia=635>>. Acesso 28 Jan 2010.

WEBER, Max. **Sociologia de Max Weber**. Rio de Janeiro: Editora Forense universitária, 2003.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**. São Paulo: Bookman, 2001.

APÊNDICE

Roteiro de Entrevistas

Respondentes: Representantes da sociedade civil organizada das cidades de Santos Dumont, Ewbank da Câmara e Oliveira Fortes.

Rapport

- ✓ Agradecer pela disponibilidade em conceder a entrevista e realçar a relevância da narrativa oral do entrevistado no contexto. Reforçar a preservação do sigilo quanto a identidade individual.
- ✓ Esclarecer os propostos da pesquisa (reforçar a idéia que não se trata de avaliar o grau de conhecimentos que possui sobre o assunto).
- ✓ Informar sobre os procedimentos e etapas posteriores (transcrição, aprovação e aplicação dos dados coletados).
- ✓ Especificar os objetivos da entrevista em si.
- ✓ Obter autorização por escrito.

<p>I – Dados do Projeto</p> <p>Nome: _____</p> <p>Pesquisador _____</p> <p>Orientador _____</p> <p>Instituição _____</p>	<p>II – Identificação do Depoente</p> <p>Nome: _____</p> <p>Endereço _____</p> <p>Gênero _____</p> <p>Formação escolar _____</p>	<p>III – Dados do Contato</p> <p>Indicação _____</p> <p>Data do contato _____</p> <p>Forma do contato _____</p> <p>Data da entrevista _____/_____/____</p> <p>Local da entrevista _____</p> <p>Entrevistador. _____</p>
--	--	---

Idade	Profissão	Escolaridade
<p>Escolaridade:</p> <p> <input type="checkbox"/> 1º grau <input type="checkbox"/> 2º grau <input type="checkbox"/> 3º grau </p> <p> Lato Sensu <input type="checkbox"/> Especialização <input type="checkbox"/> MBA </p> <p> Stricto Sensu <input type="checkbox"/> Mestrado Acadêmico <input type="checkbox"/> Mestrado Profissional <input type="checkbox"/> Doutorado </p>		

Introdução/perguntas
<p>1 Narre sua trajetória como representante de sua comunidade.</p> <p>2 Fale sobre os principais acontecimentos no espaço político da cidade que tenha lembrança. Pense em décadas se facilitar *(processos eleitorais, líderes eleitos, seus feitos, participação da população nas eleições.</p> <p>3 Quais são os marcos/acontecimentos, mundiais e nacionais, mais representativos para a sua geração e que têm relação com o tema liderança?</p> <p>4 O que é liderança política para você?</p>

1 Conger (2002) e Oliveira (2009) classificam as 4 últimas gerações de adultos como segue. Em quais delas você se situa? (explicar brevemente as considerações dos autores).

Denominações	Nascimento
Silenciosa - “burocratas”	Entre 1923 e 1942
Baby boom - “yuppies”	Entre 1943 e 1964
Geração X - “slackers”	Entre 1965 e 1981
Geração Y ou 3 Ds	A partir de 1982

2 Destaque as principais lideranças políticas que a cidade já teve ou tem. Eles pertencem a qual geração? Quais as suas contribuições para a vida política da cidade?

3 Você lembra de alguma liderança política que tenha sido negativa para a vida da cidade? Fale sobre seus feitos.

4 Na sua percepção quais os papéis e práticas que distinguem as lideranças políticas de cada uma destas gerações, inclusive a sua? Você poderia dar algum exemplo?

5 Na sua percepção quais são os resultados esperados das lideranças políticas para cada geração (o que cada geração espera das lideranças políticas)?

6 Você notou alguma modificação nas campanhas políticas nessas 3 últimas eleições? Se sim o que mudou e ao que se deve as mudanças?

7 Em sua visão o que pensa a sua geração sobre liderança política, líder e liderar? E as demais gerações?

8 Você percebe alguma diferença quanto ao posicionamento (modo de pensar, práticas, atributos etc.) acerca do que é Liderança política, entre sua geração e as que a precederam e/ou sucederam?

9 Como você vê a participação de cada geração nos processos eleitorais? Houve mudanças nas duas últimas décadas? Quais?

- 1** Na sua percepção o que faz com que uma pessoa ingresse na carreira política e deseje ser uma liderança?
- 2** Na sua percepção quais são os atributos que fazem uma liderança política ser eleita pelo povo hoje (o que os eleitores esperam dela)? E no passado? Houve alguma mudança?
- 3** Na sua opinião como as lideranças políticas se preparam ou são preparadas para o ingresso e permanência da carreira política? Aponte semelhanças e diferenças entre as gerações.
- 4** Como você avalia a qualidade dessa preparação? O que poderia ser diferente?
- 5** Você acha que a escolaridade seria um pré-requisito para o ingresso e permanência na carreira? Quais seriam os outros (idade, experiência, de que tipo)? As lideranças políticas devem possuir algum tipo de conhecimentos específico?
- 6** Em sua opinião houve mudanças na forma de se preparar os líderes políticos nas duas últimas décadas? Dê exemplos
- 7** Algo que não foi abordado que você gostaria de falar sobre liderança política?